

VIII Seminário Internacional do GREPPE

O direito à educação na berlinda:
retrocessos em análise

ANAIIS



Comissão Organizadora

Theresa Adrião (UNICAMP)

Selma Venco (UNICAMP)

Cassia Domiciano (UFPR)

Comitê Científico**Coordenação Geral**

Profa. Dra. Cíntia Brazorotto

Profa. Dra. Dalva de Souza Franco

Profa. Dra. Elisangela Maria Pereira

Profa. Dra. Liliane Ribeiro de Mello

**VIII Seminário Internacional do
GREPPE****O direito à educação na berlinda:
retrocessos em análise****Realização**

Pareceristas AD HOC

Marcia Cossetin (UFMT)

Raquel Fontes Borghi (Unesp-Rio Claro)

Dalva Valente Guimarães Gutierrez (UFPA)

Maria Augusta Peixoto Mundim (UFGO)

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR)

Nadia Pedrotti Drabach (IFFar)

Cileda dos Santos Sant'Anna Perrella (FAZP)

Maria de Fátima Cossio (UFPel)

Sabrina Moehlecke (UFRJ)

Regiane Helena Bertagna (Unesp-Rio Claro)

Allan Kenji Seki (Unicamp)

Walkiria de Oliveira Rigolon (SEDUC-SP e UNIP)

Rosemary Mattos (SEDUC-SP)

Jean Douglas Zeferino Rodrigues (IFSP)

Equipe de Apoio

Allan Kenji

Ana Paula Soto

Andrey Mori

Aurélio Miguel Perini Polli

Bruna S Ribeiro

Danielle Cardoso

Ellen Ceccon

Ester Goncalves

Felipe Araujo

Flávia Gizzi

Isaac Pimentel

José Quibao Neto

Julia Costa

Maria Lucia Ceccon

Priscila Rodrigues

Sylvia C. Cerqueira

Terezinha Vieira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	8
TRABALHOS	16
EIXO 1- PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	17
A QUESTÃO DAS VAGAS: ANÁLISE DOS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO SOBRE A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIFERENTES MUNICÍPIOS BRASILEIROS	17
A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PARA A REDE PARCEIRA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
CARACTERIZAÇÃO DAS NORMATIZAÇÕES QUE REGULAMENTAM A SUBVENÇÃO DO FUNDEB ÀS OSCs DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, NO PERÍODO DE 2019 A 2021	23
ESCOLA SEM PARTIDO: EDUCAÇÃO, DO DIREITO À PRIVATIZAÇÃO	27
EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PRIVADO-MERCANTIL: ENSAIOS DE UMA REDE DE ESCOLAS NO RIO DE JANEIRO	31
FINANCEIRIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2013 A 2021	35
MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.....	38
MAPEAMENTO DO ATENDIMENTO CONVENIADO POR MUNICÍPIOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CUIABÁ.....	43
MUNICIPALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	47
PRIVATIZAÇÃO NA OFERTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: RETRATOS DO CAMPO DE PESQUISA.....	52
TENDÊNCIA DE PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL EM PINHAIS-PR A PARTIR DA EC 59/2009.....	55
EIXO 2- PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60
INSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O POSICIONAMENTO DO TODOS PELA EDUCAÇÃO (2019-2022).....	60
EFICIÊNCIA E QUALIDADE NO ÂMBITO DA GESTÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO AVANÇADA (GIDE) NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MG.....	64
CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR E A INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO EM UM CURSO PARA DIRETORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA.....	67

INSTITUTO NATURA E A INICIATIVA PARCERIA PELA ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO (PARC).....	71
DISCURSO SOBRE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA (1980-1990).....	75
O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ: O PROJETO PARCEIRO DA ESCOLA.....	78
FINANCIAMENTO E INTERSETORIALIDADE: DILEMAS NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	82
DESAFIOS NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA E RELAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS.....	85
PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS: uma contraproposta.....	89
EDUCAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDOS PRELIMINARES SOBRE O BRASIL E A ARGENTINA.....	92
APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO OU MERCANTILIZAÇÃO?.....	97
GASTOS COM O SETOR PRIVADO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA (PR): UMA ANÁLISE A PARTIR DO SIOPE (2009-2020).....	100
“GERENCIALISMO DEMOCRÁTICO”: PACIFICAÇÃO DE CLASSES E HEGEMONIA CAPITALISTA.....	106
A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REDE SEEDUC/RJ: A CORROSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA DE GESTÃO PÚBLICA.....	110
A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA PARAÍBA: APONTAMENTOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO GOVERNO RICARDO COUTINHO (2011-2018).....	113
PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL EM UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA E RESISTÊNCIAS.....	117
EIXO 3- PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	122
A EDUCAÇÃO BÁSICA TRANSVESTIDA DE ACESSO – O CURRÍCULO PRIVATIZADO E A PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	122
A PRESENÇA DE AGENTES PRIVADOS NA POLÍTICA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL.....	125
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A ATUAÇÃO DE AGENTES PRIVADOS NA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	129
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	133

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, INSTITUTO AYRTON SENNA E PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PAULISTA	137
PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO: AGENTES PRIVADOS NA CONDUÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	140
SISTEMAS APOSTILADOS PRIVADOS DE ENSINO: CONTRADIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	144
TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ: IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO (2019-2022)	148
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO E A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO	151
EIXO 4- PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E TRABALHO DOCENTE	156
A NOVA FACE DA PRIVATIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: O AVANÇO DAS TERCEIRIZAÇÕES IRRESTRICTAS E O ADEUS A ESCOLA PÚBLICA EM MATO GROSSO	156
A PRÁXIS COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO	160
UM RECORTE EPISTEMOLÓGICO SOBRE “TRABALHO DOCENTE” E “PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO”: ANÁLISES EM DISSERTAÇÕES E TESES.	164
ENSINA BRASIL: A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES (2021-2023)	168
PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: o terceiro setor e suas influências	173
PLATAFORMA EDUCACIONAL DO CMSP: POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE?	178
PREMIAÇÃO POR DESEMPENHO NAS ESCOLAS DAS REDES PÚBLICAS DE MATO GROSSO E O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO	183
REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO	187

APRESENTAÇÃO

VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GREPPE – O DIREITO À EDUCAÇÃO NA BERLINDA: RETROCESSOS EM ANÁLISE

O VIII Seminário Internacional do GREPPE - O Direito à Educação na Berlinda: Retrocessos em Análise ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2023, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP), com o objetivo de discutir temas emergentes associados aos processos de privatização da educação, com destaque para a financeirização da economia com desdobramentos à consecução do direito humano à educação, expressos na mercantilização da educação, na incidência de organizações privadas na definição da política educacional, na digitalização dos processos escolares e na degradação das relações e condições de trabalho dos profissionais da educação.

O Seminário contou com participação de pesquisador/as que integram a Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe) vinculado/as a diferentes instituições nacionais e internacionais. Também houve a participação de demais pesquisadores, educadores e estudantes de graduação e pós-graduação, com apresentações de trabalhos e/ou como ouvintes.

Nessa edição, o Seminário teve quatro eixos temáticos, a saber:

- Eixo 1 – Privatização da oferta da educação básica;
- Eixo 2 – Privatização da gestão da educação básica;
- Eixo 3 – Privatização do currículo da educação básica;
- Eixo 4 – Privatização da educação básica e trabalho docente.

A partir desses eixos temáticos, o GREPPE coloca em debate as políticas públicas da educação na tentativa de contribuir para as discussões atuais sobre a área em questão.

Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Dia 26/04/2023 (Quarta-feira)

14h00 – Mesa de abertura

Renê José Trentin Silveira - Direção da Faculdade de Educação da Unicamp

Teise Garcia - Coordenação do Greppe

Theresa Adrião - Coordenação Relaaappe

Laura Gianiquine - Representante da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação - Clade

Moderação: Ms. Camila Croso (Unicamp)

15h00 às 18h00 – Simpósio 1 – Financeirização e educação

Vera Jacob Chaves (UFPA)

Marcelo Mocarzel (UCP)

André Guimarães (UNIFAP)

Theresa Adrião (Unicamp)

Moderação: Ms. Felipe Araújo (Unicamp)

18h30 às 19h30 – Lançamento de Livros e E- Books de autoria de inscritos

Coordenação: Ms Maria Lucia Ceccon

Dia 27/04/2023 (Quinta-feira)

10h00 às 13h00 – Simpósio 2 – Modificações na profissão docente: das relações de trabalho às edtechs

Selma Venco (Unicamp)

Allan K Seki (Unicamp)

Fabíola Kato (UFPA)

Teise Garcia (USP-RP)

Moderação: Prof. Dr. Flávio Sousa (UnB)

14h30 às 17h30 – Simpósio 3 – Atores privados na educação pública brasileira: aspectos fundamentais em uma década de incidência

Raquel Borghi (UESP- RC)

Regiane Bertagna (UNESP- RC)

Cassia Domiciano (UFPR)

Marcia Cossetin (UNILA)

Moderação: Ms. Santiago C. Monteiro

Sessões de Apresentação de Trabalhos (Modalidade Comunicação Oral)

27 e 28 de abril de 2023

	Eixo	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
SALA 1 - Sala LL03 Data: 28/04/2023 Horário: 8h30-10h30 Coordenador: Terezinha Duarte Vieira Apoio: Felipe Araújo	1	PRIVATIZAÇÃO NA OFERTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: RETRATOS DO CAMPO DE PESQUISA	Ana Paula Oliveira Moraes Soto
	1	MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ	Kamilli Ventura de Melo, Marilda Oliveira Costa
	1	ESCOLA SEM PARTIDO: EDUCAÇÃO, DO DIREITO À PRIVATIZAÇÃO	Lerianson de Toledo Santos Filho, Cintia Magno Brazorotto
	1	FINANCEIRIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2013 A 2021	Felipe Araújo
	1	CARACTERIZAÇÃO DAS NORMATIZAÇÕES QUE REGULAMENTAM A SUBVENÇÃO DO FUNDEB ÀS OSCS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, NO PERÍODO DE 2019 A 2021	Terezinha Duarte Vieira

	Eixo	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
SALA 2 - Sala LAE Data: 28/04/2023 Horário: 8h30-10h30 Coordenador: Adriana Rodrigues dos Santos Brito Apoio: Ester Gonçalves	1	TENDÊNCIA DE PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL EM PINHAIS-PR A PARTIR DA EC 59/2009	Júlia Marinho, Cassia Domiciano
	1	MAPEAMENTO DO ATENDIMENTO CONVENIADO POR MUNICÍPIOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CUIABÁ	Renata Caroline dos Santos Lopes, Adriana Rodrigues dos Santos Brito
	1	A QUESTÃO DAS VAGAS: ANÁLISE DOS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO SOBRE A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIFERENTES MUNICÍPIOS BRASILEIROS	Alana Portes
	1	A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PARA A REDE PARCEIRA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Selma Zeferino Macedo dos Santos
	1	MUNICIPALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	Danilo Kanno
	1	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PRIVADO-MERCANTIL: ENSAIOS DE UMA REDE DE ESCOLAS NO RIO DE JANEIRO	Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel, Karine Morgan
SALA 3 - Sala de Reuniões Bloco B Data: 28/04/2023 Horário: 8h30-10h30 Coordenador: Cecília T. Miranda Tamião	2	A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REDE SEEDUC/RJ: A CORROSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA DE GESTÃO PÚBLICA	Flávia Gonçalves da Silva
	2	DESAFIOS NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA E RELAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS	Aline Gabriele Pereira, Cristiane Machado

	Eixo	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
	2	PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS: UMA CONTRAPROPOSTA	Leonardo Victor dos Santos, Rosilene Lagares
	2	FINANCIAMENTO E INTERSETORIALIDADE: DILEMAS NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO	Aline Gasparim Christianini, Aline Gabriele Pereira, Cristiane Machado
	2	CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR E A INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO EM UM CURSO PARA DIRETORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA	Cecilia T. Miranda Tamião
SALA 4 - Sala reuniões Bloco E Data: 28/04/2023 Horário: 8h30-10h30 Coordenador: Felipe Baunilha Apoio: Priscilla Rodrigues	2	O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ: O PROJETO PARCEIRO DA ESCOLA	Daniela de Oliveira Pires, Felipe Baunilha
	2	DISCURSO SOBRE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NO BRASIL (1980-1990)	Monica Gomes de Carvalho
	2	EDUCAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDOS PRELIMINARES SOBRE O BRASIL E A ARGENTINA	Marcia Cossetin, Rafael Alexandre Velasco Castillo
	2	“GERENCIALISMO DEMOCRÁTICO”: PACIFICAÇÃO DE CLASSES E HEGEMONIA CAPITALISTA	Santiago Castigo e Monteiro
	2	INSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O POSICIONAMENTO DO TODOS PELA EDUCAÇÃO (2019-2022)	Deborah Gomes Moura Gomes, Lorrainy Ferrari, Gilda Cardoso Araujo

	Eixo	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
SALA 5 - Sala Multiuso Data: 28/04/2023 Horário: 8h30-10h30 Coordenador: Adeildo Telles da Silva Apoio: Danielle Cardoso	2	EFICIÊNCIA E QUALIDADE NO ÂMBITO DA GESTÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO AVANÇADA (GIDE) NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MG	Jaqueline Barros Vidigal, Maria Simone Ferraz Pereira
	2	A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA PARAÍBA: APONTAMENTOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO GOVERNO RICARDO COUTINHO (2011-2018)	Felipe Baunilha, Daniela de Oliveira Pires
	2	GASTOS COM O SETOR PRIVADO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA (PR): UMA ANÁLISE A PARTIR DO SIOPE (2009-2020)	Cassia Domiciano, Gabriel Pirkel, Anna Paula Fonseca de Oliveira
	2	APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO OU MERCANTILIZAÇÃO?	Adeildo Telles da Silva, Ari Fernandes Santos Nogueira, André Rodrigues Guimarães
	2	INSTITUTO NATURA E A INICIATIVA PARCERIA PELA ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO (PARC)	Josineide de Oliveira, Andréia Ferreira da Silva
	2	PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL EM UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA E RESISTÊNCIAS	Cláudia Vieira Patrício
SALA 6 - Sala de Defesa II (Anexo III)	3	SISTEMAS APOSTILADOS PRIVADOS DE ENSINO: CONTRADIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	Graziela Roberta Dorigan de Angeli

	Eixo	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
Data: 28/04/2023 Horário: 8h30-10h30 Coordenador: Ellen Cristina Ceccon Apoio: Júlia Costa de Faria	3	UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO E A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO	Ellen Cristina Ceccon
	3	TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ: IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO (2019-2022)	Michele Costa
	3	COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, INSTITUTO AYRTON SENNA E PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PAULISTA	Júlia Costa de Faria, Regiane Helena Bertagna
SALA 7 - Sala LAE Data: 27/04/2023 Horário: 18h-19h Coordenador: Cintia Magno Brazorotto Apoio: Terezinha Vieira	3	A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A ATUAÇÃO DE AGENTES PRIVADOS NA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Nicoli Alves Pereira, Cintia Magno Brazorotto
	3	A PRESENÇA DE AGENTES PRIVADOS NA POLÍTICA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL	Adriana Rocha, Fabio Perboni
	3	A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	Simone Rodrigues, Gabriela Benedito, Cintia Magno Brazorotto
	3	PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO: AGENTES PRIVADOS NA CONDUÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Stephanie Fenselau

	Eixo	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
	3	A EDUCAÇÃO BÁSICA TRANSVESTIDA DE ACESSO- O CURRÍCULO PRIVATIZADO E A PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	Kathy Briones Barbi
SALA 8 - Sala LL03 Data: 27/04/2023 Horário: 18h-19h Coordenador: Ualter Santos Rojas Apoio: Ana Paula Soto	4	A PRÁXIS COMO POSSIBILIDADE DE SUPERACÃO DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO	Liane Vizzotto
	4	A NOVA FACE DA PRIVATIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: O AVANÇO DAS TERCEIRIZAÇÕES IRRESTRITAS E O ADEUS A ESCOLA PÚBLICA EM MATO GROSSO	Ualter Santos Rojas, Marilda Oliveira Costa
	4	REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO. REFLEXIONES SOBRE LA EVALUACIÓN Y EL DERECHO A LA EDUCACIÓN	Vanessa Landim
	4	PREMIAÇÃO POR DESEMPENHO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MATO GROSSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO	Marilda Costa, Kamilli Ventura de Mello
Sala 9 - Sala de reuniões Bloco B Data: 27/04/2023 Horário: 18h-19h Moderador: Ester Duarte Gonçalves	4	UM RECORTE EPISTEMOLÓGICO SOBRE “TRABALHO DOCENTE” E “PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO”: ANÁLISES EM DISSERTAÇÕES E TESES	Ivône Rosa Cabral, André Rodrigues Guimarães
	4	PLATAFORMA EDUCACIONAL DO CMSP: POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE?	Ester Duarte Gonçalves
	4	ENSINA BRASIL: A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES (2021- 2023) ENSEÑA BRASIL: LA PRECARIEDAD DE LA EDUCACIÓN BÁSICA EN EL MUNICIPIO DE	Eliete Brito da Silva, Ludimila Katrini Proximozer, Eduardo Augusto Moscon de Oliveira

	Eixo	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
Apoio: Priscila Rodrigues		VITÓRIA/ES (2021-2023)	
	4	PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: O TERCEIRO SETOR E SUAS INFLUÊNCIAS PRIVATIZACIÓN DE LA POLÍTICA EDUCATIVA EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO: EL TERCER SECTOR Y SUS INFLUENCIAS	Andresa Cóstola, Raquel Fontes Borghi

11h00 às 12h30 – Simpósio 4 – O Direito à Educação na berlinda: retrocessos em análise

Rui da Silva (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto - CEAUP/ Relaappe)

Geo Saura (Universitat de Barcelona / Relaappe)

Moderação: Ms. Thais Marin

14h30 – Mesa de Encerramento

Coordenação dos GREPPEs

Moderação: Profa. Dra. Nadia Drabach

TRABALHOS

EIXO 1- PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A QUESTÃO DAS VAGAS: ANÁLISE DOS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO SOBRE A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIFERENTES MUNICÍPIOS BRASILEIROS

LA CUESTIÓN DE LAS PLAZAS GRATUITAS: ANÁLISIS DE LOS EFECTOS DE LA PRIVATIZACIÓN EN LA OFERTA DE EDUCACIÓN INFANTIL EN DIFERENTES MUNICIPIOS BRASILEÑOS

Alana Dourado Portes

Universidade Federal do Espírito Santo

alanadouradoportes@gmail.com

Palavras-chave: Educação Infantil; Privatização; Vagas.

Palabras clave: Educación Infantil; Privatización; Plazas gratuitas.

Introdução

Ao mesmo tempo que o Brasil, após abertura democrática, vivia a expansão da cidadania, por meio de um corpo constitucional que aumentou o rol de direitos civis, sociais e políticos; contraditoriamente também se lançava em um profundo mergulho nas agendas neoliberais, impostas pelo Consenso de Washington que tinham pouco ou nenhum compromisso social. Com isso, as agendas de privatizações educacionais tiveram trajetória ascendente e continuaram ganhando força, a cada década, se manifestando das mais diversas formas, como nos apontam Domiciano e Adrião (2020): nos currículos, na expansão da oferta de vagas, no convênio com instituições que atuam sobre a gestão etc.; e como nos mostra Carvalho (2008, p.412): O Brasil, neste momento, incorporou o jargão da modernização

pedagógica “nos documentos normativos, notadamente nas Diretrizes e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e seus procedimentos e conceitos nas políticas de avaliação do rendimento escolar”.

Neste contexto, uma das soluções encontradas pelo poder público de dar encaminhamento à alta demanda por vagas em creches e pré-escolas se fez, e continua se fazendo, por meio das alianças com instituições privadas, que desafogam a busca por matrículas. Esta prática se manifesta de formas distintas e exigem dos pesquisadores da temática a busca por esta diversidade de possibilidades para boa compreensão do fenômeno. O objetivo deste trabalho é contribuir para o campo de estudos das privatizações educacionais brasileiras por meio da apresentação sistemática e integrada dos resultados de pesquisas realizadas por diferentes estudiosos, com especial enfoque em contextos nos quais a incidência está na oferta da educação infantil e com efeitos sobre o acesso e permanência de crianças nas instituições.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa se fundamenta no estudo bibliográfico que viabiliza a análise de dissertações e teses, e o método utilizado é integrativo, devido à sua potência, de integrar “opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método [...]” e, além disso, por ser considerada “uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (ou seja, experimental e de pesquisa não experimental)” (BOTELHO *et al*, p.127). Oportunamente anunciamos que os trabalhos selecionados para a análise são o de Valadão (2021) e de Costa (2018). Eles dizem respeito às experiências de privatização em **Campo Grande e Dourados (MS); e Araras, Limeira, Hortolândia, Piracicaba e Sumaré (SP)**.

Discussão dos resultados

O trabalho de Valadão (2021) analisa o modo como duas Secretarias Municipais de Educação (Campo Grande e Dourados) efetivam o direito à educação a crianças da pré-escola por meio do estabelecimento de parcerias com instituições privadas, processo que compreende como venda de vagas. Valadão (2021) percebe que devido às privatizações existe uma falta de isonomia em relação ao tratamento dado a crianças que são atendidas pela rede pública direta, e as que são atendidas pela rede indiretamente, por meio das parcerias com as instituições privada, a despeito do imperativo de tratamento igual estar prevista em legislação. Outra diferença apontada pelos achados da pesquisadora se refere à negação de transporte escolar para as crianças das redes conveniadas. Mesmo estando previsto na LDB, “as

secretarias de educação em Dourados e em Campo Grande não exigem das conveniadas a prestação de tais serviços” (VALADÃO, 2021, p. 162). Uma vez que as instituições não oferecem transportes e, no caso de Dourados, por exemplo se localizam no centro da cidade, faz muitas crianças “abandonarem o ensino nas conveniadas e ficarem aguardando vaga na escola pública perto da sua residência” (VALADÃO, 2021, p. 162).

No estudo realizado por Costa (2021) são investigados os meios de controle social, sobretudo analisando a atuação dos Conselhos Municipais de Educação, do Ministério Público e dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, em contraste com as privatizações que incidem sobre a educação infantil. Como resultados encontrados, Costa (2018, p.65) denuncia que os programas que deveriam ter caráter emergencial apenas, dada a alta demanda por vagas, por conta dos processos de privatização “vêm se tornando um programa de atendimento permanente a essa faixa etária”, o que revela ampla desresponsabilização do poder público que entrega a solução de um problema público para entes privados. Por fim, a autora demonstra que as normatizações que institucionalizavam as parcerias nos municípios, em especial em Sumaré, eram vagas, dando ampla margem para a oferta de um serviço precarizado. Uma das estratégias adotadas pelo Ministério Público para impedir que este tipo de dano continue, consiste na exigência de que as crianças atendidas pela rede indireta tivessem cuidados e alimentações devidas, tal qual era exigido da rede direta, por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta.

Apontamentos

Com base nos trabalhos analisados é possível identificar que, dentre os efeitos das privatizações, cujo enfoque principal está no suprimento indiscriminado das demandas por vagas em creches e pré-escolas, podem estar relacionado também o tratamento não isonômico das crianças; a precarização do serviço manifesto na ausência de transporte escolar; a má qualidade dos cuidados e da alimentação das crianças. Certamente, há que se considerar que as privatizações podem, em algumas experiências, contribuir com a resposta pela supressão da falta de vagas, e que para muitas famílias, a existência desses convênios podem sim ter uma representação positiva, já que pode significar a diferença entre conseguirem ou não o sustento da casa. Porém, a solução ao problema da falta de vagas não pode ser feita de forma indiscriminada e com alto custo para a formação e os cuidados dos bebês e das crianças, como os estudos apontam que tem sido a realidade de diversos municípios brasileiros. Tal qual a argumentação de Rikowski (2017) nos aponta para a necessidade de problematização da

questão central da capitalização da educação, pois ela reverbera no esvaziamento da qualidade e do seu sentido público.

Referências

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de A.; MACEDO, Marcelo. **O método da Revisão Integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e sociedade.** Belo Horizonte, v. 5, p. 121-136, 2011.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **O declínio do sentido público da educação.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 89, n. 223, p. 411-424, set./dez. 2008.

COSTA, Beatriz Aparecida. **Programas de privatização na educação infantil: a atuação do Ministério Público e dos Conselhos de controle social.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho. Rio Claro, p. 190. 2019.

DOMICIANO, Cassia; ADRIÃO, Thereza. **Privatização da e na educação infantil: perspectivas em diálogo.** Educação em Revista | Belo Horizonte|v.36|e000136|2020.

RIKOWSKI, Glenn. **Privatização em educação e formas de mercadoria.** Revista Retratos da Escola, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul. /dez. 2017.

SILVA, Gicelia Santos. **Direito e financiamento na educação infantil de 0 a 3 anos - estudo exploratório dos processos de privatização no município de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Nove De Julho. São Paulo, p. 143. 2020.

VALADÃO, Adriana. **A efetivação do acesso à pré-escola via privatização: desafios ao direito à educação.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, p.236. 2021.

A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PARA A REDE PARCEIRA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Selma Zeferino Macedo dos Santos

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

selmazmsantos@gmail.com

Palavras-chave: Educação Infantil; Creche; Financiamento.

Introdução

O atendimento em creches no município de São Paulo vem se efetivando pela via da privatização, no momento em que esse investe na ampliação deste segmento via rede parceira, composta por CEI Indireto e CEI/Creche Particulares, em detrimento à rede direta, ocasionando diferença na prestação de serviço.

O Estado justifica a privatização do ensino público, por meio da expansão das parcerias.

Adrião (2018) utiliza o termo privatização da educação pública como “as medidas que têm subordinado, direta e indiretamente, a educação pública obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas”. (ADRIÃO, 2018, p. 9). Segundo a autora, tal termo abarca, mais precisamente, os processos de privatização “no lugar de mercantilização, parceria público-privada, comoditização entre outros” (ADRIÃO, 2018, p. 9), ressaltando entender que o termo parceria público-privada mais acoberta a análise do processo, uma vez que se estabelece uma relação de subordinação entre a educação pública e o setor privado. As formas de privatização no Brasil se encontram distribuídas em três dimensões, definidas por Adrião (2018), sendo: gestão da educação, oferta educacional e currículo.

Metodologia

A investigação foi pautada numa pesquisa documental, dentro de uma abordagem qualitativa, observando que esta favoreceu uma investigação que permitiu analisar diferentes variáveis do objeto de estudo, facilitando a compreensão de suas múltiplas características relacionadas às políticas públicas de educação infantil no município de São Paulo, com objetivo exploratório e descritivo da situação da privatização por meio dos convênios, no período de 2015 a 2018.

Os números referentes à quantidade de unidades educacionais foram coletados no Portal SME, nos tópicos Números da Secretaria.

Para o levantamento dos dados sobre as receitas e despesas do Município, utilizou-se o site da Transparência da Prefeitura SP, nos tópicos Receitas e Despesas, gráfico de evolução.

Os valores repassados para a Rede de Creche Particular Parceira, foram apurados no portal da Transparência, tópico Dados Abertos, Educação, Convênios e Parcerias da Educação Infantil, por meio das planilhas publicadas por ano/período.

Resultado e Discussão

As unidades de atendimento para a idade de creche, incluindo os CEII, perfazem um total de 2.384 estabelecimentos, sendo 1628 Creches Particulares Conveniadas.

Utilizando os dados referentes às parcerias realizadas pelo município, no site Dados Abertos, por meio dos CNPJ, Santos (2019) levantou os dados das instituições que obtiveram repasses mensais superiores a R\$ 600mil/mês, registrados dentro dos Gastos SME – Convênios/Creche, resultando num montante de 24 instituições, com as seguintes projeções de 2015 a 2018:

Quadro 5 – Projeção das instituições no atendimento do Município – 2018/2015

N. Ordem	Mantenedora	2015			2018			Aumento / Redução
		Vagas	Repasso Mensal	Unidades	Vagas	Repasso mensal	Unidades	
1	SOCIEDADE BENEFICENTE EQUILIBRIO DE INTERLAGOS - SOBEI	3.731	R\$ 1.995.934,88	10	5.124	R\$ 2.720.495,88	15	1,36302
2	CRUZADA PRO INFANCIA	2.879	R\$ 1.659.678,24	15	4.416	R\$ 2.378.751,21	22	1,43326
3	UNIAO DE NUCLEOS ASS DOS MORADORES DE HELIOPOLIS E REGIAO	1.581	R\$ 914.758,80	10	2.797	R\$ 1.504.765,83	17	1,64499
4	INSTITUTO CRIANCA CIDADADA	2.181	R\$ 1.170.757,70	9	2.714	R\$ 1.345.145,46	10	1,14895
5	ASSOCIACAO BENEFICENTE ETICA E COMPETENCIA FLOR DE LOTUS	248	R\$ 145.122,06	1	2.041	R\$ 1.143.887,97	8	7,88225
6	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO BOM PARTO	2.697	R\$ 1.557.390,61	15	3.053	R\$ 1.547.830,02	18	0,99386
7	CASAS - CENTRO DE APOIO A SAÚDE E ASS SOCIAL	460	R\$ 263.986,82	3	2.053	R\$ 1.078.082,49	9	4,08385
8	CARITAS DIOCESANA DE CAMPO LIMPO	1.889	R\$ 1.058.650,06	13	2.992	R\$ 1.445.350,49	24	1,36528
9	ACRIA - ASSOCIACAO AMIGA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	109	R\$ 65.388,43	1	1.925	R\$ 1.033.193,55	8	15,8009
10	SOCIEDADE EDUCATIVA E BENEFICENTE ESTRELA DA ESPERANCA	2.080	R\$ 1.125.705,94	7	2.091	R\$ 1.095.589,35	7	0,97325
11	ASS PELO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL ADEP	298	R\$ 175.596,36	2	2.098	R\$ 1.180.007,94	10	6,72
12	ASS SAO SABAS DE FILANTROPIA	1.361	R\$ 773.811,34	8	2.743	R\$ 1.360.926,92	16	1,75873
13	NUCLEO ASSISTENCIAL FRATERNAL - NAF	1.350	R\$ 762.850,60	5	1.536	R\$ 850.590,99	6	1,11502
14	ASSOCIACAO COMUNITARIA EUGENIO GOES	159	R\$ 90.000,66	1	1.590	R\$ 846.827,82	4	9,40913
15	LIGA DAS SENHORAS CATOLICAS DE SAO PAULO	1.361	R\$ 823.422,10	9	1.451	R\$ 815.338,23	10	0,99018
16	ASSOCIACAO SEARA NORTE	1.507	R\$ 807.412,58	5	1.544	R\$ 796.638,48	5	0,98666
17	ASSOCIACAO NOSSO CAMINHO	791	R\$ 442.917,74	3	1.480	R\$ 777.822,96	6	1,75613
18	CENTRO INTEGRADO DE PROMOCAO SOCIAL (Início 2016)	322	R\$ 186.967,56	2	1.442	R\$ 764.117,70	7	4,0869
19	ASS URAPURU	830	R\$ 453.293,30	3	1.466	R\$ 761.211,42	6	1,67929
20	ACAO SOCIAL COMUNITARIA DO LAGEADO JOILSON DE JESUS	1.355	R\$ 722.547,48	4	1.434	R\$ 739.417,14	5	1,02335
21	ORGANIZACAO TALENTO JOVEM	481	R\$ 288.194,10	4	1.301	R\$ 682.806,23	8	2,36926
22	ASS DE MORADORES JACINTO PAZ	310	R\$ 178.874,78	2	1.170	R\$ 659.502,63	7	3,68695
23	ORG NAC DE DEFESA E APOIO DA CCA ADOL IDOSO E MEIO AMBIENTE	881	R\$ 494.107,88	4	1.160	R\$ 626.270,64	6	1,26748
24	ACAO SOCIAL SAO MATEUS	1.017	R\$ 599.558,93	6	1.156	R\$ 619.418,37	7	1,03312
	TOTAL	29.878	R\$ 16.756.928,95	142	50.777	R\$ 26.773.989,72	241	1,59779

Fonte: DADOS ABERTO (2019). Quadro elaborado pela autora com base na fonte, utilizando os dados constantes nos tópicos: Educação, Convênios e Parcerias de Educação Infantil, Parcerias Educação Infantil, Dezembro/2016 e Março/2019. Utilizado como parâmetros contratos aprovados. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/convenios-de-educacao-infantil>. Acesso em: 28/05/2019. IN: SANTOS, 2019, p.100

Na interpretação do quadro acima Santos (2019) aponta para o crescimento vertiginoso de algumas instituições, excetuando somente as instituições de número de ordem 06,10, 15 e 16 que apresentaram um decréscimo no repasse.

CONCLUSÃO

A pesquisa concluiu que estão se formando redes próprias de creches particulares com dinheiro público, sendo apurado um crescimento muito significativo de algumas instituições em número de unidades e valores recebidos.

Foi possível constatar que a descrição dos valores repassados para as creches conveniadas é de difícil entendimento e acesso.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan/abr. 2018. ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>>. Acesso em: 23/06/2019.

CELLARD, André. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. In: A análise documental. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

FRANCO, Dalva de Souza. As creches na educação paulistana - 2002 a 2012. Orientadora: Theresa Adrião. Tese (doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305012/1/Franco_DalvadeSouza_D.pdf>. Acesso em: 23/06/2019.

SANTOS, Selma Zeferino Macedo. A Transferência de Recursos Públicos no Município de São Paulo para a Rede Parceira da Educação Infantil e a Visibilidade desta movimentação junto às Mídias. 2019. 148 folhas. Dissertação (Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

Site consultado:

SME, Portal da. Portal da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Home/Index/>>. Acesso em: 23/06/2019.

CARACTERIZAÇÃO DAS NORMATIZAÇÕES QUE REGULAMENTAM A SUBVENÇÃO DO FUNDEB ÀS OSCs DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, NO PERÍODO DE 2019 A 2021

CARACTERIZACIÓN DE LAS NORMAS QUE REGULAN EL SUBSIDIO FUNDEB A LAS OSC EN EL MUNICIPIO DE VIÇOSA, EN EL PERÍODO 2019 A 2021

Terezinha Duarte Vieira

UFV/UNICAMP

terezinhaduarte@ufv.br

Palavras-chave: Fundeb - Oferta Educacional - Normatização

Palabras clave: Fundeb - Oferta educativa – Normatización

INTRODUÇÃO

Objetiva-se apresentar as principais características das normatizações que regulamentam as parcerias entre Viçosa-MG e as organizações da sociedade civil (OSCs), no período de 2019 a 2021. Parte-se da hipótese de que esses documentos regulamentam os contratos que formalizam o subvencionamento dos recursos do Fundeb às OSCs e consequentemente incentivam a privatização da oferta educacional da Educação Infantil (EI). Entende-se por privatização da educação “o movimento que tem direcionado, sob o interesse do setor privado, a educação básica brasileira para o campo e sob o interesse do setor privado.” (ADRIÃO, 2022 p,67). A privatização da oferta educacional, segundo a autora, é viabilizada por meio de três formas de operacionalizações a “implantação de convênios ou contratos entre esferas governamentais e setor privado” (ADRIÃO, 2018, p.11). Essa literatura, portanto, permite observar os contratos usados no município e identificar a *colaboração* enquanto uma das estratégias que viabiliza a privatização da oferta da EI via subvenção do Fundeb.

METODOLOGIA

É uma pesquisa quanti-qualitativa, os dados foram coletados nos sítios do Laboratório de Dados Educacionais Educacionais (LDE) e da prefeitura municipal de Viçosa, e, ainda, por meio de informações de servidores da Secretaria Municipal de Educação (SME), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e das instituições infantis.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicia-se, apontando as instituições que ofertam a EI no município, apresentadas por dependência administrativa.

Quadro 1: Instituições de EI

Série	Rede Municipal		Rede Federal	Rede privada	
	Centro Municipal de EI – CMEIs	Escolas Municipais com salas de turmas de pré-escola		Instituições Filantrópicas sem fins lucrativos – OSCs parceiras	Escolas Particulares com fins lucrativos
2019 a 2021	6	13	1	12	14
	18		1	26	

Fonte: elaborado pela autora com base no sítio do Laboratório de Dados Educacional

O quadro apresenta um panorama geral dos estabelecimentos que ofertam a EI, destaca-se a superioridade de instituições na rede privada, que incluem as entidades sem e com fins lucrativos, em detrimento da rede pública, considerando o municipal e o federal. Neste texto, evidencia-se as instituições filantrópicas sem fins lucrativos, pois, conforme Adrião, Oliveira e Mocarzel (2022), a Constituição Federal de 1988 legitima, legaliza e coloca tais instituições na agenda da lei e as autorizam a receberem recursos públicos. Os autores compreendem que “pela primeira vez a permissão legal de repasses públicos para escolas privadas foi regulada” (ADRIÃO; OLIVEIRA; MOCARZEL, 2022, p.8). Nessa perspectiva, as doze OSCs da cidade de Viçosa estão vinculadas à SME, recebem recursos públicos, mas integram ao setor privado.

O Fundeb, anterior e o vigente, (BRASIL, 2007; 2020), as leis e o decreto federal legalizam e regulamentam, respectivamente, as parcerias entre as OSCs e a administração pública (AP). Esses marcos federais fundamentam as normatizações da SME, que se reorganiza internamente para implementar o cumprimento dessas regulações.

O Decreto Municipal 5.075/2017 (VIÇOSA, 2017), revogado pelo de nº 5.773/2022 (VIÇOSA, 2022), indicam regras e procedimentos ao município e às OSCs sobre as parcerias celebradas entre a AP e as OSCs. As principais características desse decreto são: conceituação dos termos que regem o documento, princípio da publicidade e da legalidade, nomeação de representantes da AP no âmbito da SME e procedimentos detalhados acerca da formalização das parcerias

Tal decreto instaura uma readaptação interna na SME para o cumprimento das regras e de estratégias a serem implementadas e realizadas pelo município. Pinto (2019) tem investigado sobre os fundos constitucionais (Fundef-Fundeb) transferidos às instituições

privadas e públicas e os definem como um formato de financiamento denominado como política de fundo. Igualmente, tal política é objeto de estudo de Borghi e Bertagna (2016), elas investigam o atendimento conveniado da EI no Brasil e revelam a intensificação da política de conveniamento nas diferentes regiões, em destaque o Sudeste e o Sul que apresentam a concentração da política de conveniamento.

Outra documentação que integra essa política é o Termo de Colaboração (TC), o qual formaliza as parcerias entre a SME e as OSCs, as suas principais características são: objeto da parceria, obrigações da AP e das OSCs, princípio da publicidade, da legalidade, do acompanhamento, da avaliação, da fiscalização e das penalidades, se for caso. Outro aspecto do termo é a caracterização das despesas e os trâmites da movimentação dos recursos.

Destaca-se que, no ano de 2019 e 2020, o teor do documento se manteve, contudo, já no ano de 2021, as obrigações dos representantes da AP foram expandidas. Essa mudança pode estar relacionada com a constituição do Fundeb (vigente) que passa a vigorar em 2021, para Araújo e Adrião (2021, p.778), esse fundo atual aumenta “a transparência na utilização dos recursos”. Desse modo, esse reforço do princípio da transparência pode justificar as alterações ocorrida no instrumento do TC.

CONCLUSÃO

A caracterização panorâmica do Decreto Municipal 5.075/2017 e o TC demonstram aspectos gerais dos contratos que formalizam o subvencionamento usado pelo município para regulamentar as parcerias com as OSCs, o que resulta na política de fundos, no período de 2019 a 2021. Essas normatizações declaradas em Viçosa são elaboradas, organizadas, sistematizadas e fundamentados em princípios, regras e procedimentos que incentivam as transferências de recursos públicos ao setor privado e, conseqüentemente, a privatização da oferta da EI por meio da *colaboração*.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T., **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990** [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.

_____. **Dimensões e formas de privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais.** Currículo sem Fronteiras, v. 18, n.1, p. 8-28, jan./abr.2018.

ARAÚJO, F., ADRIÃO, T., **Riscos iminentes de privatização da educação básica:** reflexões sobre conjuntura, a LDB e o novo Fundeb. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.15, n.33, p.767-785, set./dez,2021.

BORGHI, R. F., BERTAGNA, R. H. **Que educação é pública?** Análise preliminar do atendimento conveniado na educação infantil nas diferentes regiões administrativas. Rev. Bras., Estud.pedag. (on-line),Brasília, v. 97, n.247, o.506-518, set/dez.2015.

ADRIÃO, OLIVEIRA, MOCARZEL (2022). O público, o privado e o comunitário: novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **Revista de Financiamento da Educação.** v.10, n.24, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.494/2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências. Brasília, DF, 21 jun. 2007

_____. **Lei nº 14.113/2020.** Regulamenta o FUNDEB, e dá outras providências. Brasília, DF, 21 jun. 2020.

PINTO. J.M.R. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. **Propuesta Educativa.** n.52. año28. vol.2.nov.2019.p.24 a 40.

VIÇOSA. **Decreto n. 5075/2017.** Estabelece o regime Jurídico das parcerias entre a AP direta, autárquica e Fundacional do Município de Viçosa, as sociedades de economia mista municipais prestadoras de serviço público com as OSCs. Viçosa-MG.2017.

_____. **Decreto n. 5.733/2022.** Revoga o decreto 5075/2017.

ESCOLA SEM PARTIDO: EDUCAÇÃO, DO DIREITO À PRIVATIZAÇÃO

ESCUELA SIN PARTIDO: EDUCACIÓN, DEL DERECHO A LA PRIVATIZACIÓN

Lerianson de Toledo Santos Filho

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Campos do Jordão.

e-mail: lerianson.filho@aluno.ifsp.edu.br

Cíntia Magno Brazorotto

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus Campos do Jordão.

e-mail: cbrazorotto@ifsp.edu.br

Palavras-Chave: Direito à Educação; Escola Sem Partido; Privatização.

Palabras clave: Derecho a la educación; Escuela Sin Fiesta; Privatización.

Introdução

Neste trabalho analisou-se o movimento “Escola sem Partido” (ESP) e sua atuação, focalizando aqui a atuação de agentes privados. Autodeterminado como movimento social de familiares e docentes interessados em combater uma doutrinação político-ideológica e religiosa, que alegadamente estaria sendo realizada em todos os níveis do ensino nacional público e privado, o ESP coloca-se como sem ideologia e apartidário, exigindo, a partir de Projetos de Lei (PL) como o PL 7180/2014, a esterilização das relações de ensino-aprendizagem, por meio do monitoramento da atividade docente, prescrevendo quais temas o professor pode abordar em sala de aula, buscando suposta neutralidade educacional.

Já para Penna (2017), há ausência de evidências capazes de sustentar a suposição do ESP de que exista um sistema de doutrinação estabelecido pelos docentes, privando os alunos de acessar formas distintas de saber, o que encaminhou a hipótese desta pesquisa de que há interesses para a educação brasileira, distintos dos declarados pelo movimento, cujo caráter aparenta ser prejudicial para a educação enquanto direito público subjetivo, já que, acredita-se que o caráter reformista, sem embasamento pedagógico, sugere uma tentativa de sucateamento da educação pública, de modo a viabilizar sua privatização. Isso caracterizou a principal justificativa para a investigação deste trabalho.

O PL 7180/2014 não foi aprovado, pois, atenta contra o Art.206 da Constituição Federal de 1988, por cercear a liberdade de cátedra e de expressão, bem como atenta contra a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB), por violar o pluralismo de ideias e a liberdade de aprender e ensinar (MARTINS, 2019). Entretanto, o movimento não só se manteve ativo, como projetos de lei semelhantes se multiplicaram, totalizando 213 PL relacionados ao ESP, conforme MOURA (2020).

Assim, diante da perenidade do movimento, apesar de sua natureza contraditória, a pesquisa teve como objetivo contextualizar criticamente o ESP, a fim de entender quais atores sociais se interessam pela defesa do projeto e quais intenções são veladas por seu discurso

salvacionista. Ademais, quis-se entender em que se embasam suas ideias e como tais elementos se relacionam com o direito à educação, podendo, assim, evidenciar os possíveis desdobramentos da aplicação de seu ideário na forma de Lei.

METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter qualitativo e utilizou como metodologia a revisão da bibliográfica e análise documental. As referências foram obtidas através de busca no Google Acadêmico; no banco de teses SciELO, bem como no site do contramovimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”. O material selecionado foi composto: 1) Mapeamento dos Projetos de Lei ESP: “6 Anos de Projetos “Escola Sem Partido” no Brasil: Levantamento dos Projetos de Lei Estaduais, Municipais, Distritais e Federais que Censuram a Liberdade de Aprender e Ensinar”; 2) 11 (Onze) artigos do organizado “Escola Sem Partido ou a Escola da Mordaza e do Partido Único a Serviço do Capital”. Foi feita a leitura, fichamento e análise do material coletado.

RESULTADOS

Constatou-se que o movimento ESP não se trata de um fenômeno espontâneo, novo, nem restrito ao Brasil. Em verdade, faz parte de uma reedição de iniciativas liberais, que compõe uma macromovimentação do sistema capitalista, que, a partir do ideário neoliberalizante, busca ajustar as condições societárias para viabilizar a sua continuidade e expansão (SILVEIRA, 2019).

Assim, o ESP não se reduz a uma reforma da educação em si. As análises dos teóricos da educação evidenciam, que sua proposta não se preocupa com a busca por uma educação emancipatória ou democrática, nem se pauta em questões ou teorias pedagógicas. Na verdade, o grupo é uma ofensiva liberal e conservadora, integrante de um pacote de reformas neoliberalizantes radicais, as quais buscam tornar o Estado Mínimo uma realidade, abrindo, assim, espaço para que a iniciativa privada explore os campos dos direitos públicos como saúde e educação, mercantilizando-os.

Outrossim, conforme Penna (2017), o ESP está ligado, mesmo que indiretamente, a diversas instituições privadas como Instituto Lemman, Instituto Aryton Senna, Grupo Kroton, bem como a partidos conservadores ou liberais como PL, Partido Novo, PSL, entre outros, assim, constata-se a presença de instituições privadas no movimento em busca da privatização da educação básica. Percebe-se assim, que o grupo não é, portanto, neutro, na verdade é

latente que defende os interesses das classes hegemônicas e corrobora para a manutenção do status quo e do dualismo escolar.

Por fim, embora o ESP não tenha conseguido aprovar nenhum PL, sua atuação produziu intensa interferência na elaboração de importantes instrumentos legais da educação como a Base Nacional Comum Curricular, influenciou a reforma do ensino médio e corroborou para a criação de um clima de insegurança na atividade docente, devido ao estímulo promovido pelo ESP para que alunos e familiares vigiassem os professores em sala e, por vezes, fora dela, para sua posterior judicialização com relação aos conteúdos abordados, falas e perspectivas adotadas. Portanto, Martins (2019) afirma que os reais objetivos do ESP foram alcançados, uma vez que teve sucesso em incorporar a ânsia pela mercantilização da educação em diversos setores da sociedade.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese inicial desta pesquisa de que as demandas reformistas apresentadas pelo Movimento ESP, apesar de seu discurso benevolente, configuram-se como uma ameaça à educação democrática e livre, estão na contramão das principais linhas teóricas sobre a educação bem como subvertem a função social da escola. Ademais, espera-se ter contribuído com o campo da educação sinalizando a importância de educadores deste país permanecerem atentos e unidos, com vistas a educação nacional democrática, rechaçando de medidas retrógradas, reacionárias e perversas como o Escola Sem Partido. Além disso aponta-se que as condições sociais que a viabilizaram o ESP não desapareceram, sendo ele um passo em direção ao “Homescholling” e à militarização escolar.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Marcos Francisco. “Escola Sem Partido”: Um Contra o Direito de Aprendizagem. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO Paulino José; LUCENA, Carlos. Escola Sem Partido ou a Escola da Mordada e do Partido Único A Serviço Do Capital. **Navegando Publicações**, Uberlândia – MG, 2019.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. 6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: **Frente Nacional Escola Sem Mordada**, 2020.

PENNA, Fernando. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton H. E. Escola Sem Partido: A Inquisição da Educação no Brasil. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO Paulino José; LUCENA, Carlos. Escola Sem Partido Ou A Escola Da Mordaga E Do Partido Único A Serviço Do Capital. **Navegando Publicações**, Uberlândia – MG, 2019.

SILVEIRA, Zuleide S. ONDA CONSERVADORA: O EMERGENTE MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO Paulino José; LUCENA, Carlos. Escola Sem Partido Ou A Escola Da Mordaga E Do Partido Único A Serviço Do Capital. **Navegando Publicações**, Uberlândia – MG, 2019.

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PRIVADO-MERCANTIL: ENSAIOS DE UMA REDE DE ESCOLAS NO RIO DE JANEIRO

EXPANSIÓN DE LA EDUCACIÓN PRIVADA-COMERCIAL: ENSAYOS DE UNA RED DE ESCUELAS EN RÍO DE JANEIRO

Marcelo Mocarzel (UCP/UNESA) marcelomocarzel@gmail.com

Karine Morgan (UERJ/UNESA) karine.morgan@uerj.com

Eixo 1 – Privatização da oferta da educação básica

Palavras-chave: Educação privada; Financeirização; Privatização da Oferta

Introdução

No Brasil, a partir de 2016, as políticas neoliberais encontraram sua máxima expressão, com o ambiente propício para a expansão de grandes grupos educacionais, associados a uma ideia de que a educação que funciona é a privada e que a educação pública deve ser substituída, a partir de repasses para a iniciativa privada, seja como já vem ocorrendo no ensino superior, seja a partir de novas formulações voltadas para a educação básica, do que se convencionou chamar de parcerias público-privadas, que nada mais são que estratégias de privatização da educação pública (ADRIÃO, OLIVEIRA e MOCARZEL, 2022). Três processos têm caminhado juntos nessa expansão do ensino privado mercantil: mercantilização, privatização e financeirização, este último, o que importa a este artigo.

Adotamos a definição de Krippner (2005, p. 14), que por financeirização entende “um padrão de acumulação no qual a produção do lucro se dá crescentemente através de canais financeiros ao invés de ser pela via do comércio e da produção de commodities”. Ainda segundo a autora, trata-se de um movimento global alavancado pelo capitalismo financeiro decorrente dos investimentos em ações.

Os três movimentos articulados, tanto na Educação Básica como na Educação Superior, são pilares da estratégia de desresponsabilização do Estado pelo direito à educação e disputa pela fundo público, com grande vantagem para as entidades privadas, em especial aquelas com fins lucrativos e associadas a grandes grupos do capital financeiro e é neste contexto que o presente trabalho ganha relevância. Parte deste estudo consiste em, a partir de um corte de classe socioeconômica, colocar em evidência e análise os perfis socioeconômicos atendidos pelas três marcas de instituições da Eleva: O Colégio PH, Pensi Colégio e Curso e o Elite Rede de Ensino. Este artigo preliminar, delimitou-se a análise apenas ao Pensi Colégio e Curso e suas características de oferta.

Metodologia

A metodologia conjuga pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, com análise documental de relatórios de demonstrativos financeiros das empresas e outros documentos e pesquisa exploratória. O estudo ora apresentado, de cunho exploratório, analisou as condições de oferta na educação básica utilizando, para tanto, os microdados do censo escolar (2021 e 2022), as páginas oficiais da marca investigada e suas redes sociais (Instagram e Facebook), com recorte temporal de postagens a partir de 2021.

Discussão dos resultados

O Pensi Colégio e Curso (PCoC) surge no ano de 1997, fundado como curso preparatório para concursos de admissão nas escolas e carreiras militares e de acesso ao ensino superior e expande sua atuação para a educação básica inaugurando, três anos depois, o Ensino Médio. No ano de 2005 inaugura o segundo segmento do Ensino Fundamental e no ano seguinte o primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Não foi encontrado na página da instituição o ano em que a educação infantil foi iniciada. Sua história é atravessada pela Eleva Educação no ano da criação da *holding*: em 2013, a partir do fundo de investimento Gera Venture, é criada a Eleva Educação, que adquire e promove a fusão das marcas Elite Rede de Ensino e o Pensi Colégio e Curso. Para análise da

marca, foram isoladas, inicialmente, as 23 escolas existentes e em funcionamento no estado do Rio de Janeiro, utilizando como base o Censo Escolar de 2022.

Quadro 1: Escolas Pensi no Estado do Rio de Janeiro (2022)

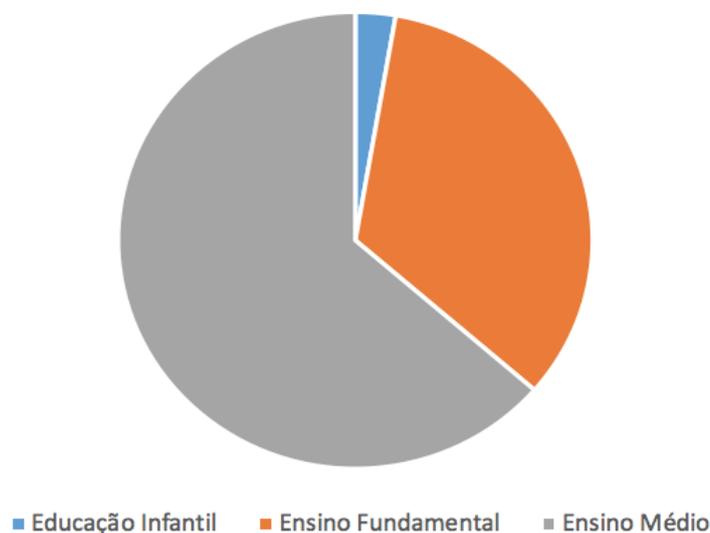
Quantidade de Unidades	Município	Bairro	EI	EF	EM
3	Cabo Frio	Centro	Sim	Sim	Sim
4	Niterói	Icaraí Itaipu	Não	Sim	Sim
1	Nova Friburgo	Village	Sim	Sim	Sim
1	Petrópolis	Centro	Não	Sim	Sim
1	Rio das Ostras	Village Sol e Mar	Sim	Sim	Não
12	Rio de Janeiro	Copacabana Flamengo Freguesia JPA Ilha do Governador Madureira Maracanã Méier Recreio dos Bandeirantes (2) Tijuca Vila da Penha Vila Isabel	Sim	Sim	Sim
1	Teresópolis	Alto	Não	Sim	Sim

Fonte: Adaptado de Censo Escolar (Brasil, 2022)

A marca reúne um total de 12252 matrículas, sendo 394 na Educação Infantil (126 de Creche e 268 de Pré escola), 7273 de Ensino Fundamental (3078 em EF I e 4195 de EF II) e 4585 de EM. Os números demonstram que a maior concentração de matrículas absolutas é no Ensino Fundamental. Entretanto é preciso levar em consideração a duração do EF e EM. O primeiro com duração de 9 anos e o segundo com duração de três anos.

Nesse sentido, obtendo o número de matrículas por ano de escolaridade, percebe-se que este último tem maior representatividade. O gráfico abaixo demonstra que o número de matrículas por ano de duração da etapa da educação básica no que tange ao Ensino médio é bastante expressivo, sendo quase 100% maior que do Ensino Fundamental.

Gráfico 1: Número de matrículas no Pensi por ano de duração e por etapa da educação básica no Estado do Rio de Janeiro (2022)



Fonte: Adaptado de Censo Escolar (Brasil, 2022)

Em busca no Ranking de notas no Exame Nacional do Ensino Médio, realizado pela Consultoria ZBS (disponível em <https://www.zbs.com.br/enem>) com os dados do ano de 2019 (antes da pandemia), aparecem 11 unidades Pensi, das quais 8 na capital do Estado, 1 em Nova Friburgo e 1 em Niterói. Observando apenas a nota média da prova objetiva de todas as unidades, temos a pontuação igual a 609,59, mais de 100 pontos a mais que a média nacional daquele ano, a saber 507,45 e quase 90 pontos à frente da média do estado Rio de Janeiro que obteve 522,67.

Interessante notar que a renda média declarada pelos estudantes no questionário é de R\$ 8430,75. Este número representa mais de cinco vezes a média dos valores declarados pelos estudantes oriundos da rede de estadual de ensino e totaliza 8 salários mínimos à época do exame.

Na mídia, a marca declara uma média de 677 pontos, resultado este que teria rendido o segundo lugar no Ranking organizado pela Consultoria mencionada, entretanto, a pontuação restringe-se a apenas uma escola da marca.

Não observou-se relação entre renda e notas médias. Entretanto, a unidade que possui menor média de renda familiar anotada declarou R\$6.053. Pode-se levantar a hipótese a ser investigada mais a fundo posteriormente em outra fase da pesquisa, de que, dentro deste

universo, a partir de algum valor que possa proporcionar condições materiais de vida com dignidade, os sujeitos não apresentam variações consistentes no desempenho escolar.

Conclusão/ apontamentos

Espera-se, com esta pesquisa, que possamos contribuir para uma melhor compreensão do setor educacional brasileiro, em especial na educação básica, na medida em que a expansão dos grandes grupos privado-mercantis representa, em certa medida, a dificuldade do Estado brasileiro em oferecer respostas às demandas da sociedade por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. A ação dos grandes grupos é pouco estudada, mas representa um processo de corrosão da estrutura de oferta, gestão, formação da educação brasileira, na medida em que se formam oligopólios que passam a controlar o setor.

Pesquisas como essa possibilitam que o Estado possa reagir às imposições mercadológicas e fomentar políticas públicas que independam de participação de entes privados. Em um momento em que estamos distantes de cumprir grande parte das metas do Plano Nacional de Educação, cuja vigência se encerra em 2024, é essencial termos análises críticas do contexto, mas ao mesmo tempo propositivas.

Referências

- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>
- ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de; MOCARZEL, Marcelo. O público, o privado e o comunitário: novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **EPAA**, v. 30, n. 128, ago. 2022, p. 1-22. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7172/2906>
- KRIPPNER, G. The financialization of the American economy. **Socio-Economic Review**, v. 3, n. 2, p. 173-208, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/SER/mwi008>

FINANCEIRIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2013 A 2021¹

¹ Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processos nº 141100/2021-4 e nº 405647/2021-2.

FINANCIARIZACIÓN Y EDUCACIÓN: LO QUE DICE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA DE 2013 A 2021

Felipe Araujo
Universidade Estadual de Campinas
felipesaraujo.fsa@gmail.com

Palavras-chave: Financeirização. Educação Básica. Revisão Bibliográfica.

Palabras clave: Financiarización. Educación Básica. Revisión Bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados de pesquisa de revisão bibliográfica que teve como objetivo identificar o que diz a produção acadêmica nacional e internacional sobre o processo de financeirização, bem como qual a relação estabelecida por tais produções entre o referido processo e o campo educacional no período de 2013 a 2021. A revisão bibliográfica que resultou neste texto faz parte de pesquisa de tese em andamento que tem por objetivo explicitar e analisar a atuação no campo educacional brasileiro da holding Eleva Educação.

Destaca-se que a pesquisa de revisão bibliográfica é indispensável no processo das definições que permeiam o todo de uma pesquisa, de modo que possibilita identificar o que já foi produzido (mais precisamente artigos e livros) de conhecimento sobre o objeto em análise, como também permite que eventuais lacunas na produção sejam identificadas (GIL, 2002). De acordo com Gil (2002), a pesquisa de revisão bibliográfica é exigida principalmente quando não se possui informações suficientes para compreender e responder ao problema de pesquisa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa qualitativa utilizou-se da revisão bibliográfica. Para a seleção das produções apresentadas neste texto foram utilizados os seguintes descritores: financeirização/financialization; financeirização da economia/financialization of economy; financeirização da educação/financialization of education. Os referidos descritores foram aplicados em três bases de dados bibliográficos, a saber: *Web of Science*; *Scielo* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os textos encontrados foram organizados em uma planilha do excel a fim possibilitar uma melhor visualização das produções e suas respectivas categorias. Nos casos da *Web of Science* e *Scielo* as planilhas foram organizadas com as seguintes colunas: autor(a); título; palavras-chave; resumo; periódico/revista; ano; link e observações. No caso da planilha da BDTD foram utilizadas as seguintes colunas: autor(a); título; palavras-chave; resumo; universidade; nível; ano; link e observações. Com relação a pesquisa feita na BDTD, foi utilizado ainda o recorte "Programa de Pós-Graduação em Educação" a fim de refinar a busca das produções.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada nas diferentes bases de dados permitiu que fossem encontradas ao todo 23 (subtraindo duas produções que apareceram em mais de um descritor) produções acadêmicas² para os descritores referidos na seção anterior, conforme apresenta-se na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Quantitativo de produções por base de dados e descritores de 2013 a 2021

Base de Dados	Financeirização Financialization	Financeirização da Economia Financialization of Economy	Financeirização da Educação Financialization of Education
Web of Science	9	1	1
Scielo	5	3	0
BDTD	6	0	0
Total	20	4	1

Fonte: elaborado pelo autor com base nas produções encontradas

Dos artigos encontrados na *Web of Science*, um deles trata sobre a relação da financeirização e agricultura. Quatro deles dissertam sobre o processo de financeirização no ensino superior. Outros dois tratam sobre o processo de financeirização e seus impactos sobre o campo da ciência e tecnologia. Um artigo aborda questões baseadas em Marx sobre o capital fictício e estado atual do movimento de privatização da educação impulsionado pelo processo de financeirização. Por fim, um artigo trata sobre o processo de financeirização e

² Algumas referências bibliográficas estão suprimidas a fim do texto conservar-se no limite de caracteres.

suas implicações na disputa pela definição da Base Nacional Comum de formação de professores, e o outro de Perbonni et al. (2019) que trata sobre a possibilidade das relações público-privado no contexto das políticas públicas de avaliações de larga escala da educação básica evoluírem de "quase-mercado" para o processo de financeirização.

Sobre os textos encontrados na *Scielo*, cinco deles tratam do processo de financeirização e suas implicações para o ensino superior. Um artigo fala sobre a financeirização e sua relação com a reestruturação produtiva. Outros dois artigos tratam da relação da financeirização e a metropolização da cidade de Porto Alegre e sobre a financeirização e a industrialização no Brasil. Por fim, todas pesquisas encontradas na BDTD tratam da financeirização e sua relação com o ensino superior.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este texto tentou por meio da revisão bibliográfica aferir o que as produções acadêmicas dizem a respeito da financeirização e quais as relações estabelecidas com o campo educacional. Concluímos que há presença significativa de produções que tratam da financeirização e sua relação com o ensino superior privado. Se considerarmos a educação básica no Brasil, constatamos uma ausência de produção acadêmica sobre tal campo (apenas uma das produções apresentou proximidade). Este levantamento permite inferir que há carência de que investigações sobre os efeitos do processo de financeirização na educação básica no Brasil sejam realizadas, a fim de dimensionar de que forma (ou não) o referido processo tem influenciado as dimensões da política educativa, bem como a necessidade de ampliar a busca por produções através do *google scholar*, dado ao baixo número encontrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

PERBONI, F.; MILITÃO, A. N., DI GIORGI, C. A. G. Manifestações do “quase-mercado” nas avaliações externas e em larga escala. *Educação*, v. 44, 2019.

MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

MAPEO DE INSTITUCIONES DE CONVENIO DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN EL MUNICIPIO DE CUIABÁ

Kamilli Ventura de Mello
Universidade do Estado de Mato Grosso
kamilli.melo@unemat.br
Marilda de Oliveira Costa
Universidade do Estado de Mato Grosso
marilda.costa@unemat.br

Palavras-chave: Privatização. Educação Especial. Convênios

Palabras clave: Privatización. Educación especial. Acuerdos

Este texto é parte de pesquisa de iniciação científica, vinculada ao projeto de pesquisa: privatização e mercantilização da educação básica em municípios mato-grossenses na pandemia, entre 2020 e 2021, financiado com recursos da FAPEMAT e tem por objetivo mapear as instituições conveniadas de educação especial no município de Cuiabá – MT e a oferta educacional.

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9 394/1996, a oferta de Educação Especial a pessoas com deficiências, no Brasil, passou por momentos distintos, transitando entre entidades privadas, de caráter filantrópico e sem finalidade lucrativa, como as Associações e Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), Institutos Pestalozzi, entre outras, voltadas especificamente para o atendimento e bem estar de pessoas com deficiência, assim como nas chamadas salas de recursos, que funcionavam em escolas públicas. Até então, o atendimento era marcado pela segregação e exclusão da pessoa com deficiência de espaços sociais e do sistema regular de ensino.

A Conferência que culminou na Declaração de Salamanca, em 1994, focou na “busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daquelas cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1). Essa declaração influenciou a LDB nº 9 394/96, Art. 4º, III e Art. 58 e §§s 1º, 2º e 3º e Art. 59, incisos de I a V, asseguram o direito ao atendimento educacional especializado ofertado em escolas ou serviços especializados; o

Estado deve assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos, para atender às necessidades educacionais indicadas no Art. 4º, III, [...] acenando com um avanço inegável na garantia do direito a pessoas com deficiências, quase ausente até então do arcabouço jurídico da educação nacional. A diversidade de deficiências e a complexidade que as envolve tem demandado atendimento tanto no sistema regular de ensino como em instituições específicas, voltadas para o atendimento especializado. Essas instituições e/ou entidades têm demandado recursos públicos, via convênios com o poder público, para manutenção e desenvolvimento do ensino. Tais repasses podem ser caracterizados como privatização da oferta e da gestão educacional da educação especial, como apontam estudiosos do tema. “O movimento de privatização pode ser identificado na organização da administração escolar, com a presença das organizações sociais (ADRIÃO; BEZERRA, 2013), na adoção de princípios da administração privada na administração educacional pública, na aquisição de produtos pedagógicos completos por redes municipais e estaduais (PERONI, 2013), dentre outros exemplos. Assim, este texto visa mapear as entidades conveniadas com o poder público municipal de Cuiabá para a oferta educacional.

METODOLOGIA

O trabalho parte de uma abordagem qualitativa, cujo objetivo é mapear as instituições de educação especial conveniadas, com e sem fins lucrativos, no município de Cuiabá-MT. Para tanto, definimos como fontes primárias de dados os relatórios emitidos pelo *Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)*, elaborados através dos dados enviados pelos municípios. Dentre os relatórios utilizados, estão o Relatório de Instituições Conveniadas dos Segmentos de Ensino Considerados no FUNDEB, de 2018 a 2021.

Como fonte secundária, adotamos a base de dados da SciELO-br com fito a construção do referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cuiabá é a capital do estado de Mato Grosso, fundada em 08 de abril de 1719 de acordo com dados do IBGE (2022) possui uma população estimada de 623.614 mil habitantes. Possui sistema próprio de ensino e, de acordo com sinopses estatísticas dos anos de 2018 a 2021, a rede municipal de ensino atende a Educação Infantil, Ensino Fundamental – I e II, Educação de Jovens e Adultos – Fundamental I e II, Educação Especial. Esta última é atendida por meio de convênios com entidades filantrópicas e confessionais. Na tabela 1 a

seguir são apresentados os dados de matrículas e na tabela 2 as instituições conveniadas, no referido período:

Tabela 1: Estudantes matriculados na rede pública municipal de Cuiabá entre 2018 e 2021

Etapas do Ensino	Período/Nº alunos				Total
	2018	2019	2020	2021	
Creche	8.342	8.378	8.493	8.630	33.843
Pré-Escola	11.486	12.105	12.132	11.622	47.345
Ensino Fundamental I	24.298	24.651	25.480	27.413	101.842
Ensino Fundamental II	4.985	4.664	4.929	5.123	19.701

Fonte: Banco de dados do projeto de pesquisa – INEP (2021)

Quadro 2: Instituições conveniadas com o município de Cuiabá de 2018 a 2021

Nº	Instituição conveniada	Categoria	Período/Nº alunos				Total
			2018	2019	2020	2021	
01	Ass Pestalozzi de Cuiaba - Jonas P da Silva Jr	Filantrópica	104	106	112	-	372
02	Cenper-Cen Ped Ens Esp Regina M ^a das Marques	Filantrópica	126	-	-	-	126
03	Centro de Ed Esp Vida e Fraternidade	Filantrópica	76	83	-	-	159
04	Esc Espec Maria Aparecida Pedrossian Apae-Cba	Filantrópica	83	101	-	-	184
05	Inst dos Cegos do Estado de Mato Grosso	Filantrópica	-	61	-	-	61

Fonte: Instituições conveniadas e os segmentos de ensino Fundeb (SIOPE)

Foram localizadas 05 (cinco) entidades conveniadas com a Prefeitura de Cuiabá, todas filantrópicas. De acordo com os dados de matrícula no período analisado o atendimento em

instituições conveniadas, foi de aproximadamente 0,79% do total de alunos matriculados em 2018. Em 2019, correspondeu, aproximadamente 0,70%, em 2020, 0,22% e em 2021, 0%. A queda no atendimento nos anos de 2020 e 2021 podem estar relacionados com a pandemia da Covid 19 e precisa ser investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica assim evidente que no município de Cuiabá a porcentagem de alunos matriculados em instituições conveniadas é um número pequeno se comparado aos números gerais de matrículas. Desse modo também é explícito que nos anos de 2020 e 2021 os percentuais caem até chegarem em 0%, o que possivelmente tem muita relação com a pandemia mundial da Covid 19, que impactaram de certa forma a matrículas nessas instituições de ensino, a se analisar também uma eventual queda, por conta da integração desses alunos nas instituições regulares. Sendo assim, ainda há dados a serem analisados, incluindo-se a transferência de recursos públicos para as referidas entidades.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; BEZERRA, E.P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013. Disp.: <https://www.curriculosemfronteiras.org> › adriao-bez..Acesso: 16 maio 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96. Disp.: em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/14. Disp.: <https://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa/31-base-legal>. Acesso 22 de setembro de 2022.

BRASIL. MEC. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. Disp. em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

PERONI, V.M.V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013. Disp.: www.curriculosemfronteiras.org/vol.13iss2articles/peroni.pdf. Acesso: 14 setembro de 2022.

MAPEAMENTO DO ATENDIMENTO CONVENIADO POR MUNICÍPIOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CUIABÁ

MAPEO DE SERVICIO CONCERTADO POR MUNICIPIOS DE LA REGIÓN GEOGRÁFICA INTERMEDIA DE CUIABÁ

Renata Caroline dos S. Lopes
Universidade Estadual do Mato Grosso - Unemat
E-mail: renata.lopes@unemat.br

Adriana Rodrigues dos Santos Brito
Universidade Estadual do Mato Grosso - Unemat
E-mail: adriana.brito@unemat.br

Palavras-Chave: Convênio. Cuiabá. Educação infantil.

Palabras-clave: Negociación. Cuiabá. Educación infantil.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta mapeamento sobre os convênios estabelecidos por meio do repasse dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no período de 2015 a 2020 para a oferta da educação infantil (creche e pré-escola) para provedor privado em municípios que compõem a Região Geográfica Intermediária de Cuiabá, localizada no estado de Mato Grosso. Faz parte da dissertação de mestrado realizada no ano de 2022 sob orientação da Profa. Dra. Theresa Adrião. A investigação identificou a adoção da política de conveniamento subsidiado com recursos do Fundeb para a oferta da educação infantil por provedor privado em municípios do Mato Grosso.

Corrêa e Adrião (2010) e Borghi, Bertagna e Adrião (2014) afirmam que a presença do setor privado na oferta da educação infantil fortaleceu-se por meio dos convênios em consequência do baixo custo para o atendimento. Apontam ainda que tal prática foi potencializada com a criação do Fundeb, que permite a consolidação dos convênios em instituições do setor privado.

2 METODOLOGIA

Os dados para análise foram obtidos por meio de consultas ao portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O recorte temporal corresponde ao período entre 2015 e 2020. Considerou-se relevante inventariar dados do último ano da gestão municipal anterior para efeito de identificação de eventuais alterações no repasse dos fundos públicos para organizações privadas.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A região geográfica de Cuiabá é composta por trinta municípios. Dentre eles, entre os anos de 2015 e 2020, quatro municípios apresentaram dados de convênios com recursos do Fundeb entre órgãos do governo e organizações privadas, quais sejam: Campo Verde, Cuiabá, Rosário Oeste e Várzea Grande.

No Quadro 1, a seguir, apresentam-se as organizações que receberam os recursos do Fundeb por meio de convênios nos municípios da região geográfica de Cuiabá.

Quadro 1 – Nome institucional, natureza jurídica, esfera administrativa do convênio e período de vigência - região intermediária de Cuiabá (2015 a 2020)

Campo Verde			
Instituições	Natureza da instituição	Esfera Administrativa	Vigência
Educandário Espirita Maria de Lourdes	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Cuiabá			
Instituições	Natureza da instituição	Esfera Administrativa	Vigência
Associação Assistencial Jesus é o Caminho e a Vida	Filantrópica	Municipal	2017 - 2019
Centro De educação Infantil Padre Emilio Reinher	Filantrópica	Municipal	2015
Centro de educação infantil Padre José Ten Cate	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Centro de educação infantil Rosa Mutran Maluf	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Clube de Mães Raio de Sol e Creche Comunitária Tia Antônia	Filantrópica	Municipal	2019

Colégio Coração de Jesus	Filantrópica	Estadual e Municipal	2015-2019
Creche Avo Maria José	Filantrópica	Municipal	2015-2020
Creche Comunitária do Pedregal	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Creche Comunitária Menino Jesus	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Creche Criança Feliz	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Creche Falcãozinho	Filantrópica	Municipal	2015-2020
Creche Filantrópica Boa Vontade	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Creche Lar Espirita Benedito da Cura	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Creche Voz da Verdade	Filantrópica	Municipal	2015-2020
Educandário Espirita Maria de Nazaré	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Educandário Espirita Mãe Zeferina	Filantrópica	Municipal	2016-2019
EPG São Judas Tadeu	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Escola Esp educação infantil Athayde Pedroso da Silva- Raio de Luz	Filantrópica	Municipal	2015-2017
Escola Espirita Vianna De Carvalho	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Escola Espirita Auta de Souza	Filantrópica	Municipal	2016-2019
Escola Espirita Irmão Praeiro	Filantrópica	Municipal	2016; 2017; 2019; 2020
Instituto Educacional Nossa Senhora de Fátima	Comunitária	Estadual e Municipal	2015-2019
IPH Papa João XXIII- Creche Irma Hilda Aydil Bodstein	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Obra Social da Sociedade Espirita Beneficente Anjo Gabriel;	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Colégio Notre-Dame de Lourdes – Unidade jardim vitória	Filantrópica	Municipal	2020
Rosário Oeste			
Instituições	Natureza da	Esfera	Vigência

	instituição	Administrativa	
Escola Prof. Adiles Ramos Tocantins	Filantrópica	Municipal	2016-2017
Educandário Espirita Allan Kardec	Filantrópica	Municipal	2018-2019
Várzea Grande			
Instituições	Natureza da instituição	Esfera Administrativa	Vigência
Centro Educacional de Apoio a Família	Filantrópica	Municipal	2015-2020
Educandário Espirita Maria de Nazaré	Confessional	Estadual e Municipal	2015-2019
Instituição Filantrópica de Educação Pequeno Galileu	Filantrópica	Municipal	2015-2019
Instituto de Educação Luz do Amanha	Filantrópica	Municipal	2015-2020
Recanto Feliz Bem Aventurada Úrsula	Confessional	Municipal	2015-2017

Fonte: Lopes (2022).

Nessa região, cinco instituições apresentam dados de convênios estabelecidos entre os municípios e organizações privadas durante todo o período histórico, sendo três no município de Cuiabá e duas no município de Várzea Grande.

Quanto à esfera administrativa, trinta instituições são conveniadas com o poder público municipal, e três instituições são concomitantemente conveniadas com os poderes públicos estadual e municipal. Ou seja, frente à pressão para o atendimento da educação infantil, os municípios, em especial os de grande porte populacional, buscam atendimento conveniado.

As instituições, em sua maioria, são de natureza jurídica filantrópica (90,9%); duas são confessionais; e uma é comunitária. Uma hipótese para maior concentração em instituições filantrópicas “[...] pode estar relacionada à busca de certificados assegurados às associações assistenciais, como o da filantropia” (CECCON; DRABACH, 2020, p. 7). Um desses certificados denomina-se Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que, a partir da Lei nº 12.101, de 2009, constitui-se em um marco que regulamenta as políticas de transferências de oferta da educação pública às organizações privadas sem fins lucrativos.

4 CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que, na região geográfica intermediária de Cuiabá, os municípios de Campo Verde, Cuiabá, Rosário Oeste e Várzea Grande apresentaram dados de convênios com recursos do Fundeb para oferta da educação infantil por provedor privado. Constatou-se ainda que a filantropia é a natureza jurídica mais utilizada nesta região.

REFERÊNCIAS

BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena; ADRIÃO, Theresa. Subsídios públicos às instituições privadas de educação infantil: um estudo em municípios paulistas. *In*: SILVA, Sarita Medina da; SILVA, Maria Vieira (org.). **Trabalho docente e políticas educacionais para educação infantil: desafios contemporâneos**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

CECCON, Maria Lúcia Lemos; DRABACH, Nádia Pedrotti. As instituições sem fins lucrativos na privatização da educação infantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e231107, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/YJhZfnFPxSwqsVv8GHZVMCn/?lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CORRÊA, Bianca. ADRIÃO, Theresa. Direito à educação de crianças de até 6 anos enfrenta contradições. **Revista Adusp**, [s. l.], v. 48, p. 6-13, set. 2010. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/48/r48a01.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LOPES, Renata Caroline dos Santos. **O processo de privatização da oferta da educação infantil no âmbito do FUNDEB: mapeamento dos convênios por municípios de Mato Grosso no período de 2015 a 2020**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Cáceres, 2022.

MUNICIPALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

MUNICIPACIÓN Y PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN LOS MUNICIPIOS PAULISTAS

Danilo Kanno

UNICAMP

daniлокanno7@gmail.com

Palavras-Chave: Matrícula Conveniada, Oferta Privada, Municipalização.

Palabras-Clave: Provision Conveniada, Oferta Privada, Municipación.

Introdução

O presente trabalho teve função primordial a de gerar *insights* a respeito da natureza dos processos de privatização da educação infantil no estado de São Paulo em busca de potenciais generalizações que embasem estudos futuros.

Ainda em desenvolvimento, a análise dos dados identificou que existe tendência em parte dos municípios que municipalizaram o ensino fundamental da indução à privatização da pré-escola, inclusive através da política de conveniamentos de instituições privadas com o poder público para atender a demanda por vagas em educação infantil.

A privatização da oferta educativa (ADRIÃO, 2018) tem sido tema de estudo (CUNHA, 1986; CURY, 2002, 2017) tendo em vista que intensifica desigualdades educacionais.

Metodologia

Foram coletados dados de matrículas de 1996 a 2020 do ensino fundamental anos iniciais e pré-escola de todos os 645 municípios do estado de São Paulo. De 2007 em diante, os dados estavam disponíveis nas sinopses estatísticas da educação básica, anteriormente a este recorte foram obtidos os dados através do fale conosco da Fundação Seade, verificando a compatibilidade dos dados. Existe uma janela temporal que a Fundação Seade não possui dados para as etapas mencionadas que é de 1997 a 1999. Cabe ressaltar também que não existem dados para 20 municípios para o ano de 1996.

Além dos dados de matrículas totais, foram também coletados dados de matrículas em escolas privadas com e sem fins lucrativos que possuem convênio com o poder público, dados estes que estavam disponíveis no Laboratório de Dados Educacionais (LDE – UFPR). Por fim, foram coletados dados do censo de 2010 referentes ao número de habitantes dos municípios.

A fim de captar o movimento da municipalização, aqui entendida como a transferência de responsabilidade aos municípios de todo o ensino de uma determinada etapa (OLIVEIRA, 1999), foram realizados – para cada município – os cálculos da diferença entre matrículas de ensino fundamental anos iniciais (EFAI) municipais e EFAI estaduais. Em cada instância de ano, se o valor calculado fosse positivo, significaria que as matrículas municipais foram

maiores que as estaduais; já se o valor fosse negativo, que as matrículas estaduais foram maiores que as municipais. Em posse dessas diferenças, foi realizado o cálculo de taxa de crescimento das diferenças com o intuito de mensurar o distanciamento entre os dois valores.

Também foi realizado o mesmo procedimento para a diferença entre matrículas em pré-escola privada e matrículas em pré-escola municipal: T_{cpp} taxa de crescimento da privatização da pré-escola.

$$T_{cmf} = \frac{(M_{fp} - M_{fm}) - (M_{ip} - M_{im})}{|M_{ip} - M_{im}|}$$

Em que:

- T_{cmf} representa a Taxa de Crescimento da Municipalização no ensino fundamental,
- M_{fp} a quantidade de matrículas final do período analisado e privada,
- M_{fm} a quantidade de matrículas final do período analisado e municipal,
- M_{ip} a quantidade de matrículas inicial do período analisado e privada,
- M_{im} a quantidade de matrículas inicial do período analisado e municipal.

Discussão dos resultados

Da avaliação dos dados referentes à municipalização do ensino fundamental, movimento estimulado através da política de fundos como o Fundef e Fundeb (FARENZENA, 2020; CASTRO, 2007), é possível perceber que apenas 19 municípios possuíam mais matrículas na rede municipal que na estadual já em 1996. Em 2006 – às vésperas da aprovação do Fundeb – o número de municípios na mesma situação era 497. Em 2020 os municípios que contavam com mais matrículas municipais em ensino fundamental que na rede estadual já contavam 603.

Utilizando como recorte para uma análise mais adensada os municípios grandes (com 100.001 a 500.000 habitantes) devido ao fato de concentrarem grande número de matrículas, observa-se que todos os (66) municípios tiveram taxas de crescimento da municipalização acentuada entre 1996 e 2020, prioritariamente no período 1996-2006. O município de Jundiaí, por exemplo, teve a maior taxa de municipalização se considerado recorte de 1996-2020; no entanto, no período de 2006-2020 teve taxa negativa (ou seja, a rede municipal teve decréscimo no número de matrículas).

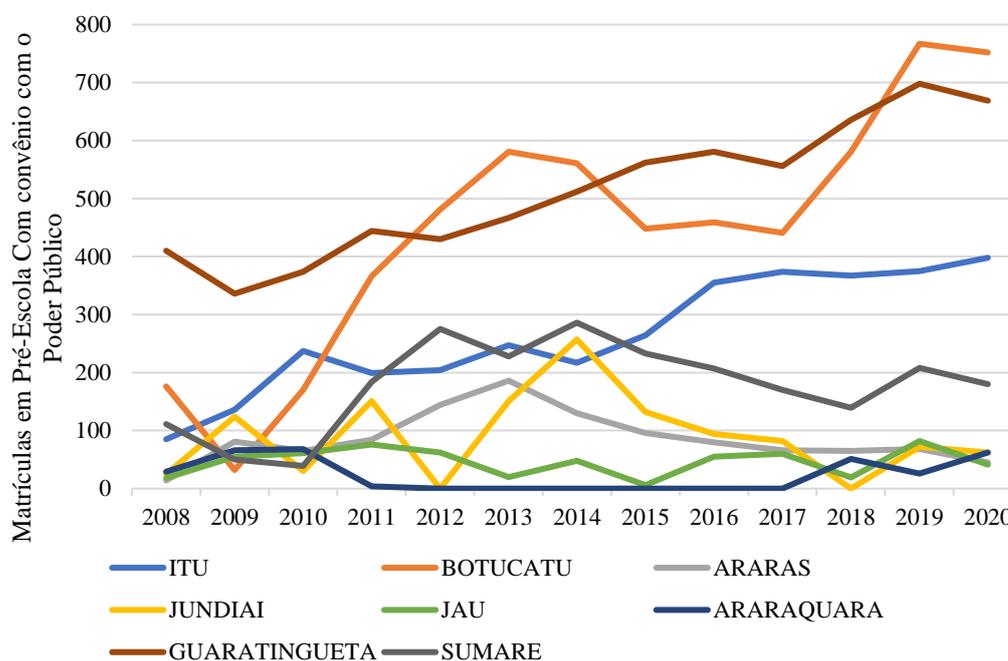
Dentre os municípios grandes, 40 municípios (60,6%) tiveram o aumento da municipalização do EFAI e simultaneamente um aumento da privatização da pré-escola no período de 1996 a 2020. Movimento que corrobora com a ideia de que a indução à

municipalização do ensino fundamental criaria um vácuo de responsabilidade pela educação infantil, que já desde o governo Mário Covas (1995-1998) era de responsabilidade dos municípios, abrindo espaço para o setor privado se apresentar como solução a esta lacuna.

Partindo do entendimento que a transferência de atividades e responsabilidades dos governos para indivíduos ou agências particulares configura uma forma de privatização conforme Belfield e Levin (2002), a análise da oferta privada se faz necessária.

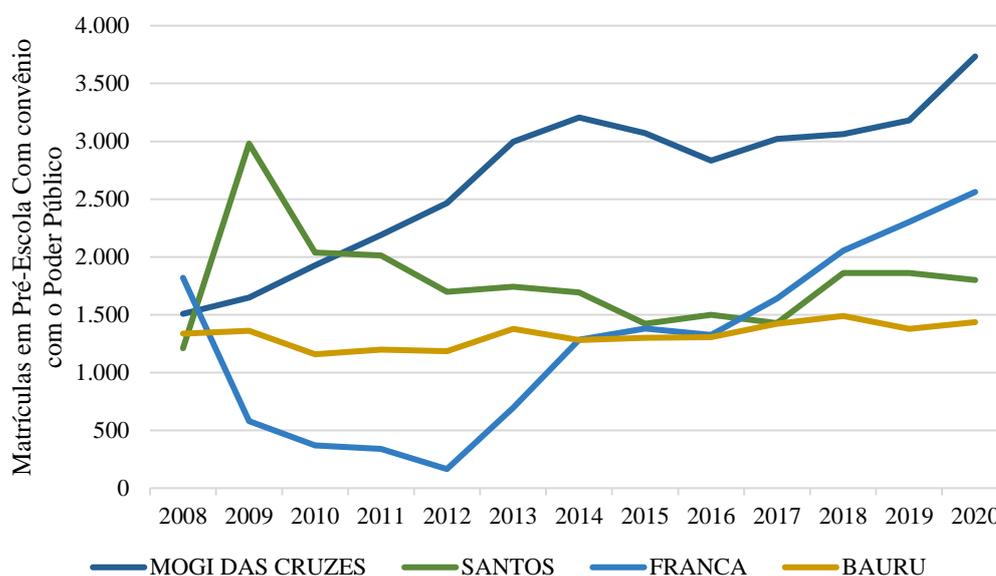
Dentre os 40 municípios que tiveram aumento da municipalização do EFAI e crescimento da privatização da pré-escola, 12 (30%) tiveram crescimento positivo das matrículas privadas com convênio com o poder público de 2008 a 2020 – período em que os dados estavam disponíveis – e vem se mostrando como alternativa frequente para suprir a demanda por oferta em educação infantil.

Gráfico 1 – Evolução da matrícula conveniada nos municípios grandes (<1000 matrículas)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do LDE (UFPR).

Gráfico 2 – Evolução da matrícula conveniada nos municípios grandes (>1000 matrículas)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do LDE (UFPR).

Observa-se pela série histórica que no caso de alguns municípios, tais como Santos, Araras, Sumaré e Jundiaí houve pico de matrículas conveniadas antes do fim do período analisado, mesmo assim indicando um crescimento final em relação ao primeiro ano ao qual se teve acesso aos dados: 2008.

Conclusão/Apontamentos

Cabe destacar que no ano de 2020 as escolas estiveram fechadas a partir de março em devido à pandemia da Covid-19, condição que induziu famílias a retirarem crianças em etapa não obrigatória do vínculo formal com a escola privada, motivo que levou a escolha da pré-escola para caracterizar a educação infantil na análise dos dados.

Destaca-se a importância de estudos futuros focados principalmente nos municípios onde houve aumento da matrícula privada conveniada por se tratar de uma destinação de recursos públicos que pode – desde uma alteração legal na LDB em 2019 conforme estudo de Adrião, Oliveira e Morcazel – inclusive ser destinado a instituições com fins lucrativos.

Referências

ADRIÃO, T. **Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais.** CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS, v. 18, p. 8-28, 2018

ADRIÃO, T., PORTELA DE OLIVEIRA, R., & MORCAZEL, M. **Public, private and communitarian: New administrative categories for Brazilian schools and the dispute over the public fund in education.** Education Policy Analysis Archives, 30, (128). 2022

BELFIELD, Clive e LEVIN, Henry M. **Education Privatization: Causes, Consequences, and Planning Implications.** Paris, UNESCO-IIEP, 2002

CASTRO, J.; DUARTE, B. **Descentralização da Educação pública no Brasil: evolução dos gastos e matrículas.** ANPED, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação escolar no Brasil: o público e o privado.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 4, n. 1, p. 143-158, 2006

FARENZENA, N. **A Política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica.** FINEDUCA, v. 10, n. 21, p. 10, 2020

OLIVEIRA, C. **Municipalização do ensino no Brasil: A municipalização do ensino brasileiro.** p. 16-17. Autêntica Editora, 1999.

PRIVATIZAÇÃO NA OFERTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: RETRATOS DO CAMPO DE PESQUISA

PRIVATIZACIÓN EN LA OFERTA DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN BRASIL: RETRATOS DEL CAMPO DE INVESTIGACIÓN

Ana Paula de Oliveira Moraes Soto
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
p.anasoto3@gmail.com

Palavras-chave: Educação Especial. Financiamento. Privatização.

Palabras clave: Educación Especial. Financiamiento. Privatización.

Introdução

O presente trabalho traz como problemática o financiamento da educação especial com foco na privatização da oferta desta modalidade no intuito de mapear as produções acadêmicas sobre o assunto, identificando direcionamentos, contribuições e demandas na área. O estudo ora apresentado é fruto de levantamento bibliográfico acerca do tema,

realizado como parte da pesquisa de doutorado da autora - em andamento - e traz um recorte que aborda a privatização na oferta de educação especial no cenário educacional brasileiro.

O inventário das publicações se deu em duas etapas: inicialmente recorreu-se às bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nas quais foram selecionadas teses e dissertações disponibilizadas pelos programas de pós-graduação em educação, do período de 2012 a 2022 e a segunda envolveu a busca por produções em periódicos especializados em educação, disponíveis nas bases da Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brasil e no Google Acadêmico, correspondentes ao mesmo período.

O intervalo escolhido para a seleção das produções circunscreve dois marcos importantes para a sua discussão, envolvendo um dos principais mecanismos de financiamento da educação brasileira - o Fundo Nacional de Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb). O primeiro marco refere-se a implementação do Decreto nº 7.611/2011, que estabelece no cômputo do fundo, a dupla matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial que recebem atendimento educacional especializado (AEE) e o segundo diz respeito à aprovação do novo Fundeb - Lei 14.113/2020.

Para a seleção das publicações, no primeiro momento foi feito um levantamento das produções utilizando-se os descritores “financiamento” e “educação especial”, aplicados a todos os campos (título, palavras-chave e resumos) e posteriormente, a partir da leitura dos resumos do material inventariado, foram recolhidas para análise e apresentação neste trabalho, aquelas que abordaram a temática privatização da educação especial.

Da seleção foram contabilizadas 14 produções discentes, sendo 08 teses e 06 dissertações e 27 artigos publicados em periódicos disponibilizados nas bases de dados utilizadas, totalizando 41 produções. Do total destas, 16 estavam relacionadas diretamente ao escopo do presente texto.

Privatização da educação especial: alguns apontamentos

Em estudo acerca da privatização da Educação, Adrião (2018) considera que na educação pública esta se concretiza em três dimensões: oferta educacional; gestão da educação e currículo. A dimensão da oferta, caso do enfoque deste texto, operacionaliza-se por meio de três formas: “financiamento público à oferta educacional por provedor privado, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e a introdução de políticas ou programas de escolha parental” (ADRIÃO, 2021, p. 19).

Em se tratando da oferta da educação especial, Peroni (2018) aponta que no Brasil o poder público transferiu a responsabilidade para outras esferas com uma prática de repasse de recursos públicos para instituições de direito privado como as associações e fundações na execução de tarefas que deveriam estar sob a sua égide. Reforçando esse entendimento, Ferreira (2009, p. 55) salienta que “a educação de alunos com deficiência sempre foi pouco priorizada ou assumida pelo Estado, o que permitiu às organizações filantrópico-assistenciais assumirem papel central na política e na gestão da área e no atendimento educacional para essas pessoas”.

Para Bueno (2008), apesar de funcionar como uma rede paralela ao ensino regular tais instituições, desde sua criação, atuaram politicamente de forma tão ativa que influenciaram/influenciam as propostas governamentais para o seu público-alvo.

De modo geral, as produções acerca do financiamento da educação especial dos programas de pós-graduação em educação encontradas no levantamento apontaram a centralidade nos seguintes focos: provimento de recursos destinados à educação especial - França (2014) e Portal (2020); política de fundos e a municipalização das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial - Teixeira (2015), Viegas (2014) e Piaia (2016); organização e funcionamento da educação especial - Pereira (2019); Loureiro (2013) e Borowsky (2017) e; a relação público/privado no atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial - Souza (2022); Castro (2020), Lehmkuhl (2018); Oliveira (2016; 2021) e Marques (2015).

Corroborando com as indicações dos autores citados inicialmente, os estudos que tiveram como eixo principal a relação público/privado na oferta da educação especial mostraram fortes indícios de prevalência da privatização nessa oferta e sinalizaram para o direcionamento dos recursos públicos ao setor privado mediante convênios e contratos com instituições filantrópicas com e sem fins lucrativos para a realização do AEE e serviços complementares (SOUZA, 2022; CASTRO, 2020; MARQUES, 2015). Nessa direção, a terceirização do AEE constitui-se possibilidade para que o setor filantrópico privado dispute em paralelo com o Estado os recursos públicos educacionais (OLIVEIRA, 2016; 2021).

O levantamento, no âmbito das produções decorrentes das publicações em periódicos apontaram para muitas das questões trazidas pelas pesquisas já apresentadas, porém nestas, evidenciaram-se ainda mais o debate acerca da privatização a partir do uso dos recursos do Fundeb destinados às instituições filantrópicas, cerca de 09 artigos trazem este foco.

Considerações finais

A partir do mapeamento apresentado no presente texto, foi possível detectar questões importantes que precisam ser ampliadas quando se discute o tema do financiamento da educação especial. A análise dos trabalhos resultante do levantamento bibliográfico apontou diferentes mecanismos utilizados para a escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial no cenário educacional brasileiro, com destaque para a anuência da atuação de atores privados na oferta do atendimento educacional especializado, obrigatório aos estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação que por sua vez, desresponsabiliza o Estado para a criação e implantação de políticas educacionais públicas que atinjam a esses estudantes garantindo-lhes de fato uma educação dentro dos parâmetros definidos para toda a população escolarizável.

7 REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica**. 2015. 227f. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual de Campinas.

_____. Privatização e direito à educação: iniciando o diálogo com a literatura no Brasil. **Rev. Fac. Educ.** (Univ. do Estado de Mato Grosso), vol. 36, Ano 20, Nº 2, p. 15-38, jul/dez, 2021.

BUENO, J. G. S As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin: Brasília, DF: CAPES, 2008.

FERREIRA, J. R. Financiamento da educação básica: o público e o privado na educação especial brasileira. In: **Tornar a educação inclusiva** / organizado por Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. – Brasília: UNESCO, 2009.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 1- 27, 2018.

TENDÊNCIA DE PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL EM PINHAIS-PR A PARTIR DA EC 59/2009

TENDENCIA A LA PRIVATIZACIÓN DE LA OFERTA EDUCATIVA EN PINHAIS-PR TRAS LA ENMIENDA CONSTITUCIONAL 59/2009

Júlia Ribas Marinho, UFPR

Cassia Alessandra Domiciano, UFPR
cassia.domiciano@ufpr.br

Palavras-chave: Privatização da oferta educacional; Emenda Constitucional 59/2009; Educação Infantil

Palabras clave: Privatización de la oferta educativa; Enmienda Constitucional 59/2009; Educación Infantil

Introdução

Este texto resulta do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, empreendido na Universidade Federal do Paraná, que teve como foco compreender de que forma se deu a implementação da Emenda Constitucional 59/2009 (EC 59/2009), de 11 de novembro de 2009, no município de Pinhais-PR, em específico no caso da obrigatoriedade da pré-escola. Para essa análise teve-se como ponto de partida Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 (CF/88), pois é nela que a educação passa a ser compreendida como direito da criança. As demais legislações analisadas, até a Emenda Constitucional 59/2009, sob a qual se debruçou este trabalho, surgem em vias de reafirmar, complementar e efetivar o direito das crianças à educação infantil.

Tendo a educação infantil como foco, é na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9394/96) que ela passa a ser contemplada como primeira etapa da educação básica, no entanto, no aspecto financeiro, esta etapa ficou de fora no primeiro fundo que subvinculava 15% de alguns dos impostos reservados à educação, para o ensino fundamental³, sobrevivendo, no contexto de ampliação do direito, com os recursos que estavam fora da cesta que compunha o Fundef (PINTO; GUIMARÃES E PINTO, 2001). A situação se modifica a partir de 2007 quando a Educação Infantil e todas as etapas e modalidades da Educação Básica, passam a ser contempladas de forma gradativa no marco do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

³ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.

No ano de 2009 a Emenda Constitucional nº 59, foco desse estudo, foi promulgada e a partir dela a matrícula dos 4 aos 17 anos passou a ser obrigatória, faixa etária que compreende o acesso da pré-escola ao Ensino Médio. A EC 59/2009, propõe ainda, a universalização e ampliação da creche. Apesar da referida Emenda mudar o texto constitucional em 2009, a LDB 9394/1996 só foi alterada em 2013 pela Lei 12.796, reafirmando o direito público subjetivo à educação desde a creche, ratificando também, o direito à exigibilidade.

Partindo desse cenário de disputas e tendo como foco a garantia do direito das crianças, se selecionou o município de Pinhais-PR como campo de estudo em vias de compreender quais foram as implicações oriundas da compulsoriedade da matrícula a partir dos 4 anos de idade. Para isso se determinaram algumas questões norteadoras: De que forma Pinhais lidou com as demandas legais nacionais que devem ser efetivadas pelo município? Com a Emenda Constitucional 59/2009, como a Rede Municipal de Ensino de Pinhais-PR se organizou para atender a demanda das crianças de 4 e 5 anos diante da obrigatoriedade da matrícula? Quais as implicações dessa Emenda e de sua regulamentação decorrente para a oferta da Educação Infantil em Pinhais e para organização do sistema de ensino?

Procedimentos Metodológicos

A investigação adotou o estudo documental e como embasamento teórico realizou-se um levantamento bibliográfico em duas plataformas digitais, Google Acadêmico e Acervo Digital UFPR no período de 2008 a 2020, em busca de produções acadêmicas sobre a temática relacionada à EC 59/2009 e a compulsoriedade da pré-escola. O período do levantamento abarcou o ano anterior à Emenda, 2008, chegando até o ano de 2020 para o qual se tinham dados disponíveis. Para o estudo documental se utilizou da análise de legislações como a CF de 1988, a LDB, a Lei 12.794/2013 e a EC 59/2009. Buscou-se também caracterizar o município e sua oferta educacional, para tanto, pesquisou-se os dados do município de Pinhais-PR no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Caderno Estatístico do Município de Pinhais, já os dados de matrículas na educação infantil, levantaram-se no Laboratório de Dados Educacionais (LDE). Todos os dados foram organizados em tabelas para posterior análise. Por fim, para compreender o cenário municipal realizou-se entrevista semiestruturada por pautas com a Secretária Municipal de Educação de Pinhais-PR.

Resultados e Discussão

Considerando que a educação infantil é um direito público subjetivo, inalienável de todas as crianças, esta pesquisa verificou que esse direito acaba por não ser concretizado em Pinhais-PR, principalmente na etapa da creche. A partir da análise das matrículas se constatou que após a EC 59/2009, Pinhais ampliou as matrículas em creches e pré-escolas, no entanto a pré-escola que, majoritariamente, era ofertada em turno integral, sofreu o maior encolhimento após 2009 e o município passou a ampliar a oferta em turno parcial, pois essa estratégia duplica a capacidade de atendimento do sistema.

Conclusão

Constatou-se nesta pesquisa que, para atender a compulsoriedade da pré-escola, o município de Pinhais-PR optou por diferentes estratégias, dentre elas, atender as crianças de cinco anos nas unidades de ensino fundamental além de ampliar a oferta em turno parcial, tais opções trazem efeitos para ambas as etapas da educação infantil, na pré-escola constatou-se o encolhimento da oferta em turno integral e, na creche, tendência de queda nas matrículas a partir de 2016 em todos os turnos de atendimento, por fim, destaca-se a opção pela contratação de 70 vagas em instituições privadas, com e sem fins lucrativos para ampliar as vagas na creche, opção informada pela Secretária Municipal de Educação e que indica a privatização da oferta educacional nesta localidade, condição que deve ser aprofundada em estudos posteriores.

Referências

BREDA; Bruna. **O ensino obrigatório na legislação federal dos séculos XX e XXI**. Revista Textura, v.8, n.36, p.9-21. Canoas: 2016.

CAMPOS; Maria Malta. ROSEMERG; Fúlvia. FERREIRA; Isabel. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. Editora Cortez: 4ª ed. 133 f. 2006.

COUTINHO, Angela Scalabrin. SILVEIRA; Adriana Dragone. **As políticas de priorização para o acesso ao direito à educação infantil em creches**. Rev. Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 64-84, maio/ago. 2016.

DOMICIANO, Cassia Alessandra. **A educação infantil via programa bolsa creche: o caso do município paulista de Hortolândia**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.27, n.03, p.231-250, dez. 2011.

FARENZENA; Nalú. **A Emenda da obrigatoriedade: mudanças e permanências**. Revista Retratos da Escola: v.4, n.7, p.197-209. Brasília: jul/dez 2010.

FLORES; Maria Luiza Rodrigues. ALBUQUERQUE; Simone dos Santos de. **Direito à educação infantil no contexto da obrigatoriedade de matrícula escolar na pré-escola.** 24f. Periódico: 2016.

GIL; Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora Atlas S.A, 2ª ed. São Paulo: 1989.

GODOY; Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, p.20-29. São Paulo: mai/jun, 1995.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico: município de Pinhais.** 52 f. Outubro: 2022.

JAKIMIU, V. C. L. **A manutenção da cisão histórica entre “creche” e “pré-escola” e as implicações para a declaração e efetivação do direito à educação no contexto da educação infantil.** Jornal de Políticas Educacionais: ISSN 1981-1969; ed. 81492 v. 15. 2021.

SANTOS; Joedson Brito dos. **O financiamento da educação infantil a partir da implementação do FUNDEB: avanços e limites.** Revista Notandum, maio/ago. 2019.

EIXO 2- PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

INSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O POSICIONAMENTO DO TODOS PELA EDUCAÇÃO (2019-2022)

INSTITUCIÓN DEL SISTEMA EDUCATIVO NACIONAL: LA POSICIÓN DE TODOS POR LA EDUCACIÓN (2019-2022)

Deborah Gomes Moura Gomes, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), deborahgmourag@gmail.com

Lorrainy Ferrari, Doutoranda do PPGE da UFES, ferrarilorrainy@gmail.com

Gilda Cardoso de Araujo, Docente do PPGE da UFES, gilda.araujo@ufes.br

Palavras-chaves: Sistema Nacional de Educação. Todos Pela Educação. Federalismo Educacional.

Palabras clave: Sistema Nacional de Educación. Todo por la Educación. Federalismo educativo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento das análises do projeto “Federalismo e Educação Básica no Brasil: atores e disputas na configuração do Sistema Nacional de Educação e do Regime de Colaboração (2009-2022)”, aprovado e financiado na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados.

Como objetivo geral, busca-se analisar o posicionamento do Todos Pela Educação (TPE) quanto ao Sistema Nacional de Educação (SNE), a partir das publicações em seu site oficial, de 2019 a 2022. Como referencial teórico-metodológico serão utilizados os conceitos de Estado e hegemonia em Antônio Gramsci, e o conceito de formulação de política e atores da teoria dos Múltiplos Fluxos de John Kingdom.

Embora haja o prazo de 2 anos para instituição do SNE em Regime de Colaboração no atual Plano Nacional de Educação (PNE)^[1], a legislação que incide sob o federalismo educacional, carece de outras regulamentações na Constituição Federal de 1988 (CF/88), sendo: o Art. 23 (normas de cooperação) o Art. 211 (Regime de Colaboração e o Custo Aluno-Qualidade) e o Art. 214 (relação do PNE com o SNE). Tais elementos se caracterizam como dificuldades para uma organização educacional mais equânime, quanto ao acesso, permanência e qualidade em um país com abissais desigualdades (ARAÚJO, 2018).

Nesse contexto, destaca-se a atuação de uma instituição de caráter privado, o TPE. Fundado em 2006, se intitula como uma organização da sociedade civil que visa mudar a qualidade da Educação Básica no Brasil, sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, financiados por recursos privados, não recebe nenhum tipo de verba pública, é mantido por doações. A instituição compõe uma rede robusta de atores, tais como Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Unibanco e outros (TPE, S/D).^[2]

As publicações do TPE sobre o SNE em seu *site* ganharam volume a partir de 2019, período em que começaram a tramitar dois Projetos de Lei Complementar (PLP) sobre o SNE, o PLP 25/2019 de autoria da Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende e o PLP 235/2019 do Sen. Flávio Arns. Dessa forma, o recorte temporal deste trabalho se justifica a partir do início das publicações sobre a temática até o ano de 2022.

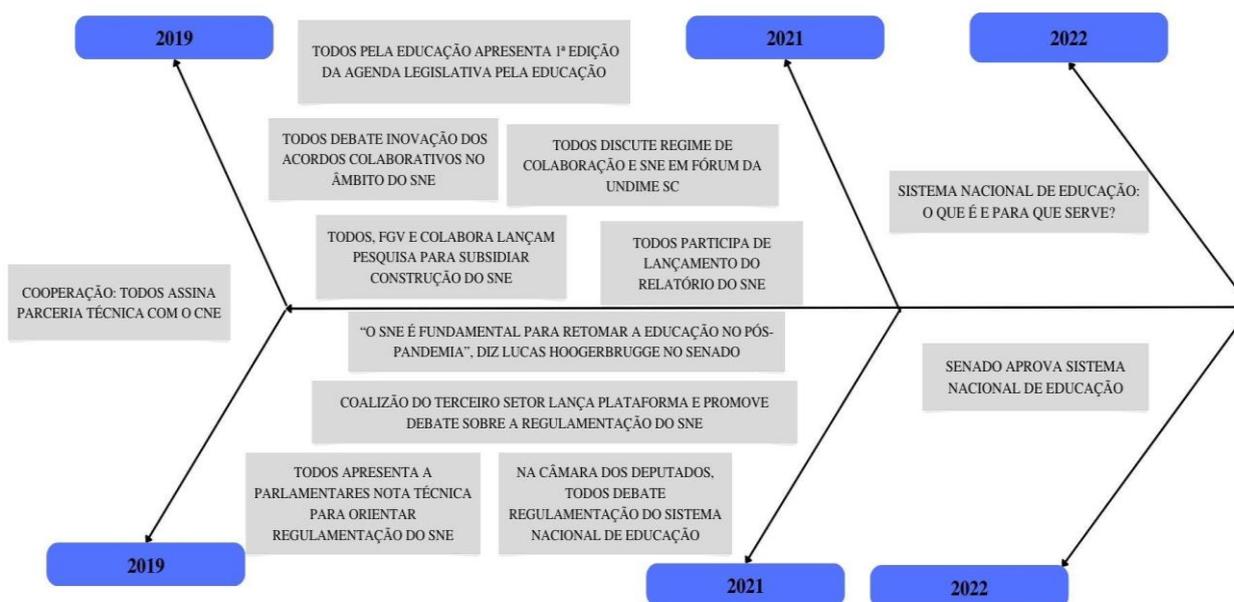
METODOLOGIA

Em Kingdom (1995), a formação de uma política não é um processo cíclico ou linear, mas com vários elementos e etapas que podem se sobrepôr, ocorrer ao mesmo tempo e serem suprimidos, a depender do contexto. Na teoria de Múltiplos Fluxos é possível identificar três grandes características, sendo elas: a formação de agenda, escolha de alternativas e a tomada de decisão. Apesar dessa identificação, há outros elementos, dentre eles, destaca-se a identificação de atores. Podendo ser: visíveis (Presidente e seus assessores, partidos políticos, parlamentares, a mídia etc.) como definidores de agenda política; e não visíveis/parcialmente visíveis (comunidade acadêmica, lobby etc.) como influenciadores para escolha de alternativas para a agenda pautada (KINGDOM, 1995).

Também se compreende que o Estado é um espaço privilegiado de disputa pela hegemonia, ao passo que garante condições para a equação entre coerção e consenso, que o caracteriza. Sendo a hegemonia a capacidade de dominação, direcionamento e impressão ideológica da classe dominante, amparada por alianças na sociedade (GRAMSCI, 2002).

Para mobilizar esses conceitos em relação a corpus documental, foi realizada uma busca no site TPE a partir do descritor “Sistema Nacional de Educação”, que apresentou 64 resultados. Desses, foram selecionadas apenas as notícias que tratam do SNE, logo, 12 documentos, organizados na Figura 1.

Figura 1 - Notícias do site do TPE sobre o SNE



Fonte: TPE (S/D). Elaboração: as autoras.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As notícias revelam um movimento crescente de atuação do TPE em parceria com outras instituições inseridas no contexto do debate da instituição do SNE, reafirmando a capacidade conectiva com outros atores na sociedade para disputar a hegemonia. Sendo os atores parcialmente visíveis presentes nas notícias: Movimento Colabora Educação; Movimento Profissão Docente; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Fundação Getúlio Vargas; Frente Parlamentar Mista de Educação; Associação de Jornalistas de Educação e; Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Quanto aos atores visíveis, se destacam os Deputados: Idilvan Alencar (PDT/CE), relator do PL 25/2019; Dorinha Seabra (DEM/TO), autora do PL 25/2019; Rosa Neide (PT/MT), muito atuante nas audiências do referido PL, bem como os Senadores. Marcelo Castro (MDB/PI), presidente da Comissão de Educação do Senado Federal; Berger (MDB/SC), relator do PL 235/2019.

As notícias compõem um bloco de atuação do TPE muito presente na agenda legislativa dos dois PLs, participando de audiências, fóruns e reuniões, além de produzir material para orientação dos parlamentares. Também é possível perceber que a concepção do SNE pautada pelo TPE tem similitude ao “Educação Já!”, uma das agendas do movimento, caracterizada por Araujo e Nascimento (2020) como uma forma de privatização da educação, direcionada pelo neoliberalismo em que se articulam vários aspectos da educação (ensino, avaliação, responsabilização etc.) à lógica corporativista, com a defesa de que as instituições privadas seriam mais eficientes para gerir os sistemas públicos. A investida do TPE no âmbito no SNE se traduz na tentativa de imprimir sua concepção em um viés gerencialista - um movimento de disputa pela hegemonia com forte articulação com outros atores imersos nesse contexto (GRAMSCI, 2002).

CONCLUSÃO/APONTAMENTOS

Conforme análises apontadas no estudo realizado, constatamos que o TPE se alia a outros atores para se fazer presente junto às decisões que acontecem no legislativo federal, de modo a influenciar a discussão com sua concepção de SNE. Revela-se um avanço na dominação do setor privado no âmbito da política educacional ao passo que o TPE pauta uma concepção de SNE mais flexível para caber a atuação de atores privados e distante da garantia do direito à educação. Essa influência impacta, especialmente, no que se refere à lógica neoliberal no modo de conceber a educação pública, valendo-se de mecanismos privatistas que se apoiam na ideologia da classe dominante, invertendo os pressupostos presentes na CF/88.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, G. C. de. Federalismo cooperativo e educação no Brasil: 30 anos de omissões e ambivalências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p.908-927, out.-dez., 2018.

ARAUJO, G. C. DE; NASCIMENTO, R. P. DO. “Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista**, v. 36, 2020 36, p. e77534, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, Volume 3.3**.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia? In: _____. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2. Ed. Addison-Wesley Educational Publishers Inc. 1995 A. P 219-224.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Site oficial. S/D. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

EFICIÊNCIA E QUALIDADE NO ÂMBITO DA GESTÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO AVANÇADA (GIDE) NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MG

EFICIENCIA Y CALIDAD EN LA GESTIÓN INTEGRAL DE LA EDUCACIÓN ANVANZADA EN LAS ESCUELAS DE LO ESTADO DE MG

Jaqueline Barros Vidigal
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
jaquevidigal@ufu.br

Maria Simone Ferraz Pereira
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
msimonefp@gmail.com
Apoio: Fapemig[3]

Palavras-chave: Gestão pela Aprendizagem, Gestão Integrada da Educação Avançada, Qualidade da Educação.

Palabras clave: Gestión a través del aprendizaje, gestión integrada de la educación avanzada, calidad de la educación

INTRODUÇÃO

O gerencialismo da educação se caracteriza por um processo no qual o setor público tem incorporado aspectos da cultura empresarial competitiva, com o discurso de qualidade e da eficiência operacional. Percebe-se que a compreensão do conceito de qualidade nas escolas é apreendida sobre múltiplos fatores. Desta forma, “a necessidade de construção e explicitação de dimensões, fatores e indicadores de qualidade que expressem a complexidade do fenômeno educativo tem ocupado a agenda de políticas públicas para educação e a agenda de pesquisadores do campo da educação” (DOURADO *et al.*, 2007, p.9).

Este trabalho centra-se na questão da implementação da Gide como sistema de gerenciamento nas escolas públicas de MG e, partindo do pressuposto que a política educacional adotada no estado de Minas Gerais é baseada em resultados, efetivamente, levantamos a problemática: qual é o conceito de qualidade apresentada pela Gestão Integrada da Educação Avançada (Gide), no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem, e qual a relação entre a busca da eficiência propagada por esta política pública e a efetiva melhoria da qualidade da educação nas escolas estaduais de Minas Gerais?

A pesquisa tem se norteado nos seguintes questionamentos: qual qualidade é defendida pela Gide e que sentido ela assume no âmbito da gestão escolar enquanto definidora de resultados de desempenhos? Quais as relações existentes entre a busca da eficiência escolar por meio de plataformas de gestão e a melhoria ou ampliação do quesito qualidade da educação?

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foi feita a opção por uma abordagem qualitativa, na qual o pesquisador usa a sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados (GODOY, 1995).

Na coleta de dados utilizou-se: pesquisa bibliográfica e documental, seguida de validação e organização das informações com base nos critérios definidos pela pesquisadora, de acordo com os objetivos propostos no projeto de pesquisa, aliados às questões levantadas para as quais se buscou respostas.

A metodologia deste estudo foi de natureza descritivo-exploratória e objetivou a análise de caráter qualitativo-interpretativo, partindo do princípio de que os significados são derivados principalmente das palavras (SAUNDERS et al., 2009). Tal busca teve a finalidade de obter um panorama geral do conhecimento elaborado acerca das temáticas, com o propósito de compreender a evolução das pesquisas.

Após a estruturação dos principais conceitos norteadores do estudo, por meio das pesquisas bibliográficas, partiu-se para a realização das pesquisas em documentos oficiais, resoluções e leis direcionadas à gestão das escolas públicas. As análises, em fase de finalização, têm sido aprofundadas de acordo com os objetivos e o referencial teórico que embasam esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas ações implementadas pelo governo de MG, incluindo a implementação da Gide como ferramenta de gestão e melhoria de eficiência e qualidade das escolas, é possível identificar uma lógica gerencialista e empresarial da gestão educacional, visto que existe uma agenda oculta no discurso prolapado “(...) que está além das formas que vai assumindo: trata-se da destruição do sistema público de educação, por meio de sua conversão em uma organização empresarial inserida no livre mercado” (FREITAS, 2018, p. 56).

Neste contexto, em se tratando da política educacional atual implementada no estado de MG, percebe-se que esta objetiva elevar de forma equitativa a qualidade da educação no estado, a um custo menor, com a preocupação em oferecer um “ensino de qualidade”; referindo-se às condições favoráveis de funcionamento das escolas e bom desempenho dos alunos. Sob essa perspectiva, Shiroma (2004, p. 114) salienta que expressões como “responsabilização pelos resultados, prestação de contas, *accountability*, captação e uso otimizado de recursos, gestão, gerência, eficácia, performatividade” passaram a constituir o discurso educacional.

Percebe-se que as escolas públicas ficaram submetidas a um processo gerencial que estabelece metas, prêmios e indicadores como formas de mensuração da qualidade da educação, com projetos como a Gide, que sinalizam às escolas que o objetivo perseguido para melhoria da qualidade e da eficiência de seus processos se baseia em obter os maiores valores possível em indicadores, tornando a gestão da escola centrada no gerencialismo e na performatividade. Ball (2005) aponta para substituição dos sistemas ético-profissionais presentes nas escolas por sistemas empresariais competitivos. A cultura desenvolvida faz com que os trabalhadores se sintam responsáveis pelo bem-estar da organização, transformando os professores em sujeitos empresariais.

A concepção de qualidade de educação difundida pela Gide nas escolas ratifica uma tendência gerencialista e salvacionista que tem ganhado centralidade nas políticas públicas de educação em Minas Gerais, que se traduz em uma pretensa salvação da educação de sua ineficiência operacional e gerencial.

CONCLUSÃO

A disputa pelo que é qualidade da educação, em especial da presente no interior da escola pública, é fator fundamental para se compreender a gestão educacional e qual a lógica imposta pela ferramenta Gide nas escolas do estado de MG, quando se trata de qualidade e eficiência.

Diferentemente das empresas, que visam a produção de bens tangíveis ou de determinado serviço, a organização escolar tem como meta básica a produção do saber, cuja matéria-prima é o elemento humano. Então têm-se nesse processo, sujeito e objeto que são indissociáveis e imensuráveis, cujas variáveis que influenciam em sua qualidade e eficiência não são facilmente identificáveis. Há uma lógica própria da natureza do trabalho pedagógico na instituição escolar e em seus objetivos que trazem consigo conceitos muito individuais de qualidade e eficiência.

Dentro de uma perspectiva governamental de gestão escolar, sob a lógica neoliberal que entende a escola nos moldes de uma empresa, temos, com a implementação da Gide, o fortalecimento de uma tendência gerencialista e a exclusão das especificidades das escolas, bem como da natureza do trabalho pedagógico comprometido com a gestão democrática e com a qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BALL, S. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação conceitos e definições. *Textos para discussão* 24 (2007): 69-69.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: expressão Popular, 2018.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas* 35 (1995): 57-63.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. *Research methods for business students*. 6 ed. London: Pearson education, 2009.

SHIROMA, E. O. *Implicações da Política de Profissionalização sobre a Gestão e o Trabalho Docente*. *Trabalho e Educação*, v. 13, n. 2, ago./dez., 2004.

CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR E A INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO EM UM CURSO PARA DIRETORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA

CONCEPCIÓN DE LA GESTIÓN ESCOLAR Y LA INTENSIFICACIÓN DE LOS PROCESOS DE EVALUACIÓN EN UN CURSO PARA DIRECTORES DE LA RED DEL ESTADO PAULISTA

Cecilia Teresinha Miranda Tamião – Universidade Estadual Paulista –
cecilia.tamiao@unesp.br

Palavras- Chave: Gestão escolar. Diretores escolares. Avaliação.

Palabras clave: Gestión escolar. Directores de escuela. Evaluación.

Introdução

Este resumo é resultado parcial da pesquisa sobre gestão escolar na formação de diretores de escola, considerando a intensificação dos processos de avaliação interna e externa no Curso **Específico de Formação aos Ingressantes Diretores de Escola oferecido na rede de ensino estadual paulista, o qual tem por base legal a Resolução SE 56/2016** que dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino. O objetivo é compreender o papel das avaliações internas e externas na gestão da escola a partir das orientações advindas do Curso **Específico de Formação aos Ingressantes Diretores de Escola** na gestão da escola.

Considerando a década de 1990, no Brasil, dois movimentos distintos e concomitantes são percebidos com relação a gestão escolar: a tendência mundial do gerencialismo na educação pública (VERGER; NORMAND, 2015) permeando todos os espaços, e o outro, a gestão democrática como ideal de luta de educadores, estudiosos, movimentos sociais e de vários segmentos, sendo explicitada na Carta Magna como princípio de gestão para educação pública (ADRIÃO; CAMARGO, 2002), e, conseqüentemente, nas leis que se sucedem, entre elas, a LDB 9.394/96 (artigo 3º) e a Lei nº 13.005/2014 (artigo 2º) – Plano Nacional da Educação.

O gerencialismo, desde então, impõe a avaliação em larga escala, com provas padronizadas, centradas prioritariamente em Língua Portuguesa e Matemática, cujos resultados buscam atingir metas estabelecidas por organismos internacionais, sendo

considerados indicadores de qualidade (DOURADO; OLIVEIRA, 2009), implicando tanto na gestão da educação quanto na formação continuada destinada aos profissionais da educação.

Metodologia

De abordagem qualitativa, esta pesquisa documental **com metodologia de análise de conteúdo** (BARDIN, 2002), centra-se no **Curso Específico de Formação aos Ingressantes Diretores de Escola oferecido pela** Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo – EFAPE, coordenadoria da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC-SP, aos aprovados no concurso público para diretor de escola[4]. O Curso é autoinstrucional, com estudos e atividades disponíveis exclusivamente aos ingressantes em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA–EFAPE composto por onze módulos (272h a distância e 88h presenciais), carga horária de 360h a serem cumpridas em dois anos, sendo obrigatório para conclusão do estágio probatório e elemento da avaliação de desempenho do cargo.

Resultados e Discussão

Na leitura inicial de todos os módulos identifica-se a ênfase para que a atuação do diretor de escola esteja na análise, acompanhamento, monitoramento e elaboração de plano de melhorias a partir do diagnóstico da escola, considerando tanto as avaliações internas - Avaliações de Aprendizagem em Processo – AAP, quanto as avaliações externas, provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Saesp, de modo a atingir os indicadores estabelecidos pela SEDUC-SP.

Nos módulos 2, 3 e 4 (“Análise do contexto: conhecer para intervir e transformar”, “Planejamento e organização escolar”, “Gestão de resultados educacionais: foco na qualidade, equidade e excelência do processo de ensino e de aprendizagem”), são descritos procedimentos em relação às avaliações internas e externas, desde análise até o plano de melhorias estabelecido pela escola, o qual é acompanhado pela SEDUC-SP em plataforma digital. Nos módulos 5 e 6, “Acompanhamento e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem” e “Liderança na gestão escolar”, as prescrições continuam a impelir a atuação do diretor a partir dos resultados e no módulo 7 “Gestão democrática e participativa: o engajamento e a responsabilidade dos diversos sujeitos da comunidade escolar”, sua liderança deve promover o envolvimento da comunidade, sendo o diretor responsável pela mobilização e atuação das instâncias participativas: Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres – APM, Conselho de Classe e Grêmios Estudantil. No módulo 11, “Financiamento e gestão financeira da rede pública”, os resultados das avaliações devem fornecer subsídios aos

colegiados para a destinação dos recursos financeiros a serem utilizados na escola, em consonância com a proposta pedagógica.

Há atividade reflexiva sobre gestão democrática que diretor de escola deve organizar junto aos colegiados, uma lista de perguntas, entre elas “Quais ações do Conselho de Escola, da APM, Conselho de Classe/Série e do Grêmio Estudantil que tiveram impacto real na melhoria da aprendizagem dos alunos?”

Conclusão/ Apontamentos

A gestão democrática se cumpre legalmente com a existência das instâncias representativas, entretanto, tais instâncias não estabelecem suas prioridades em uma construção coletiva de tomada de decisão, pois, as avaliações internas e externas “[...] acabam se constituindo nos fins da escola que se organiza e trabalha em função dos resultados das avaliações”. (BERTAGNA; BORGHI, 2011, p. 135)

A intensificação dos processos de avaliação institui uma “cultura gerencial” (SHIROMA, 2018), mobilizando tanto os profissionais da educação como a comunidade em geral em busca de resultados, cujos os índices são definidos, acompanhados e exigidos pela SEDUC-SP.

A concepção de gestão democrática aparece longe de seu significado primeiro que seria “[...] a educação deve referir-se obrigatoriamente à formação para a democracia” (PARO, 2008, p. 129). As orientações dadas no Curso **Específico de Formação aos Ingressantes Diretores de Escola centralizam-se na utilização de estratégias e técnicas comuns no setor privado**, invocando a participação de todos a responsabilização de resultados, aproximando-se das características gerencialistas da gestão escolar.

Referências

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. *In: Gestão, financiamento e direito à educação*. São Paulo: Xamã, 2002. p.63–72.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BERTAGNA, R. H.; BORGHI, R. F. Possíveis relações entre avaliação e sistemas apostilados privados em escolas públicas. **Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 38, p. 132–146, 2011.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Publicado no DOU em 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Publicado no DOU em 26 de junho de 2014.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201–215, 2009.

PARO, V. H. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **RBPAE**, v. 24, p. 127–133, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE 56, de 14 de outubro de 2016. **Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas**. São Paulo, 2016.

SHIROMA, E. O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 88–106, 2018.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva Gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educación e Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 599–622, 2015.

INSTITUTO NATURA E A INICIATIVA PARCERIA PELA ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO (PARC)

INSTITUTO NATURA Y LA INICIATIVA ASOCIACIÓN PARA ALFABETIZACIÓN EN COLABORACIÓN (PARC)

Josineide Maria de Oliveira – UFCG
dinhaa.oliver@hotmail.com

Andréia F. da Silva – UFCG
silvaandreia@uol.com.br

Palavras-Chave: Privatização da Educação, Instituto Natura, Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração.

Palabras clave: Privatización de la Educación, Instituto Natura, Asociación por la Alfabetización en Régimen de Colaboración

Introdução

O trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado do PPGEd/UFCG, que tem como objetivo analisar os processos de privatização da educação básica no país, com foco na atuação dos institutos empresariais, especificamente do Instituto Natura (IN). Analisa a natureza e organização do IN e suas articulações com outros atores empresariais, secretarias estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas voltadas para a alfabetização por meio da iniciativa Parceria pela alfabetização em regime de colaboração (PARC).

Nas duas últimas décadas, várias pesquisas têm desvelado a influência dos atores privados na educação pública brasileira (ADRIÃO, 2018; PERONI, 2020) e apontam que essa atuação ocorre tanto em sentido estrito, se manifestando por meio da oferta de serviços educacionais, como em sentido amplo, no que se refere à formulação, gestão e avaliação das políticas públicas (CÁSSIO; AVELAR; TRAVITZKI; NOVAES, 2020). Nessa perspectiva, Rikowski (2017) aponta que tais processos revelam que a privatização não é só “da educação”, mas também “na educação” (RIKOWSKI, 2017).

Adrião (2018) identificou diferentes formas de privatização da educação básica no país que envolvem as dimensões: da oferta, da gestão e do currículo, revelando o amplo alcance desse processo. Souza e Silva (2023) afirmam que a atuação do setor privado “Não se trata de uma ação unilateral, espontânea e de ingerência da esfera privada na pública, mas de uma articulação política deliberada e coerente com a racionalidade neoliberal hegemônica” (SOUZA; SILVA, 2023, p. 3).

O texto aponta que o IN, por meio da iniciativa Parceria pela alfabetização em regime de colaboração (PARC), vem ampliando sua atuação na definição e na implantação da política educacional brasileira e, mais especificamente, no direcionamento das formas de articulação dos entes federados relativas à alfabetização. O trabalho está fundamentado numa leitura materialista-histórica da realidade social, buscando analisar a totalidade histórica e as contradições que envolvem o fortalecimento das ações do setor privado, lucrativo ou não, na educação pública e as articulações do IN na iniciativa PARC. Resulta de revisão bibliográfica e da análise de documentos de política educacional. A revisão bibliográfica privilegiou temas relativos aos processos de privatização da educação básica no país e da atuação do IN. A análise de documentos contemplou o estudo de leis, diretrizes e normas educacionais federais, dos relatórios anuais do IN e outras informações constantes no seu *site*.

Instituto Natura e a PARC

O IN, braço social da empresa Natura Cosmético S/A[5] foi criado em 2010 para desenvolver as iniciativas de responsabilidade social empresarial, especificamente no setor da educação. Consiste em uma organização da sociedade civil (OSCIP), sem fins lucrativo e econômico. Desde a sua criação, objetivava fomentar uma rede de articulações com institutos e fundações empresariais e poder público para o desenvolvimento de suas ações. Atualmente conta com 28 parceiros, que envolve rede de governança, conforme indicado em seu *site*. Atua com projetos educacionais em 21 estados e 2.867 municípios brasileiros. Desde 2020, atua nos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru, onde a empresa tem negócios. Os seus recursos para o financiamento de seus projetos originam-se da venda de produtos da Linha Natura Crer para Ver (INSTITUTO NATURA, 2023).

Segundo Farias (2022), o IN vem atuando em “frentes Móveis da Ações Empresariais”, que envolve o Movimento Colabora Educação e a Agenda Educação Já, para a consolidação de seu projeto para a educação brasileira pautado na Alfabetização na idade certa via Regime de Colaboração e Ensino Médio em Tempo Integral. Desse modo, busca assumir a articulação de uma proposta de “regime de colaboração” entre os governos subnacionais para a implantação de políticas públicas, incluindo a PARC.

Implantada em 2019, a PARC resulta da articulação entre o IN, Fundação Lemann (FL) e Associação Bem Comum (ABC) com o propósito de implementar políticas para a melhoria da aprendizagem na alfabetização e nos anos iniciais do ensino fundamental. Atua diretamente com as secretarias estaduais e municipais de educação, por meio da assinatura de acordos de cooperação. A proposta da PARC se fundamenta nos eixos constitutivos do Programa de Alfabetização na Idade certa (PAIC), a saber, Gestão da Educação Municipal, Avaliação Externa, Alfabetização, Literatura Infantil e Formação do Leitor e Educação Infantil, implementado no Ceará desde 2007 (INSTITUTO NATURA, 2020).

No ano de 2022, o IN firmou acordos de cooperação para a implantação da PARC com 11 estados da federação - Amapá, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio Grande do Sul, o que revela o alcance e capilaridade da iniciativa.

A proposta da PARC, ao ser disseminada entre gestores públicos, contribui para a construção de novos contornos ao conceito de “regime de colaboração”. Segundo Carvalho (2020), o regime de colaboração se configura como ação de cooperação que acontece de forma privilegiada entre municípios, estados e União. No entanto, na proposta do IN esse regime vem se configurando como um modelo de cooperação que envolve, também, institutos

e fundações empresariais na modalidade de parceria público-privada. Para a autora, esse modelo, que vem ganhando força nos últimos anos, é muito mais do que um instrumento para apoiar a administração pública, vem se configurando como uma nova tática dos atores privados para influenciar a gestão da educação básica ao mesmo tempo que expande o mercado educacional.

Considerações finais

O IN vem demarcando sua posição de classe para legitimar políticas privatistas. Esta ação reflete a reorganização das funções e responsabilidades do Estado, compartilhando-as com o setor privado, lucrativo ou não. Com a promessa de proporcionar uma educação de qualidade, voltada para equidade, eficiência e coesão social, o IN vem materializando seu projeto para a educação no país, o de construir um modelo de ação em poder público e o “terceiro setor”, fazendo emergir novas formas de articulação e de submissão do público ao privado.

Compreender as propostas do IN para a implementação das políticas para a educação básica e educativas alcançar a melhoria dos resultados da alfabetização, por meio da PARC, torna-se fundamental para entender o interesse em influenciar na definição das políticas educacionais.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

CARVALHO, E. J. G.; PERONI, V. M. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) como estratégia de atuação do setor privado na educação pública. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-23, 2020.

CÁSSIO, F; AVELAR, M; TRAVITZKI, R; NOVAES, T. A. F. Heterarquização do Estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. **Educação & Sociedade**, 2020, Campinas, v. 41, e241711, 2020.

FARIAS, A. M. Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-24, 2022.

INSTITUTO NATURA. Instituto Natura. [2022]. Disponível em: www.institutonatura.org/
Acesso em: 31 mar. 2022.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadorização. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 393-414, 2017.

SOUZA, A. L. L.; SILVA, A. F. da. A atuação do Instituto Natura na educação básica pública brasileira: dimensões e implicações sobre o direito à educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 17, n. 2, 2023.

DISCURSO SOBRE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA (1980-1990)

DISCURSO SOBRE LA GESTIÓN ESCOLAR DEMOCRÁTICA (1980-1990)

Mônica Gomes de Carvalho
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
monicatdn@gmail.com

Palavras-chave: Administração escolar. Gestão escolar democrática. Práticas discursivas.

Palabras clave: Administración escolar. Gestión escolar democrática. Prácticas discursivo.

Introdução

Esta pesquisa teve por objetivo geral descrever as práticas discursivas que compõem o discurso sobre gestão escolar democrática no Brasil nos anos 1980-1990, a partir da constatação da proliferação discursiva sobre este tema na área da administração/gestão escolar.

Partindo da hipótese de que existem elementos da teoria que impedem a sua autocrítica, elaborada a partir do desenvolvimento da pesquisa maior intitulada “A (re)configuração da área da Administração educacional/escolar no Brasil após período crítico dos anos 1980” que analisou os rumos da teoria crítica da área da Administração escolar após período crítico dos anos 1980 e suas dificuldades em se constituir de modo não prescritivo, e ainda se situando na continuidade da pesquisa de iniciação científica, a pesquisa visou analisar a produção do conhecimento sobre gestão democrática.

Em relação a pesquisa de iniciação científica, que analisou em teses e dissertações sobre gestão democrática no período de 2005-2014, a presença das instâncias macro e micro

(LOPES, 2006) entendidas, respectivamente, como a gestão democrática definida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e nas escolas, bem como as relações estabelecidas entre elas, e que concluiu pelo estabelecimento de relações causais que visavam investigar as implementações do discurso legal nas unidades escolares, a presente pesquisa se situou no âmbito do projeto maior intitulado “Os sentidos de gestão educacional/escolar no Brasil”, cujo objetivo era analisar os sentidos de gestão a partir do revezamento entre teoria e prática. Passamos a investigar os discursos sobre gestão democrática a partir da noção de regime de verdade. Entende-se que “[...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (...) o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como o verdadeiro. (FOUCAULT, 1978, p. 12).

Esse conceito se juntou aos nossos estudos sobre administração/gestão escolar e nos intrigou porque as pesquisas sobre gestão democrática indicam que esta se tornou um tema que se faz a partir de uma proliferação discursiva de modo que todos os que fazem parte desta área do conhecimento precisam falar sobre ela, mas não somente, é preciso falar sobre ela enquanto um ideal a ser atingido pelas escolas. Há “[...] regime de produção, apropriação e circulação dos discursos legitimados e verdadeiros que agora suscitam questões sobre suas regras de formação” (CARVALHO, 2021, p. 18).

O que se tem assim é “[...] ênfase por vezes um tanto normativa de vários trabalhos sobre gestão escolar [...]”, que se “[...] dedicam mais a demonstrar como a escola deve se organizar para ser democrática e menos a descrever e analisar como tem se organizado a gestão da escola democrática ou não”. (SOUZA, 2006, p. 122). Os problemas de pesquisa e os estudos sobre gestão democrática funcionam sempre com essas bases. O conhecimento se torna necessariamente um conhecimento do tipo prescritivo.

Foi assim que a noção de regime de verdade foi articulada as pesquisas sobre gestão democrática de modo que analisar as práticas discursivas que compõem estes discursos pudessem ser investigados a partir das suas regras de formação.

Metodologia

Para desenvolver a pesquisa partimos do uso da arqueologia como ferramenta (FOUCAULT, 1986) a partir de seus usos no campo da educação por Fischer (2001; 2007). Discurso entendido não como algo escrito apenas e menos ainda como algo que oculta

maiores e mais importantes significações. O “[...] discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, [...]” mas sim “[...] um conjunto de regras, próprias da prática discursiva”. Trata-se de “[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. (FOUCAULT, 1986 *apud* FISCHER, 2001, p. 199)

Este foi o nosso entendimento de discurso que delimitou nosso problema em entender a formação da gestão democrática enquanto objeto formado pelas práticas discursivas, que funcionam no meio acadêmico. O que é preciso dizer para falar de gestão democrática? Quais regras de formação discursivas são requeridas para que este discurso seja aceito como válido e/ou verdadeiro?

Estas foram as questões que nortearam a pesquisa e que se mostraram urgentes a partir das nossas atividades enquanto pesquisadores. Nos perguntamos “[...] que perigos a Educação enfrenta ou precisaria enfrentar, precisamente hoje, agora?” (FISCHER, 2007, p. 51). Quais seriam os problemas urgentes que precisamos enfrentar, a partir nosso campo de atuação.

Resultados e discussão

Os nossos resultados de pesquisa nos permitem indicar que o regime de verdade que opera nos discursos sobre gestão democrática se faz a partir do primado da teoria sobre a prática bem como a necessária figura de vanguarda do intelectual; da fundamentação jurídica da educação e da gestão democrática fazendo dos discursos jurídicos nossos espaços colaterais; bem como da formação do sujeito nomeado por comunidade como o sujeito legítimo da participação.

Seriam estas algumas práticas discursivas que movem nossos problemas de pesquisa, nossos interesses acadêmicos e que definem as possibilidades de construção dos nossos objetos de investigação.

Conclusão

O objetivo da pesquisa não foi o de questionar a necessidade da gestão democrática nas escolas, mas sim entender porque o conhecimento parece não avançar, mas antes se ater a tarefa de prescrever aquele receituário para se atingir o ideal do discurso legislativo nas escolas.

Concluiu-se pela necessidade de se fazer a crítica a nossa subjetividade enquanto pesquisadores, já que seríamos participantes de um regime de verdade que cobra o seu preço

por tal participação. O preço de se enredar na produção de um conhecimento do tipo prescritivo que acaba por impedir o avanço do próprio conhecimento. Como pensar o conhecimento de outro modo? Como fazê-lo avançar? Talvez seja a nossa subjetividade enquanto pesquisadores seja o problema urgente do nosso tempo.

Referências

CARVALHO, Mônica Gomes de. *Discurso sobre gestão escolar democrática no Brasil (1980-1990)*. 2021, 83 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cad. Pesqui.* São Paulo, n. 114. p. 197-223, nov. 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p. 49-71.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 1-14.

LOPES, Alice Casimiro. Relações macro/micro nas pesquisas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, v.36, n. 129, p. 619-635, set/dez. 2006

SOUZA, Ângelo Ricardo de. *Perfil da Gestão Escolar no Brasil*. 2006, 302 p. Tese. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ: O PROJETO PARCEIRO DA ESCOLA

EL PROCESO DE PRIVATIZACIÓN DE LA GESTIÓN DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA EN EL ESTADO DE PARANÁ: EL PROYECTO ESCUELA ASOCIADA

Daniela de Oliveira Pires - UFPR

danielaopires77@gmail.com

Felipe Baunilha Tomé de Lima – UFPB
baunilhafelipe@gmail.com

Palavras-chaves: Privatização da Educação. Gestão. Parceiros da Escola

Palabras clave: Privatización de la Educación. Gestión. Socios escolares

INTRODUÇÃO

O estudo analisou o projeto “Parceiro da Escola”, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, que consiste em transferência da gestão de 27 escolas da rede estadual para a iniciativa privada. Não se trata de uma “parceria”, mas de um processo de privatização, através das dimensões da oferta educacional, por meio do financiamento público a organizações privadas e da privatização da gestão escolar (ADRIÃO, 2018).

O centro da política educacional passa a associar-se aos resultados, com base no individualismo e na competição. A gestão privada estabelece como *ethos* escolar, a racionalidade estratégica, de perfil técnico e burocrático em oposição a gestão democrática do ensino público (art. 206, VI, CF/88).

A reforma do Estado brasileiro dos anos 1990 adotou a Nova Gestão Pública (NGP) que tem como diretrizes: a meritocracia, o individualismo, a competitividade e o foco nos resultados. A NGP influenciou a gestão escolar, ao introduzir os seus mecanismos na escola pública. Assim, cresceu a presença do setor privado, fazendo com que o mercado seja o parâmetro de qualidade. Entretanto, o poder público continua a financiar a educação, ao passo que a esfera privada impõe a sua filosofia, com a prevalência da orientação mercantil empresarial nos sistemas de ensino.

METODOLOGIA

A metodologia foi análise bibliográfica e documental, com consulta ao site da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, da Paraná Educação, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005) a análise de documento é uma técnica que favorece a compreensão das opções políticas, pois evidenciam ambiguidades, contradições e fornecem possibilidades para serem debatidas no processo de implementação das políticas educacionais.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O projeto “Parceiro da Escola”, aprovado no mandato do Ratinho Junior (2019-2022), visa o credenciamento para prestação de serviço de assistência gerencial das unidades escolares do sistema educacional do Paraná e segundo o governo, se fundamenta na racionalização de gastos na área social e na melhoria dos índices de avaliação das escolas públicas. Na prática, é a entrega ao setor privado da gestão de 27 escolas em Curitiba, região metropolitana, Ponta Grossa e Londrina.

Com base nos argumentos apresentados, a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2021, do Estado do Paraná é de 5,4%, sendo que a média nacional é entre 4,9% e 5,1%, segundo dados do INEP[6], indicando que a esfera pública atinge índices satisfatórios sem a necessidade da influência do setor privado.

O objetivo [...] é o credenciamento de pessoas jurídicas, legalmente constituídas da área da educação, especializadas na assistência gerencial de Instituições de Ensino do Estado do Paraná (“Instituições de Ensino”)” (PARANÁ EDUCAÇÃO, 2022, p. 4). A contratação,

[...] justifica-se pela necessidade de implementação de um projeto piloto denominado PARCEIRO DA ESCOLA, cujo objetivo é selecionar interessados com know-how em gestão educacional para apoiar na assistência gerencial de algumas unidades escolares do Sistema Estadual de Educação. (PARANÁ EDUCAÇÃO, 2022, pg.27)

Com isso, fortalece o setor privado na oferta dos serviços públicos e a sua prioridade sobre as deliberações coletivas. O poder público financia a educação, mas com o repasse para o setor privado, no caso o valor é de,

[...] R\$ 800,00 (oitocentos reais) por aluno matriculado na Instituição de Ensino, conforme regras indicadas no Anexo III – DESEMBOLSO FINANCEIRO do Termo de Referência. b) O valor será pago mensalmente, considerando o número de Instituições de Ensino que a CONTRATADA ficou credenciada (PARANÁ EDUCAÇÃO, 2022, p. 2727).

A Nota Técnica nº23/2022 da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, “os valores de equalização foram de R\$ 4.873,78/aluno, segundo VAAF, e, a partir de um VAAT-MIN de R\$ 2.292,92, para R\$ 5.643,92/aluno em 2.049 redes

de ensino” (NOTA TÉCNICA, 2022, p.05). O repasse de recursos às escolas privadas para realização do projeto é superior ao valor anual que foi destinado em 2022 às escolas públicas, através do Fundeb, sem a divulgação da sua fonte de captação.

As instituições privadas irão controlar a gestão das escolas, desde a alimentação, transporte dos suprimentos, merenda, limpeza, conservação (PARANÁ EDUCAÇÃO, p. 06-07, 2022). Com a prevalência da orientação empresarial, o setor privado amplia a sua influência política e os seus lucros, tornando-se positiva para os grupos empresariais, pois pavimenta o avanço sobre os recursos públicos (FONTES, 2020).

A responsabilidade do poder público com a educação não pode ser terceirizada, pois é uma obrigação do governo, uma prerrogativa do poder público. Não é a privatização em sentido *stricto*, mas ao reservarem a escola, uma direção para os resultados, perdendo a sua dimensão social, acabam sobrepondo a mercantilização e as estratégias empresariais.

CONCLUSÃO

O poder público reconfigura o seu papel, repassando para a esfera privada a gestão das escolas públicas. Verificam-se duas dimensões da privatização: da oferta educacional, por meio do financiamento público a organizações privadas e da privatização da gestão escolar (ADRIÃO, 2018).

O projeto foi aprovado, porém com resistências. “Apenas duas escolas estaduais acataram, em consulta, o projeto que propõe a terceirização da gestão para grupos empresariais. As 25 escolas na mira da privatização disseram não, seja pela rejeição (14) ou pela falta de quórum (11)”. (APP-SINDICATO, 2022, on-line).

É necessário ampliar a participação social e democrática, apresentar e discutir, junto com a sociedade as questões educacionais, fomentando a defesa da educação pública. O que está sendo proposto é que o governo se exima da sua responsabilidade com a gestão, entregando-a para o setor privado, que reconhece um atrativo de mercado, devido a movimentação dos recursos financeiros, uma ambivalência, o direito à educação e a promoção do mercado, caracterizando processos societários em disputa.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e o Marxismo*, v. 8, n. 14, p. 15-35, jan./jun. 2020.

NOTA TÉCNICA Nº23/2022. VALOR ALUNO-ANO FUNDEB (VAAF) E VALOR ALUNO-ANO TOTAL (VAAT): METODOLOGIA DE CÁLCULO E ASPECTOS CONCEITUAIS. Câmara dos Deputados. Brasília, https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2022/NTn23_2022FundebVAAFVAAT20212022.pdf. Acesso 06 mar. 2023.

PARANÁ EDUCAÇÃO. Edital de Credenciamento nº 02/2022. https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/edital_credenciamento_02-2022-preduc.pdf. Acesso 03 mar. 2023.

SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Roselane; GARCIA, Rosalba Maria. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, 2005.

FINANCIAMENTO E INTERSETORIALIDADE: DILEMAS NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

FINANCIAMIENTO Y LA INTERSECTORALIDAD: DILEMAS PARA GARANTIZAR EL DERECHO A LA EDUCACIÓN

Aline Gasparim Christianini, Unicamp. alinechristianini@gmail.com

Aline Gabriele Pereira, Unicamp. alinesisb@gmail.com

Cristiane Machado, Unicamp. crimacha@unicamp.br

Palavras-chave: direito à educação; financiamento; intersetorialidade.

Palabras clave: derecho a la educación; financiación; interseccionalidad.

O percurso de avanços e recuos na materialização do direito à educação tem ocupado as agendas governamentais e acadêmicas desde os preceitos legais conquistados na Constituição Federal de 1988, evidenciado um campo de dilemas para a garantia deste direito. Este texto destaca 13 trabalhos acadêmicos que enfatizam o financiamento da educação (7) e a intersectorialidade (6) e sua relação com a efetivação do direito à educação. É um estudo derivado de pesquisa^[7] mais ampla que inventaria a produção científica no Brasil, por meio de consulta no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), com o objetivo de construir o Estado da Arte do Direito à Educação no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Dentre os trabalhos selecionados, que apresentam como principal desafio o financiamento, constatamos que todos apontam para a necessidade da ampliação de recursos destinados à educação. Couto (2012), Alves (2012) e França (2014) citaram o FUNDEB nas respectivas pesquisas, cada qual com suas particularidades. A dissertação de Couto (2012) e a tese de França (2014) concluíram que, apesar da ampliação da abrangência da política de financiamento da educação, os recursos não gozaram da mesma amplificação. Essa percepção pode ser confirmada na tese de Alves (2012), que utilizou um simulador para calcular valores do custo-aluno-ano para cada etapa da educação básica e demonstrou que os valores estabelecidos pelo FUNDEB seriam insuficientes para garantir o direito à educação. A tese de Ribeiro (2014) pesquisou sobre as condições de trabalho docente e concluiu que a fragilidade orçamentária impede a efetivação da chamada tríade “carreira, remuneração e jornada de trabalho”.

A ampliação da oferta pré-escolar em um município específico do Mato Grosso do Sul foi tema da dissertação desenvolvida por Santos (2018), a qual constatou o entrave da limitação dos recursos na ampliação da oferta de vagas. A tese de Silva (2018) também pesquisou a ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil em três municípios distintos, e denunciou a ausência de uma tradição de planejamento educacional no Brasil.

A dissertação de Carvalho (2009) aponta limitações à visão de que o acesso à escola garantiria a inclusão social e seria capaz de promover mudanças estruturais na sociedade.

As teses e dissertações que abordam ações intersectoriais relacionam-se com as mais diversas áreas, demonstrando que a garantia ao direito à educação não se resume aos limites educacionais.

Motta (2017) analisou a política de assistência estudantil do IFRGN e constatou movimentos de complexificação e diversificação no atendimento aos estudantes em dois períodos distintos (2009-2015 e 2000-2008). Apesar dos avanços no reconhecimento da

assistência estudantil e do acesso à instituição, os desafios para o planejamento e gestão se colocam no atendimento ao público-alvo e na necessidade de uma política universalista.

Nicácio (2016) aponta a relação entre o nível socioeconômico (NSE) e o desempenho escolar, demonstrando que as escolas que atendem ao público com menor NSE têm maiores taxas de abandono e distorção. Pressupõe, portanto, articulação entre políticas educacionais, sociais e relacionadas à saúde.

As instituições de ordem Jurídica para a garantia do direito à Educação, como o Ministério Público e o Conselho Tutelar, foram abordadas nas teses de Assis (2012) e Nascimento (2018). A primeira discute os limites e as possibilidades do processo de judicialização na garantia do direito à Educação e questiona o padrão jurídico que em seus instrumentos utiliza a dicotomia autor e réu. A segunda aborda questões relacionadas à proteção integral da criança e do adolescente, destacando as contribuições do Conselho Tutelar, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Ambos utilizaram a legislação vigente como embasamento teórico para as discussões acerca do direito à educação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi abordado na dissertação de Andrade (2016, p. 100), que pesquisou sobre o atendimento socioeducativo de adolescentes infratores e pontuou como desafio a superação de preconceitos e ressaltou a necessidade de políticas públicas que promovam parcerias com outras instituições com vistas ao “deslocamento do foco punição para recuperação e proteção”.

A saúde foi citada na pesquisa de Medeiros (2018), que demonstrou desarticulação entre as políticas educacionais relacionadas às classes hospitalares. Segundo Medeiros (2018), a ausência de diálogo entre a Saúde e a Educação compromete o direito à educação das crianças hospitalizadas.

É possível sintetizar, a partir dos 13 trabalhos acadêmicos destacados que, tendo em vista a complexidade da educação, para garantir o direito à educação é necessário um esforço coletivo, em articulação com diversas áreas institucionais.

Referências

ALVES, T. **Desenvolvimento de um modelo de previsão de custos para planejamento de sistemas públicos de educação básica em condições de qualidade: uma aplicação a municípios de Goiás.** Tese – USP, São Paulo, 2012.

ANDRADE, M. A. **Políticas Públicas Educacionais para adolescentes infratores: um estudo no município de Franca.** Dissertação – UNESP, Franca, 2016.

ASSIS, A. E. S. Q. **Direito à educação e diálogo entre poderes.** 271 f. Tese – UNICAMP, Campinas, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. DOU, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente–ECA**. Lei Federal nº. 8.069 de 13 jul. 1990, Brasília, 1990.

CARVALHO, L. M. D. S. **Política educacional e programas de transferência de renda**: um estudo sobre as repercussões do PETI no município de Recife. Dissertação – PPGE, UFPE, Recife, PE, 2009.

COUTO, M. A. F. D. O. **A distribuição dos recursos financeiros para as creches utilizando o referencial do Custo Aluno–Qualidade Inicial–CAQi**. Dissertação – UFPE, Recife, PE, 2012.

FRANÇA, M. G. **Financiamento da educação especial**: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios. Tese – USP, São Paulo, SP, 2014.

MEDEIROS, M. M. **O direito à educação e as classes hospitalares**: discurso de gestores de um hospital-escola. Dissertação – UFPB, João Pessoa, PB, 2018.

MOTTA, T. C. **Assistência Estudantil e Inclusão Social**: mudanças discursivas e recontextualização no caso do IFRN. Tese – UFPE, Recife, PE, 2017.

NASCIMENTO, J. A. D. **A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente**: um discurso de qualidade. Tese – UFPE, Recife, PE, 2018.

NICACIO, P. P. da S. **Análise da desigualdade das condições de oferta do Ensino Médio em Goiânia**. Dissertação, UFG, Goiânia, GO, 2016.

RIBEIRO, J. M. C. **A jornada de trabalho dos professores da escola pública em contexto de políticas de valorização docente e qualidade da educação**. Tese – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2014.

SANTOS, A. P. O. D. **Arranjos e estratégias para o cumprimento da Emenda Constitucional 59/2009**: estudo do município de Campo Grande-MS. Dissertação – UFGD, Campo Grande, MS, 2018.

SILVA, A. C. O. D. **O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da educação infantil na região metropolitana do Recife**. Tese – UFPE, Recife, PE, 2018.

DESAFIOS NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA E RELAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS

DESAFÍOS EN LA PLANIFICACIÓN Y GESTIÓN DEL DERECHO A LA EDUCACIÓN: ORGANIZACIÓN ADMINISTRATIVA Y PEDAGÓGICA Y RELACIÓN ENTRE ENTIDADES FEDERALES

Cristiane Machado – UNICAMP – crimacha@unicamp.br
Aline Gabriele Pereira – UNICAMP – alinepereira.educacional@gmail.com

Palavras-chave: Direito à Educação; Políticas Públicas; Planejamento e Gestão.

Palabras clave: Derecho a la educación; Políticas públicas; Planificación y Gestión.

O resumo que aqui se apresenta tem como objetivo analisar, a partir da articulação entre planejamento e gestão, os desafios para a garantia do direito à educação difundidos na produção acadêmica de 1988 a 2022. Está inserido em pesquisa mais ampla que inventaria a produção científica no Brasil, por meio de consulta no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), com o objetivo de construir o Estado da Arte do Direito à Educação no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Segundo Romanowski (2006, p. 38), as pesquisas denominadas Estado da Arte surgem, num contexto de proliferação de estudos e publicações, da necessidade de “estudos que realizem um balanço e encaminhem para a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existente” e possuem características descritivas e analíticas para além da simples identificação da produção.

Situando-se o direito à educação entre os direitos sociais que requerem prestação positiva do Estado para se efetivarem, estabelece uma relação inseparável com o planejamento e a gestão pública, responsáveis por implementar, por meio das políticas públicas, as previsões legais. Segundo Ranieri (2012), o dever do Estado para com a educação não se restringe apenas à sua oferta e financiamento, mas inclui todos os meios necessários às necessidades sociais e individuais, de forma a prevenir e remediar qualquer forma de violação desse direito. Entretanto, conforme Machado e Ganzeli (2018), apesar dos grandes avanços alcançados pelo direito à educação na Constituição Federal de 1988, tanto na especificação das garantias quanto nos mecanismos jurídicos disponibilizados para sua exigibilidade, temos ainda um longo caminho na construção de políticas públicas que realizem essas conquistas com equanimidade.

Neste sentido, por meio do levantamento e análise de teses e dissertações que abordaram a interface entre direito à educação, planejamento e gestão, buscou-se apontar os desafios que vem sendo enfrentados nesse processo de materialização do direito à educação.

Para tanto, foram selecionados 41 trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações, encontrados no site da CAPES com o tema direito à educação, produzidos entre 1988 e 2022, que citam os descritores planejamento e gestão nas palavras-chave. Destes 41 títulos, 35 foram encontrados para leitura e 6 não estão disponibilizados no site da CAPES, tampouco nos sítios dos programas nos quais foram defendidos. Após a leitura dos resumos dos 35 trabalhos, 29 foram separados para análise, 17 dissertações e 12 teses, que relacionam os temas planejamento e gestão com a garantia do direito à educação e 6 foram excluídos por abordarem temáticas estranhas ao objeto deste artigo.

Após a leitura da parte final (considerações finais e/ou conclusão) das teses e dissertações com o objetivo de examinar os desafios do planejamento e da gestão na garantia do direito à educação, os 29 trabalhos foram reunidos em 4 grupos de desafios: organização administrativa e pedagógica (12); financiamento (7); intersetorialidade (6) e relação entre os entes federados (4). Neste trabalho serão apresentados os resultados encontrados em relação à organização administrativa e pedagógica e à relação entre os entes federados.

Os desafios ligados à organização administrativa e pedagógica dos processos de implementação de políticas educacionais foram apontados por 12 trabalhos, 10 dissertações e 2 teses, que demonstram a dificuldade de que o planejamento e a gestão das políticas públicas educacionais efetivem o direito à educação conforme preconizado na Constituição Federal (BRASIL, 1988) – acesso educação gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (art. 208, inciso I); atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso III); acesso a programas suplementares de material didático escolar e transporte (art. 208, inciso VII); gestão democrática do ensino público (art. 206, inciso VI) – e na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) – características e modalidades adequadas às necessidades e disponibilidades dos jovens e adultos na educação, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (art. 4º, inciso VII); formação continuada para os profissionais da educação (art. 62-A).

Ressaltando a temática da relação entre os entes federados, 4 trabalhos acadêmicos sendo 1 dissertação e 3 teses, apontam os desafios na garantia do direito à educação, ligados ao processo de municipalização da educação, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Plano de Ações Articuladas do Ministério da Educação e a inexistência da regulamentação do Regime de Colaboração.

Segundo Araújo (2010, p. 232), em uma federação ideal existem relações de interdependência entre as unidades subnacionais e o governo nacional de modo que essas

unidades não fiquem na condição de subordinação, tampouco totalmente autônomas. O pressuposto, defende a autora, é que “uma organização territorial e política que vise a garantir, pela via democrática, a repartição de responsabilidades governamentais”, respeitando “a integridade do Estado nacional frente às inúmeras disputas e desigualdades regionais”. Dourado (2013, p. 764), ao explorar o tema, afirma que a relação “[...] entre os entes federados se efetiva na complexa relação de coordenação e autonomia, para garantir, a todos, os direitos sociais, entre eles a educação”.

A partir do levantamento é possível perceber que, apesar dos inegáveis e inéditos ganhos da educação nacional promovidos pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB, há ainda um longo caminho a ser trilhado na efetivação do direito à educação conforme previsto. Esse caminho exigirá maior organização e colaboração intra e entre os entes federados.

Referências

ARAÚJO, G. C. Direito à educação básica. A cooperação entre os entes federados. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 4, n. 7, p. 231-243, jul./dez. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22/02/2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22/02/2023.

DOURADO, L. F. Sistema Nacional de Educação, federalismo e os obstáculos ao direito à Educação Básica. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul./set. 2013.

MACHADO, Cristiane; GANZELI, Pedro. Gestão educacional e materialização do direito à educação: avanços e entraves. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 49-63, mar./abr. 2018.

RANIERI, N. B. S. O regime jurídico do direito à educação na Constituição Brasileira de 1988. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, v. III, p. 11-32, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. Revista Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, p. 37-50, setembro-dezembro 2006.

PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS: uma contraproposta

PRIVATIZACIÓN DE LA GESTIÓN DEL SISTEMA EDUCATIVO ESTATAL DE TOCANTINS: una contrapropuesta

Leonardo Victor dos Santos, UFT, professorleonardoaraias@gmail.com
Rosilene Lagares, UFT, roselagares@uft.edu.br

Palavras-chave: Gestão educacional. Privatização da educação. Rede ColaborAção Tocantins.

Palabras clave: Gestión educativa. Privatización de la educación. Red de Colaboración de Tocantins.

Introdução

Esta pesquisa, com a temática privatização da educação, volta-se para a gestão da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Seduc-TO), tendo por objetivo analisar relações estabelecidas entre a Secretaria e institutos privados, como Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Lemann, Instituto Sonho Grande (ISN), Instituto Natura (IN) e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), no período da vigência do Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE-TO – 2015-2025); e discutir outra referência para a colaboração.

Com base em Garcia e Adrião (2018), privatização da gestão educacional constitui-se em processos e mecanismos, para contratação de institutos privados, neste caso específico, com acordos de cooperação pactuados.

Metodologia

Assenta-se no método materialista histórico e dialético; e em fontes teóricas, buscando a relação entre o universal – as orientações neoliberais, e o singular, no caso, a política educacional em uma perspectiva de apreensão da totalidade, **partindo da aparência para a essência**; e documentais, sendo os Acordos de Cooperação resultantes de levantamento nos diários oficiais do Estado, “com vistas a tratar, analisar, contrapor, desconstruir ou construir uma interpretação dos documentos” (EVANGELISTA, 2012, p. 64).

Discussão dos Resultados

Em sintonia com a reforma do Estado brasileiro nos anos 1990, alinhada às diretrizes da política neoliberal internacional, entes federativos, de diversas regiões brasileiras (GARCIA; ADRIÃO, 2018; VENCO; BERTAGNA; GARCIA, 2021), passam a estabelecer estreita relação entre setor público e privado, para definição e execução de políticas públicas educacionais, tendo a predominância da lógica do segundo.

No período de vigência do PEE-TO, em 2017, a Seduc-TO assinou o Termo de Acordo de Cooperação Nº 001 (TOCANTINS, 2017) com o IAS, tendo por escopo alcançar as metas 1, 2, 5 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014) (BRASIL, 2014). Em 2018, celebrou o Acordo de Cooperação Nº 003 (TOCANTINS, 2018), com o Instituto Lemann, com o objetivo de realizar a formação de 269 diretores escolares e 269 coordenadores pedagógicos, com o curso Gestão Escolar: desafios e perspectivas para a Efetivação da Autonomia na Gestão Democrática da Escola, no âmbito do Programa “Estrada do Conhecimento”. Em 2021, estabeleceu novo Acordo de Cooperação com o IAS – Programa Volta ao Novo, sob o Nº 13 (TOCANTINS, 2021), com o objetivo de promover formação das competências socioemocionais, para técnicos da Secretaria, gestores e professores. Ainda, estabeleceu dois Acordos de Cooperação com o ISN, IN e ICE: Nº 02 (TOCANTINS, 2017) e Nº 06 (TOCANTINS, 2021), ambos com vigência de 36 meses, objetivando atingir as metas 3, 6, 7 e 19 do PNE.

Na análise destes Acordos, destacam-se as dimensões da gestão e do financiamento para a implementação dos Programas e um papel técnico e coadjuvante da Seduc-TO, enquanto aos institutos privados cabe o papel intelectual de gestor.

Em contraposição às orientações neoliberais com pautas privatistas, para a educação pública, defende-se o regime de colaboração entre instituições públicas presentes no Estado (SANTOS, 2019), entidades sem fins lucrativos com responsabilidade pública, com o apoio de sujeitos que as integram, como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ADRIÃO, 2022), na perspectiva gramsciana de Estado ampliado, entendida como o entrelaçamento entre sociedade política e sociedade civil (SHEEN, 2007), com vistas à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, de modo coletivo e participativo.

Com este sentido, no Tocantins, erigiu-se a Rede ColaborAção Tocantins (RCT), com um programa interinstitucional de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação na educação municipal, composta por instituições presentes no Estado:

Universidade Federal do Tocantins, Ministério Público do Estado do Tocantins e Seduc-TO, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Seccional Tocantins e a Associação Tocantinense dos Municípios (LAGARES; SANTOS, 2022).

Conclusão/Apontamentos

Esta pesquisa analisa relações estabelecidas entre a Seduc-TO e institutos privados, por meio de Acordos de Cooperação, discutindo que tais documentos configuram mecanismos e processos de privatização da gestão no Sistema Estadual de Ensino, em um movimento no qual a Secretaria subordina-se aos institutos privados.

Discute, ainda, a possibilidade do regime de colaboração entre instituições públicas e entidades sem fins lucrativos que defendem a efetiva participação do Estado no cumprimento de sua tarefa como protetor dos direitos constitucionais, a exemplo da RCT.

Referências

ADRIÃO, T. M. de F. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990.** [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Congresso Nacional. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 26 de mai. 2022.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais.** Campinas-SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

GARCIA, T. Incidência do Setor privado na Dimensão da Gestão Educacional na Educação Básica: programas e autores (2005-2015). In: GARCIA, T.; ADRIÃO, T. M. de F (Org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)** /– Curitiba: CRV, 2018.196 p.

LAGARES, R.; SANTOS, L. V. Pedagogia Histórico-Crítica e Formação Docente. **EDUCA - REVISTA MULTIDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO**, v. 9, p. 1-16, 2022.

SANTOS, L. V. dos. **Privatizações na educação básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público.** Dissertação de Mestrado. Palmas – TO: Universidade Federal do Tocantins, 2019.

SHEEN, M. R. C. C. **A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antônio Gramsci.** HISTEDBR. Campinas/SP: n° 25, p. 3-12, mar, 2007.

TOCANTINS. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025.** Publicada no Diário Oficial nº 4.411. Palmas – TO, 2015.

TOCANTINS. **Acordo de Cooperação nº 001/2017**, celebrado entre Seduc-TO e Instituto Ayrton Senna, para os fins especificados. Palmas - TO, 2017.

TOCANTINS. **Acordo de Cooperação nº 02/2017**, celebrado entre Seduc-TO e Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, para os fins especificados. Palmas - TO, 2017.

TOCANTINS. **Termo de Cooperação Técnica nº 003/2018** celebrado entre Seduc-TO e o Instituto Lemann, para os fins especificados. Palmas, TO, 2018.

TOCANTINS. **Acordo de Cooperação nº 06/2021**, celebrado entre Seduc-TO e Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, para os fins especificados. Palmas – TO, 2021.

TOCANTINS. **Acordo de Cooperação nº 13/2021**, celebrado entre Seduc-TO e o Instituto Ayrton Senna, para os fins especificados <https://elevaplataforma.com.br/dos>. Palmas - TO, 2021.

VENCO, S.; BERTAGNA, R.H; GARCIA, T. [Orgs.]. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018).** Vol 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 395p.

EDUCAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ESTUDOS PRELIMINARES SOBRE O BRASIL E A ARGENTINA

EDUCACIÓN Y PRIVATIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA: ESTUDIOS PRELIMINARES SOBRE BRASIL Y ARGENTINA

COSSETIN, Márcia
CASTILHO, Rafael Alesande Valesco

Palavras-chave: Políticas educacionais; Privatização; América Latina.

Palabras clave: Políticas educativas; Privatización; América Latina.

Na análise das políticas públicas, dentre elas, as educacionais entendemos a correlação de forças para a construção e implementação das políticas públicas, ancoradas não somente na busca por sua ampliação, mas, ainda em sua fragilização, seu desmonte e e/ou apropriação pela classe social que possui o poder econômico e por conseguinte o poder político, cultural e educacional.

Com este entendimento, o objetivo do texto é apresentar a educação formal em dois países da América Latina: Brasil e Argentina, apreendendo-se elementos indicadores de privatização. Trata-se de estudo inicial e utilizamo-nos de abordagem qualitativa, com pesquisa documental, (legislação educacional de cada um dos países), e bibliográfica, com sistematização de pesquisas sobre a privatização da Educação.

A América Latina tem, historicamente, sofrido influências na condução das políticas econômicas que se refletem nas políticas públicas educacionais. Tais influências são proeminentes na década de 1990 quando se apresenta, sob o fundamento da teoria neoliberal, como solução para os denominados países periféricos, a Reforma do Estado e, conseqüentemente, reformas educacionais subjacentes, o que perpassa o século XXI, com ascendência nos processos de privatização educacional.

As legislações, convenções e tratados, em âmbito mundial, denotam ao Estado o dever com a garantia do direito à Educação, no rol de direitos humanos. O usufruto desse direito implica na compulsoriedade e na gratuidade da Educação, organizando-se de acordo com a legislação de cada país. O acesso a tal direito pode variar quanto ao número de anos e aos níveis que cada sujeito pode frequentar a escola (OLIVEIRA, 2007).

Na América Latina, Grosso e Magalhães (2016) indicam, com base em estudos da CLADE, que a gratuidade foi estabelecida como um princípio nas legislações gerais de Educação, com exceção da Colômbia. Todavia, a variação quanto aos anos, níveis de ensino e formas de implementação continua existindo.

O Brasil e na Argentina dispõe de legislações que procuram assegurar aos sujeitos o direito à Educação. Nos quadros 1 e 2, apresentamos como está organizado este direito nos dois países.

Quadro 1: A Educação na Argentina⁴

Sistema de organização da Educação						
Argentina	Responsável pela normatização	Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e do Conselho Federal de Educação.				
	Gestão	Estatal, privada, cooperativa e organizações da sociedade civil				
	Inicial	Jardim Maternal	0 a 2 anos			
		Jardim de Infância	3 a 5 anos			
	Primária	6 a 11 anos			Educação especial/permanente para jovens e adultos; Educação Rural bilíngue intercultural; Educação em contextos de privação de liberdade; domiciliar e hospitalar	
	Secundária	Ciclo Básico	12 a 14 anos			Obrigatório
		Ciclo Orientado	15 a 17 anos			
	Superior	Terciário Universitários Pós-graduação				

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Quadro 2: A Educação no Brasil

Sistema de organização da Educação							
Brasil	Responsável pela Normatização	Ministério da Educação					
	Gestão	Estatal Privada Comunitária					
	Educação Básica	Educação Infantil	Creche	0 a 3 anos			
			Pré-Escola	4 a 5 anos		Obrigatória	
		Ensino Fundamental	Iniciais	6 a 10 anos			Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos;
			Finais	11 a 14 anos			
		Ensino Médio	15 a 17 anos		Educação do Campo; Educação Indígena; Educação Quilombola; Educação a Distância		
	Educação Superior	Graduação Pós-Graduação					

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

⁴ Elaboração a partir das legislações educacionais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, do Brasil e Lei de Educação Nacional da Argentina, Lei nº 26.206/2006, da Argentina. E consulta ao Sistema de Informação sobre Tendências Educacionais na América Latina (<https://siteal.iiep.unesco.org/>).

Ambos os países, conforme quadros 1 e 2, asseguram a obrigatoriedade e gratuidade da Educação formal pertinente ao que se denomina no Brasil de Educação Básica e na Argentina de Inicial, Primária e Secundária, entendendo-se que inicia-se aos 4 anos de idade, excetuando parte da Educação Infantil, no Brasil (etapa chamada de creche – 0 a 3 anos) e Jardim Maternal e parte do Jardim de Infância, na Argentina (0 a 3 anos).

Nos níveis mais elevados da Educação, tanto no Brasil (graduação e pós-graduação) como na Argentina (terciário, universitário, pós-graduação) não há garantia de oferta em instituições públicas e gratuitas em caráter universal, há a não obrigatoriedade e remete-se ao caráter seletivo e de contenção ao se tratar da Educação para além do básico, elementar.

Em que pese a ampliação no acesso à Educação, vista na legislação, a qualidade social de tal formação não tem seguido na mesma direção. Gentili (2007) demarca a exclusão educacional, consolidando um padrão discriminatório, em que “[...] los pobres pueden tener, en América Latina, “derecho” a permanecer algunos años en el sistema educativo, aunque siguen hoy, como siempre lo han estado, excluidos del acceso al derecho a una educación de calidad [...]” (GENTILI, 2007, p. 28). São consequências das reformas empreendidas no contexto neoliberal, inclusive as educacionais e privatizantes.

A privatização tem estado presente nas “[...] reformas neoliberales implementadas en las últimas dos décadas tendieron a intensificar las dinámicas de privatización de la educación pública existentes en la región” (GENTILI, 2007, p. 31). O autor denuncia que as fronteiras entre o público e o privado se tornaram mais difusas e retratam a transferência do poder da esfera pública para o mercado[12].

A Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE), demonstra na pesquisa “Mapeamento sobre as tendências da privatização da educação na América Latina e no Caribe” (2014), o fato de que os processos de privatização da Educação pública estão presentes na América Latina e Caribe e, o Brasil e Argentina, estão entre os países em que ocorrem, observando-se que a designação de recursos públicos ao setor privado e traz impactos para o direito à educação.

Grosso e Magalhães (2016), identificam que no Brasil e na Argentina há mecanismos de concessão da Educação pública à iniciativa privada, compra de vagas no setor privado, transferência de subsídios públicos para a educação privada, mesmo com a proibição de fins de lucrativos por parte destas instituições.

Brasil e Argentina, estão entre os países em que se encontram “[...] casos de fundações (vinculadas ou não a grupos empresariais) e organizações religiosas que, em geral,

estabelecem convênios com o Estado e, com isso, passam a ter algum grau de participação na gestão pública”. Os dois países são exemplos, ainda, de transferência da gestão para as organizações privadas (GROSSO; MAGALHÃES, 2016, p. 25).

As autoras apontam a existência de compra de serviços privados pelo setor público (equipamentos didáticos, tecnologias, formação dos profissionais da educação, gestão, etc) e que grupos empresariais têm atuado na privatização da Educação Pública, na execução direta ou na definição de políticas públicas educacionais. Um exemplo é a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (2011), integrada por 13 países da América Latina, entre eles, Brasil e Argentina, conforme quadro 3, com organizações denominadas da sociedade civil.

Quadro 3 – Brasil e Argentina na REDUCA

BRASIL	TODOS PELA EDUCAÇÃO	
ARGENTINA	PROYECTO EDUCAR 2050	

Fonte: elaboração dos autores, 2023.

Para além, dos elementos demarcados, FELDFEBER, *et al*, (2018), demonstraram no estudo “La privatización educativa en Argentina” indicadores importantes na privatização da educação na Argentina, que não abordaremos nesse texto em função de seus limites.

Concluimos a ocorrência da privatização na América Latina, sobretudo, no Brasil e na Argentina o que pode fragilizar o direito à educação, especialmente, para os sujeitos oriundos das classes populares. Há necessidade da continuidade dos estudos para apreendermos como tem-se dado tal processo e para fortalecermos a luta por uma Educação de qualidade social para todos.

Referências

ARGENTINA. **Lei nº 26.206**, de 27 de dezembro de 2006. Ley de Educación Nacional. Buenos Aires, DF: Orden del Día, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

FELDFEBER, M.; PUIGGROS, A.; ROBERTSON, S.; DUHALDE, M. **La privatización educativa en Argentina**. Buenos Aires: CTERA, 2018.

GENTILI, P. **Desencanto y utopía la educación en el laberinto de los nuevos tempos.** Homo Sapiens Ediciones, 2007.

GROSSO, C.; MAGALHÃES, G. **Privatização da educação na América Latina e no Caribe:** tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 134, p.17-33, jan-mar, 2016.

APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO OU MERCANTILIZAÇÃO?

NOTAS SOBRE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRAZIL: ¿DEMOCRATIZACIÓN O COMERCIALIZACIÓN?

Adeildo Telles da Silva
PPGED/UFPA
adeildo.telles@unifap.br

Ari Fernandes Santos Nogueira
PPGED/UFPA
ari.nogueira@ufob.edu.br

André Rodrigues Guimarães
PPGED/UFPA
andre@unifap.br

Palavras-chave: Educação Superior, Mercantilização, Neoliberalismo.

Palabras clave: Educación Superior, Mercantilización, Neoliberalismo.

O presente trabalho apresenta reflexões sobre os processos de mercantilização da educação superior, organizadas a partir de revisão bibliográfica que tomou como literatura de referência, principalmente, Chesnais (1996), Ruas e Oliveira (2016), Chaves e Amaral (2016), Adrião e Domiciano (2020) e Chaves, Santos e Kato (2020). A partir das leituras e análises pode-se observar que a literatura aponta alinhamento nas políticas para educação superior dos últimos anos e o projeto de mundialização e financeirização do capital.

O projeto de mundialização do capital direciona políticas públicas e reformas de Estado em todo o globo, aponta Chesnais (1996, p.14). É uma tarefa que precisa de processos

globalizantes, onde todos os Estados considerem os ciclos de financeirização do capital, alinhando políticas de ordenação social que reinventem suas performances locais de exploração do trabalho, consumo, produção e acumulação de capital. Tal processo, avança do campo comercial e financeiro para outros setores sociais, com educação, trabalho, segurança social e previdência social. Ruas e Oliveira (2016) explicitam a materialização desse movimento no Brasil desde a segunda metade do século XX, com a inserção subalternizada na economia globalizada e forte indução à mercantilização de espaços sociais.

O direito à educação no Brasil, historicamente, perpassa a questão do ordenamento social. No que se refere à educação superior as marcas elitistas ainda são mais presentes. Em tempos de reordenamento social com vistas à implementação de uma nova cultura universitária a serviço do capital, não se pode esperar a oferta de educação superior gratuita e autônoma. As pesquisadoras Chaves, Santos e Kato (2020) apontam que mesmo que tenhamos experimentado reformas e incentivos à expansão na educação superior desde a década de 1960, somente a partir de 1995 é que este setor se torna uma opção rentável e profícua para investimentos.

As autoras tratam de explanar sobre um movimento contínuo de reformas e de implementação de sucessivas políticas dos governos desde 1990 que demonstram os processos globalizantes em nossa sociedade replicados nas políticas para educação superior por meio de: (i) discursos de modernização ; (ii) lógica elitista e privatista do governo FHC (1994-2002); (iii) políticas expansionistas e regulação do trabalho docente, com incentivo às parcerias público-privada dos governos Lula e Dilma (2002-2016); (iv) ampliação da austeridade do Estado e elitização, precarização da qualidade, acesso e permanência na Educação Superior do governo Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022).

Ainda que com diferenças entre tais governos, especialmente em relação à tentativa de inclusão de setores importantes da sociedade brasileira, o destaque dessas políticas, arqueadas no par dialético democratização/expansão-privatização/mercantilização, é a atenção do capital voltada para a educação superior como um mercado rentável. De maneira que passa a ser interessante para o capital dominar esse setor da sociedade e impor sua lógica e ideologia tanto para reafirmação de sua hegemonia quanto para a produção de lucro, como explicam Chaves e Amaral (2016) ao discutir os dados que comprovam que as políticas expansionistas implementadas no Brasil por orientação do BM “evidencia, mais uma vez, uma educação superior concebida como mercadoria que visa à garantia de lucro ao capitalista” (p. 58). Os dados apresentados revelam os alinhamentos das políticas estudadas

com os interesses neoliberais e evidenciam o crescimento do setor privado e redução do setor público da educação superior brasileira.

Em linhas gerais, os sucessivos governos têm demonstrado extremo interesse na educação superior brasileira e em sua relação com o mercado. Em decorrência disso, um conjunto de ações se voltaram para a implementação de um ensino superior mais competitivo como explicam Nogueira e Lima (2022), aliada à ideia de formação para a empregabilidade. Isso produziu políticas que se voltaram para uma formação de trabalhadores rapidamente absorvíveis pelo mercado.

Em tal processo, as instituições públicas também são atacadas por diversas políticas que se caracterizam pela ideia de controle ou limitação da tomada de decisão pela comunidade acadêmica. Como resultado das limitações financeiras, a educação superior pública e gratuita vê-se condicionada a buscar meios para atender as exigências das políticas gerenciais e de avaliação implementadas para o setor. Entre as opções disponíveis, as parcerias com o setor privado vão ganhando cada vez mais espaço, sobretudo nas políticas de financiamento às pesquisas nas áreas das ciências aplicadas e estratégias de financiamento que têm critérios de gerenciamento neoliberais.

A partir dos anos 1990, fundamentados nos ideais do capitalismo neoliberal, o discurso de expansão e democratização no acesso e permanência no ensino superior têm servido de cortina de fumaça para a implementação de políticas de financeirização. Tal processo são aprofundados na pandemia e covid-19 e no governo Bolsonaro, com maior implementação de ações privatistas, como discutem Adrião e Domiciano (2020). Essas ações coadunam com a consolidação de uma sociedade desigual, inclusive com a tentativa dos governos democráticos de promover um apaziguamento entre as classes.

Em suma, com o processo de mundialização do capital, observa-se uma significativa mudança e reorientação na cultura universitária, que fomenta a competitividade e a produção quantitativa como eixo epistêmico deste novo conceito. As instituições públicas de nível superior estão sendo reorganizadas na lógica capitalista, em busca do financiamento de pesquisas por meio das parcerias público-privadas de modo a garantir a continuidade da produção acadêmica, ao tempo que aos poucos perdem a autonomia universitária. Desta forma, é notório que a educação superior passa a ser considerada como bem de consumo ou mercadoria, em prol de um ordenamento internacional que tem por objetivo instrumentalizar o mercado consumidor adeptos do discurso da empregabilidade e trabalhabilidade dos egressos, direcionando a aprendizagem para as necessidades capitalistas no qual se está inserido.

Referências

ADRIÃO, T; DOMICIANO, C. **Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>

CHAVES, Vera Lucia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de expansão da educação superior no Brasil – o ProUni e o FIES como financiadores do setor privado**. In: Educação em Revista, v.32, n.4, pp.49-72, out-dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/jZMkgMgTyb7rmjtqTVczXBj/?format=pdf>.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares Dos; KATO, Fabíola Bouth Brello. **Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização**. Jornal de Políticas Educacionais, v. 14, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70063/40309>

CHESSNAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

RUAS, C. M. S.; OLIVEIRA, R. T. C. **Modelo de Gestão da Educação Superior Privada brasileira**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, V.2, n.3, set/dez, 2016, p.461-479.

NOGUEIRA, Ari Fernandes Santos; LIMA, Iracema Oliveira. **Histórico (do) Problema Universitário Brasileiro** (in) História, Educação e Suas Interfaces. (Org.) João Reis Novaes, Joslan Santos Sampaio, Wilson da Silva Santos. ISBN: 978-65-81417-64-2. DOI: 10.29388/978-65-81417-64-2. Uberlândia-MG: Editora Navegando, 2022. p. 250. Disponível em https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/e-book_interfaces-min/6?ff&showOtherPublicationsAsSuggestions=true&hideShareButton=true.

GASTOS COM O SETOR PRIVADO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA (PR): UMA ANÁLISE A PARTIR DO SIOPE (2009-2020)

GASTO DEL SECTOR PRIVADO EN EL MUNICIPIO DE ARAUCÁRIA (PR): UN ANÁLISIS BASADO EN SIOPE (2009-2020)

Cassia Domiciano - UFPR
cassia.domiciano@ufpr.br

Gabriel Fernandes Pirkel - UFPR
gabrielpirkel@gmail.com

Anna Paula Fonseca de Oliveira - UFPR
anna.fonseca@ufpr.br

Palavras-chave: Privatização da Educação; Orçamento Público; Políticas Educacionais.

Palabras clave: Privatización de la educación; Presupuesto público; Políticas educativas.

Introdução

Este texto é parte da Iniciação Científica de dois estudantes de graduação que se encontra em andamento na Universidade Federal do Paraná (UFPR), financiada com recursos da própria universidade no formato de bolsa PIBIC, vincula-se a pesquisa “Implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal para o Financiamento Educacional de Municípios Paranaenses (2000-2020)”, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Cassia Domiciano. Objetiva-se apresentar dados iniciais sobre o orçamento público do município de Araucária (PR), que integra o primeiro anel metropolitano de Curitiba, pretende-se, mais especificamente, discutir os gastos empreendidos com setor privado, contabilizado no código orçamentário 3.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica no período de 2009 a 2020, que compreende três gestões municipais e permite acompanhar doze anos de implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei no 101/2000), que instituiu limites fiscais para o gasto com pessoal, o que pode ter influenciado a expansão da privatização das atividades-meio, estas compreendidas como parte do processo pedagógico, mas que não se dão diretamente na sala de aula, como as atividades realizadas pelas merendeiras, limpeza, assistente de alunos, secretária etc (PARO, 2002). O conceito de privatização, compreendemos com Adrião (2018; 2022) como o movimento que direciona a educação básica pública sob e para os interesses do setor privado, seja ele lucrativo ou não.

O código orçamentário 3.3.90.39, em análise, representa o somatório dos valores das despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoa jurídica de direito privado para órgão público. Embora de natureza diferenciada, essas despesas, além de terem potencial para revelar os diferentes atores privados que recebem recursos públicos e a ampliação de diferentes modalidades de privatização das atividades-fim da educação básica, têm ainda

capacidade de revelar outras formas de privatização de atividades-meio nas administrações públicas (DOMICIANO; PIRKEL, 2022).

Neste trabalho o orçamento público é entendido em uma perspectiva crítica, parte da constante disputa do fundo público no âmbito do Estado. Esse conjunto de números, conforme Oliveira (2020), não pode ser considerado exclusivamente uma peça formal, técnica ou instrumento de planejamento, é desde suas origens uma peça política.

A análise volta-se para município de Araucária, um dos doze municípios que integram a região metropolitana de Curitiba (PR). Segundo dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo 2022 - sua população estimada é de 166.699 habitantes. O município se destaca principalmente pela presença da refinaria da Petrobras que movimenta intensamente o ICMS da região. O impacto da refinaria se reflete no PIB *per capita* que em 2019 correspondeu a R\$130.034,00, o maior da região, o que não significa que a riqueza produzida localmente, chegue de forma igualitária à população. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) chegou a 0,740 no ano de 2010 e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos, a 97,4%.

Metodologia

As informações quantitativas deste trabalho decorreram do Relatório Consolidado de Despesas, informado pelos municípios na série histórica anunciada e disponibilizados pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), os dados do contexto municipal buscamos nos cadernos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Todos os valores orçamentários foram corrigidos monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), relativo ao acumulado da inflação até dezembro de 2022, consultado na plataforma “Calculadora do Cidadão”, do Banco Central do Brasil (BACEN).

Resultados e Discussão

Optamos por iniciar a discussão pela caracterização política de Araucária, com vistas a construir um cenário analítico para as despesas pública

Quadro 1: Prefeitos no município de Araucária-PR (2009-2020)

Prefeito	Partido	Período
Albanor José Ferreira Gomes	Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)	(2009 - 2012)
Olizandro José Ferreira	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB - Movimento Democrático Brasileiro)	(2013 - 2016)
Hissam Hussein Dehaini	Cidadania	(2017-2020)

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir de dados coletados em <https://araucaria.atende.net/cidadao/pagina/prefeitos-do-municipio>

O Quadro 1 mostra que no período que compreende esta análise, Araucária teve três representantes no executivo municipal de diferentes partidos políticos, todos pertencentes ao espectro de centro-direita, espectro que se distinguem da direita reacionária, conforme Bobbio (2011, p. 135), porém no que se refere à igualdade, respeitam-na no âmbito formal, prendendo-se à igualdade perante a lei, características nominadas por Bobbio (2011) de igualitarismo mínimo.

No aspecto orçamentário, especificamente sobre o gasto empreendido com o setor privado, majoritariamente alocado no código orçamentário 3.33.90.39, verifica-se a partir da Tabela a seguir, que os gastos na gestão de Albanor José Ferreira Gomes, do PSDB no período de 2009 a 2012 cresceu 406,87%, o maior de toda série histórica; na gestão de Olizandro José Ferreira (2013-2016), do então PMDB, os valores cresceram 8%; na última administração municipal analisada (2017-2020), de Hissam Hussein Dehaini, do Cidadania, o movimento do gasto destoa de todas as gestões anteriores. As despesas executadas com o setor privado no primeiro ano de governo chegaram a 4 milhões, 76% menor do que no ano anterior (2016), subiram cerca de 329% no ano posterior (2018), decresceram 27,35% em 2019 e o gasto de 2020, ano pandêmico, com pagamento de 4 milhões.

Tabela 1 - Gastos totais no código orçamentário 3.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica (Araucária-PR 2009-2020)

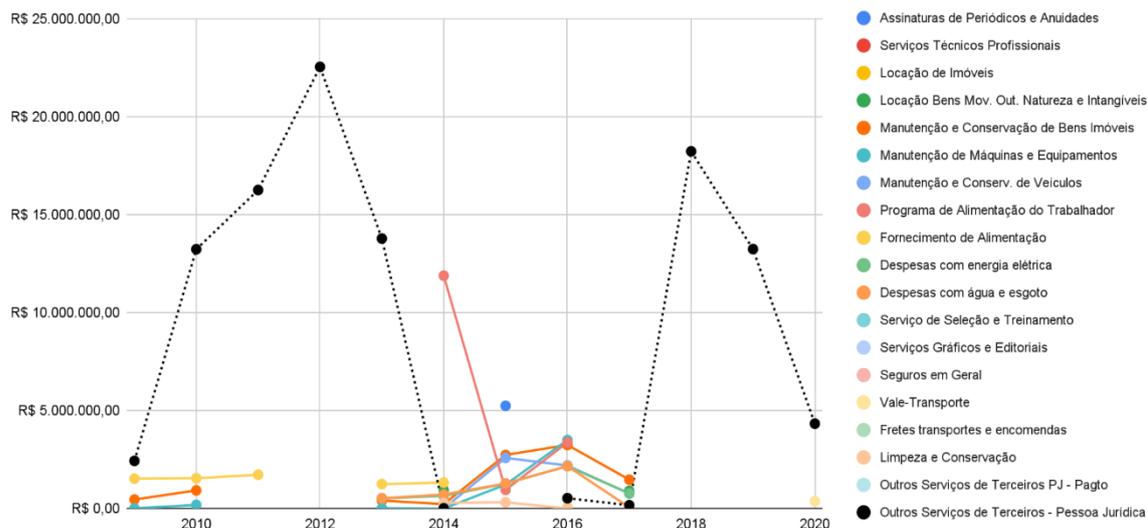
Araucária-PR (2009 – 2020)	
Ano	Gastos Totais 3.33.90.39
2009	R\$ 4.446.451,82
2010	R\$ 15.900.888,35
2011	R\$ 17.984.333,22
2012	R\$ 22.537.659,60
2013	R\$ 16.520.644,04
2014	R\$ 16.558.539,89
2015	R\$ 15.642.243,88
2016	R\$ 17.860.218,31
2017	R\$ 4.246.213,76
2018	R\$ 18.227.869,13
2019	R\$ 13.240.770,00
2020	R\$ 4.708.312,24

Fonte: Relatório Consolidado de Despesas (SIOPE). Valores corrigidos para dez. de 2022 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

Na busca de entender o movimento dos gastos com o setor privado e com o que efetivamente o governo municipal alocou o dinheiro público, voltamos nossa análise para os subelementos de despesa, código orçamentário em que há o maior detalhamento do gasto, porém, o Relatório Consolidado de Despesas de Araucária, enviado pelo município para o SIOPE desagregou este dado, ou seja, detalhou melhor a despesa, apenas nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, nos demais – 2009-2013; 2018-2020, os montantes estão concentrados no genérico “Outros Serviços” de modo que a execução da despesa encontra-se publicizada, mas não transparente (QUIRINO, 2018).

Nos anos em que os montantes estavam mais detalhados, identificamos que o maior valor foi em 2014 e correspondeu à despesa *Programa de Alimentação do Trabalhador*, código orçamentário 3.33.90.39.40.00, totalizando R\$11.883.165,07, seguida pelo pagamento de R\$5.245.610,99 com *Assinaturas de Periódicos e Anuidades*, código 3.33.90.39.01.00.

1. Gráfico com a evolução de todos os gastos em Araucária:



Conclusões

A busca pelos gastos com o setor privado via orçamento público no município de Araucária, especificamente no Relatório Consolidado de Despesas do SIOPE, tem se mostrado um caminho árduo para identificar para onde o poder público tem direcionado seus recursos quando se trata do setor privado especialmente por tais despesas serem contabilizadas de forma genérica no elemento de despesa 39 – “*Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*”. Não queremos dizer com isso que haja má fé na contabilidade pública desse município, mas que falta detalhamento orçamentário necessário para garantir análise e acompanhamento mais precisos do investimento do recurso público.

Referências

DOMICIANO; C.; PIRKEL, G. F. Despesa pública com o setor privado nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba (2009-2020): uma análise a partir do SIOPE. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, 10, 2022, Florianópolis. **Anais [...]**, [s.l.]: [s.n.], p. 323-324, 2022.

OLIVEIRA, F. O. de. Uma pequena história da tributação e do federalismo fiscal no Brasil: a necessidade de uma reforma tributária justa e solidária. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. Educação e pesquisa, Universidade de São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11–23, 2002.

QUIRINO, S.R. Transparência pública e financiamento da educação: uma análise a partir das leis orçamentárias. Orientadora: Andréa Barbosa Gouveia. 2018. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2018. Disponível em:

<<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=24687%5C&idprograma=40001016001P0%5C&anobase=2018%5C&idtc=1412>>. Acesso em: ago. 2022.

“GERENCIALISMO DEMOCRÁTICO”: PACIFICAÇÃO DE CLASSES E HEGEMONIA CAPITALISTA

“GERENCIALISMO DEMOCRÁTICO”: PACIFICACIÓN DE CLASES Y HEGEMONÍA CAPITALISTA

Santiago Castigio e Monteiro
Universidade de São Paulo
castigio@usp.br

Palavras-chave: Políticas educacionais. Privatização da educação. Gerencialismo democrático. Concertação administrativa. Porta giratória.

Palabras clave: Políticas educativas. Privatización de la educación. Gerencialismo democrático. Concertación administrativa. Puerta giratoria.

Introdução

Apresentamos aqui os resultados parciais do doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação (FFCLRP/USP), com o objetivo geral de compreender os processos de privatização da educação escolar básica baiana, na gestão de Rui Costa, e o *Programa Educar para Transformar: um pacto pela educação* (2015-2022), inserindo-se na pesquisa intitulada “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública” (ADRIÃO, 2018a), apoiada pelo CNPq^[13] e FAPESP^[14]. Recortamos os avanços que compõem o capítulo 2, com

a discussão teórica do surgimento do Estado Gerencial, sua apropriação pelas classes hegemônicas, a ressignificação da democracia e a naturalização dos processos de privatização, como o caso do *gerencialismo democrático* (BRESSER-PEREIRA, 2021).

Metodologia

Orientamo-nos pelo materialismo-histórico-dialético, tendo como categorias prévias: a totalidade, contradição, mediação, reprodução e hegemonia (CURY, 1986; PAULO NETO; BRAZ, 2007). A revisão teórica se deu de forma exploratória e assistemática (TRIVIÑOS, 1987), em material bibliográfico científico correlacionados com a temática. Para aprofundar os debates, cursamos, na Universidade Federal do Paraná, disciplina (EDUC7087) dedicada ao Estado Moderno (UFPR, 2021), bem como, aproveitamos os referências e discussões desenvolvidas nos estudos e na pesquisa coletiva do GREPPE (ADRIÃO, 2018a; 2021).

Discussão dos resultados

O Estado Moderno consiste na soma de dois elementos constitutivos: um aparato administrativo para a prestação dos serviços públicos e o monopólio legítimo da força (BOBBIO, 2017). Wood (2010) identifica no Capitalismo uma falsa divisão discursiva entre o campo econômico e o político. O Capital, deificado, enquanto fim em si mesmo, naturaliza-se enquanto contrato social indisponível. Em nome da pretensa liberdade de classe, as relações de produção estariam despolidizadas, cabendo no Estado a disputa pela “distribuição” da riqueza, mas intocada seria a propriedade dos meios de produção. Molda-se a democracia dentro de uma perspectiva liberal (HARVEY, 2008), com vias de restringir a participação popular e legitimar as decisões da classe burguesa na esfera pública, a privatização do interesse público.

As crises da reprodução capitalista se materializam em sua acumulação e regulação, havendo uma imbricação entre infraestrutura e superestrutura. O Estado, enquanto uma das instituições reguladora do Capitalismo, deriva deste formalmente (MASCARO, 2013). O neoliberalismo é uma evolução dos processos de regulação, intensificando-se a alienação do trabalho, fragiliza-se ou aniquila-se políticas públicas e os mecanismos de negociação coletivo, como é o caso das privatizações e da *desfinançeirização* dos serviços públicos diretos.

No contexto brasileiro, Fernandes (2020) identifica uma ordem social competitiva, em que a burguesia nacional se alia a aristocracia local para fazer frente às pressões neocoloniais.

Essas alianças, “pactuadas pelo alto”, garantem uma maior possibilidade de sobrevivência do poder local, mas, de qualquer maneira, prevalece a exclusão das classes trabalhadoras dos rumos pactuados. A história brasileira é assim marcada por fortes traços autocráticos, dada a relação patrimonialista e privatista com o poder, e autoritários, em razão das ações persecutórias produzidas pelas classes expropriadoras. Essa forma de governo, aparentemente na contramão das conquistas liberais dos países centrais, faz do Brasil um verdadeiro “ornitorrinco” (OLIVEIRA, 2013), inserindo-o na teoria do subdesenvolvimento.

O *gerencialismo* representa a reestruturação técnica e tecnológica da estrutura produtiva, com incidência profunda na cultura, na política, no social, o que lhe confere o status de ideologia (NEWMAN; CLARK, 2012), centrada em uma abordagem *mercado-cêntrica*, na qual a fragmentação do poder do estado seria compensada ou substituída pela crença na gestão, internalizando-se o *ethos* de negócios do setor privado, seja pela transferência da propriedade, pelo fomento à *public choice*, seja pela internalização dessa lógica na própria administração pública.

Adrião (2021) aponta o problema das “portas giratórias” e a atuação de *atores privados* nas tomadas de decisão no espaço público. Para Monteiro (2007), mesmo havendo certas regulações, é difícil o controle e transparência nas relações produzidas pela complexidade de atores internos à administração pública.

Apontamentos

Poulantzas (2015), Paro (2012) e Saviani (2012) compartilham a leitura da escola enquanto um espaço de fissuras do modelo hegemônico capitalista, propícia a ações da classe trabalhadora, constituindo-se em espaço privilegiado para o desvelamento dos lugares sociais e, conseqüentemente, ao menos potencialmente, imbuí os atores de condições objetivas para a formação de uma *consciência de classe para si* (Wood, 2010), mesmo que isso não se dê, necessariamente no espaço escolar.

Tendo nosso objeto de pesquisa e considerando a proposta do “gerencialismo democrático” (BRESSER-PEREIRA, 2021), percebe-se que, apesar de aparentes contradições com o presente movimento do real, muitas das características apontadas podem vir a explicar o fenômeno do Pacto Educacional na Bahia. Destacamos que Poulantzas apresentou uma resposta para essa tendência. Uma aponta a distopia burguesa, para a superação da luta de classes e manutenção das estruturas capitalistas, e outra apresenta os perigos da ideológica de um Estado neutro, em que, longe de superar a luta, busca escondê-la, por meio da alienação.

Referências

ADRIÃO, T. (coord.). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). [S. l.]: CNPq: Fapesp, 2018a.

ADRIÃO, T. Atores privados na educação pública paulista: relação duradoura e melhorias pouco evidentes. *In.*: VENCO, S.; BERGTAGNA, R. H.; GARCIA, T. (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**. São Carlos: Pedro & João Ed., 2021, p. 357-394. vol. 3.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Depois do capitalismo, o gerencialismo democrático. **RAE**, São Paulo, v. 61, n. 3, 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

HARVEY, D. **Neoliberalismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Inst. Liberal, 1990.

MASCARO, A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, J. V. O lado escuro da escolha pública. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 585-596, jun. 2007.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, mai./ago. 2012.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARO, V. H. **Administração escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**. São Paulo: Cortez, 2007.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPR. **EDUC7087: Pesquisa em políticas educacionais I**. Curitiba: UFPR, 2021. Disponível em: <http://www.prppg.ufpr.br/site/ppge/pb/disciplinas/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA REDE SEEDUC/RJ: A CORROSÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA DE GESTÃO PÚBLICA.

La privatización de la educación en la red SEEDUC/RJ: la corrosión del derecho a la educación pública de la gestión pública.

Flávia Gonçalves
Universidade Federal Fluminense
flaviagsmendes@gmail.com

Palavras-chave: Privatização, Educação, Gestão Pública.

Palabras clave: Privatización, Educación, Gestión Pública.

Introdução

Esse trabalho busca analisar os aspectos de privatização e empresariamento na educação na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). As considerações trazidas para esse trabalho têm origem na pesquisa de doutoramento em educação, em andamento, na Universidade Federal Fluminense, onde buscamos entender os aspectos constituintes da formação ofertada aos jovens do Ensino Médio na (SEEDUC/RJ). A rede SEEDUC/RJ vem utilizando “parceiros” para a implementação da Educação Básica desde 2007/2008, data da primeira “parceria” identificada. O nosso *locus* de pesquisa é o Ensino Médio Integral e Integrado à Educação Profissional (EMIIEP).

O fato dessa formação ocorrer com a participação de “parceiros” externos a rede pública de ensino nos leva a refletir sobre a motivação e ação desses grupos. Identificamos sinais de privatização da gestão e currículo escolar (ADRIÃO, 2022) como também os aspectos de empresariamento discutido por Freitas (2018). A concepção materialista dialética nos auxilia na descoberta da essência do fenômeno estudado e a metodologia utilizada foi a análise bibliográfica e documental.

Desenvolvimento

A pesquisa maior analisa os acordos de cooperação técnica (ACT) firmados entre a SEEDUC/RJ e os primeiros “parceiros externos” que se tornaram inspiração para as demais estabelecidas no decorrer dos primeiros 20 anos do século XXI. Para esse trabalho, em especial, jogamos luz na primeira “parceria” que foi com o Instituto Telemar (Oi Futuro), uma associação sem fins econômicos, que investe no Colégio Estadual José Lopes Leite - Núcleo Avançado em Educação (NAVE) no bairro do Andaraí, no Rio de Janeiro. Observem que a “parceria” não é firmada com a empresa-matriz, que nesse caso é a Telemar, que agora se chama OI, mas sim, com seu braço social. Essa situação se replica para outras escolas da rede SEEDUC que funcionam com esses “parceiros”.

No ACT analisado podemos identificar os pilares da proposta: reforma curricular, inovações na área de tecnologia educacional, a presença de organismos internacionais, “parcerias” privadas e avaliação contínua de resultados.

Tem como objetivo contribuir para a qualidade e a inovação da educação no Brasil e é estruturado através de parcerias com as secretarias estaduais de educação, com a iniciativa privada e organismos do terceiro setor. As soluções educativas desenvolvidas pelo Geração Oi, como a Fábrica de Jogos e Cultura Digital, foram pensadas para serem difundidas gratuitamente, para a rede de ensino pública brasileira. O programa conta ainda com a parceria de organismos nacionais e internacionais, como a UNESCO, que está desenvolvendo junto com o Oi Futuro, o sistema de monitoramento e avaliação de resultados. (RIO DE JANEIRO, 2007)

Os sinais de privatização da gestão e do currículo se mostram claros quando a OSCIP conveniente propõe e implementa na escola pública um programa elaborado e financiado por ela. Já que toda a infraestrutura e profissionais envolvidos estão sob sua responsabilidade e estão descritos no ACT. Inclusive, neste caso, a escola está localizada dentro da empresa matriz (RIO DE JANEIRO, 2007). Adrião (2022, p. 85) nos chama atenção para uma forma específica de privatização, o da gestão escolar, quando “...sistemas de ensino e unidades escolares podem estar concomitantemente subordinados à gestão privada realizadas por atores distintos.” A autora ainda nos alerta que as “parcerias” podem se estabelecer entre o ente público com instituições com fins lucrativos ou sem fins lucrativos e que, neste caso, os seus objetivos reais podem não estar claros. A “parceria” estudada se apresenta “sem fins lucrativos”, mas que, numa investigação para além da aparência do fenômeno (KOSIC, 1976), é possível identificar objetivos maiores do que aqueles expostos nos documentos oficiais. Em

publicação recente, a Oi Futuro divulgou um relatório de suas ações [15] onde divulga a sua ação em diversas frentes.

Além da dimensão escolar, o NAVE sistematizou e disponibilizou materiais de referência como e-books, guias, especiais e conteúdos audiovisuais com o objetivo de disseminar o conhecimento produzido pelo Programa, provocando reflexões e inspirando professores, escolas e redes de ensino. Em 2021, em uma parceria inédita com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e apoio técnico do Porvir, o Oi Futuro lançou o e-book “Experiências Didáticas: Arte e cultura construindo caminhos para o sucesso escolar” (OI FUTURO, 2021).

Em outro momento da mesma publicação observamos o seguinte trecho:

Outra parceria do Oi Futuro com resultados expressivos é a participação na Frente Currículo e Novo Ensino Médio, liderada pelo Consed com o propósito de oferecer apoio técnico às redes estaduais de educação para a implementação de currículos do Novo Ensino Médio. (OI FUTURO, 2021)

A inserção desses Institutos e Organizações da Sociedade Civil, como vimos, ocupa um espaço cada vez maior na elaboração das políticas públicas em nível nacional e não apenas no espaço da escola escolhida. Chamamos atenção para o fato da inserção desse Instituto no estado do Rio de Janeiro ter acontecido no início do século XXI e hoje ter uma capilaridade nacional. Freitas (2018) traz outra importante chave de reflexão para esse fenômeno, o fato de a escola pública estar inserida na lógica neoliberal e que a sua destruição é um projeto em curso. Freitas (2018, p. 55) recorrendo a Chauí (2018) assim expõe a questão: “A destruição do sistema público se dá paulatinamente pela introdução dos objetivos e processos das organizações empresariais no interior das instituições públicas”.

No ACT encontramos o termo “cogestão”, sendo que um olhar aprofundado percebemos que as duas convenentes têm suas funções muito bem definidas *a priori*. Percebemos uma escola dividida, em que a SEEDUC cuidaria da parte comum a todas as escolas de sua rede e a parte de formação técnica ficaria a cargo da “parceira.” Ainda com Freitas (2018, p. 55) tem outro aspecto a considerar: “Isso ainda permite que outro objetivo central do neoliberalismo seja atingido: ao obter, pelo acesso à gestão, o controle do processo educativo da juventude, instala a hegemonia das ideais neoliberais...”

Conclusões

A OI Futuro nos dá indícios que a sua atuação vai muito além da ação benevolente em uma escola pública no estado do Rio de Janeiro. Seu enraizamento no sistema público de ensino nas duas primeiras décadas do século XXI atende aos seus interesses mercantis como também reforçam as ideias neoliberais e sangra a escola pública por dentro, submetendo a gestão da escola e moldando a educação dos jovens aos interesses privados.

Referências

ADRIÃO, Thereza Maria de Freitas. Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª Ed.- São Paulo- Expressão popular, 2018

OI FUTURO. Instituto Telemar. Relatório da administração. **Diário Comercial** – Economia. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2021. Disponível em: [instituto-telemar-dc-publicação-2021.pdf](#) (oifuturo.org.br) Acesso em: 23/02/2023

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Processo n. ° E- 03/07187/2007. **Convênio de Cooperação Técnica**. (Instituto Telemar). Volume I. Disponível em: https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=6 Acesso em: 31/08/2022.

KOSIK; Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA PARAÍBA: APONTAMENTOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO GOVERNO RICARDO COUTINHO (2011-2018)

LA NUEVA GESTIÓN PÚBLICA EN PARAÍBA: NOTAS SOBRE LA PRIVATIZACIÓN DE LA GESTIÓN ESCOLAR EN EL GOBIERNO RICARDO COUTINHO (2011-2018)

Felipe Baunilha Tomé de Lima

Universidade Federal da Paraíba
baunilhafelipe@gmail.com

Daniela de Oliveira Pires
Universidade Federal do Paraná
danielaopires77@gmail.com

Palavras-chaves: Nova Gestão Pública. Privatização. Gestão Escolar.

Palabras clave: Nueva Gestión Pública. Privatización. Gestión Escolar

INTRODUÇÃO

O objetivo do estudo é analisar a implementação da Nova Gestão Pública (NGP) nos mandatos de Ricardo Coutinho (2011-2018) e a privatização da gestão escolar com o Programa de Gestão Pactuada (PGP). A promoção das políticas educacionais baseada nos conceitos de mercado, se relaciona com a NGP ou gerencialismo (Verger & Normand, 2015; Mendes e Teixeira, 2000).

Spring (2018) aponta que as reformas dos anos 1990 seguiram a lógica de mercantilização da educação, com a gestão escolar voltada aos resultados, os currículos padronizados, as competências exigidas pelo mercado e a verificação de desempenho baseada em avaliações externas.

Verger & Normand (2015) afirmam que a NGP está associada à desconstrução do Estado de Bem- Estar Social, ou seja, não a sua extinção, mas a reconfiguração do seu papel.

Os princípios fundamentais que regem a NGP são: Gestão profissional no setor público; estabelecimento de padrões e medidas de desempenho explícitos; maior ênfase no controle dos resultados; desagregar o setor público em unidades menores; maior dose de competição no setor público; ênfase nos estilos de gestão do setor privado; ênfase em maior disciplina e moderação no uso dos recursos. (HOOD *apud* VERGER & NORMAND, 2015, p.3).

O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (1995) e o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) nos 2000, foram desenvolvidos com base na NGP. Neste escopo, outro conceito é o da governança pública. “A governança pública agrupa, em novos arranjos, três perspectivas distintas: Estado, mercado e a sociedade civil.” (PERONI, 2012, p.6).

Na Paraíba, desde a redemocratização, havia a alternância política entre o PMDB e o PSDB, que mudou com a eleição de Ricardo Coutinho (PSB) em 2010. O governo implementou ações democratizantes, como o Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba (PACTO), e a política de Orçamento Democrático Estadual (ODE), e também ações privatizantes como o PGP.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A gestão de Ricardo Coutinho implementou 4 políticas públicas educacionais alinhadas com a NGP. A Lei 9.454/11, diz no art. 1º,

O Programa Gestão Pactuada” (PGP), visando disciplinar a atuação conjunta dos órgãos e entidades públicas, das entidades privadas, qualificadas como Organização Social (OS) na realização de atividades públicas não exclusivas, mediante o estabelecimento de critérios para sua atuação, qualificação e de mecanismos de coordenação, fiscalização e controle das atividades delegadas.

A bonificação aos docentes e escolas, estabelecida na Lei nº 9.456/11 e alterada na Lei nº 9.879/12, denominada “Prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor”. Em 2012, criou o sistema de avaliação “Avaliando IDEPB”. Em 2015, assinou o Termo de Cooperação Técnica 353/15 com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

No gerencialismo, as empresas privadas são eficientes *a priori*, passando a referência de gestão pública, transformando o cidadão em cliente, operando na lógica mercadológica de oferta dos serviços públicos. (CAVALCANTI, 2011).

A política de bonificação e o sistema de avaliações standardizadas dos estudantes, IDEPB, visaram um sistema de *accountability*, responsabilizando-os pelos resultados.

A cooperação técnica resultou no Programa de Escolas Integrais e na adoção do modelo de ‘Escola da Escolha’, um conjunto de tecnologias de gestão educacional, relacionados a gestão empresarial, buscando a ‘profissionalização’ da gestão escolar, com o estabelecimento de metas, indicadores de resultados e ações para a equipe escolar. O ICE atuava na condição de *especialista* e a ideia era da modernização do ensino público, reforçando que o privado é o parâmetro de qualidade.

O PGP possibilitou a contratação de 2 OS, conforme o Edital 001/17. As OS deram suporte à educação inclusiva, professores, secretariado, suporte pedagógico, acompanhamento dos alunos, alimentação, limpeza, segurança, manutenção, gestão dos espaços pedagógicos, de estoques, de RH, prestação de contas e gestão financeira.

METODOLOGIA

A metodologia se baseou em análise bibliográfica e legislativa, no qual foram verificadas a influência da NGP nas ações de privatização da gestão escolar da educação pública na Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governador Ricardo Coutinho implementou uma reforma educacional baseada nos princípios da NGP. Inicialmente com políticas de avaliação standardizadas dos estudantes com o IDEPB, e com bonificação por mérito de professores e equipes escolares com os prêmios Escola de Valor e Mestres da Educação.

O PGP é uma dimensão da privatização da gestão escolar (ADRIÃO, 2018), pois ocorreu a transferência da gestão para OS. De acordo com Araújo, Lima & Junior (2020, p. 22):

A oferta dos serviços públicos não foi transferida para organizações privadas, um indicativo de que a proposta do governo não era a de acabar com o sistema público de educação. Prevaleceu a lógica da NGP, de terceirização dos serviços, sob o argumento de sua modernização.

Ao transferir para as OS, a gestão dos serviços de apoio pedagógico, tem-se o desmonte da burocracia estatal, reforçando que o privado é o detentor de modelos de gestão eficientes e o funcionalismo público como o ‘sujeito’ que não é capaz de exercer um trabalho qualificado.

O ICE adotou o modelo denominado “Escola da Escolha”, por meio do programa de escolas cidadãos integrais. A lógica de mercado passa a ser incorporada na gestão do trabalho pedagógico e dos professores que passaram a ser cobrados por meio de tecnologias educacionais. Este é um traço da gestão estadual, ofertar mecanismos democráticos interferem pouco na definição da política, como é o ODE e a participação estudantil na gestão escolar. Apesar de participarem da gestão escolar, a comunidade escolar perdeu o direito de eleger a direção. Os diretores escolares passaram a cargos de confiança e tem uma função de liderança política e de gestão estratégica na aplicação da NGP nas escolas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ARAÚJO, A. C. C. de; LIMA, F. B. T. de; JUNIOR, L. S. A gestão da rede estadual de ensino da Paraíba por organizações sociais: tensões e desafios. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–26, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.23375.

CAVALCANTI, A. C. D. A Concepção de Gestão Democrática no Programa de Modernização da Gestão Educacional em Pernambuco (2007/2010) na Percepção dos Gestores Educacionais do Recife, Região Metropolitana e Zona da Mata. **Cadernos ANPAE**, Recife, v. 1, p. 1-13, 2011.

MENDES, V. L. P. S.; TEIXEIRA, F. L. C.O. Novo Gerencialismo e os desafios para a Administração Pública. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação 24, 2000, Santa Catarina. Anais eletrônicos... Santa Catarina: **ANPAD**, 2000.

PARAÍBA, Lei nº 9454, de 06 de outubro de 2011. **Instituiu o Programa de Gestão Pactuada, dispõe sobre a qualificação das Organizações Sociais e dá outras providências**, 2011.

PERONI, V. M. V. Redefinições no papel do estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. **IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 2012.

VERGER, A. & NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 599-622, jul.-set., 2015.

PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL EM UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA E RESISTÊNCIAS.

PRIVATIZACIÓN DE LA GESTIÓN EDUCATIVA EN UNA RED EDUCATIVA MUNICIPAL: IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS Y RESISTENCIAS.

Autora: Cláudia Vieira Patrício
e-mail: claudiapatricio@usp.br

Coautora: Teise de Oliveira Guaranha Garcia
Instituição: Universidade de São Paulo campus de Ribeirão Preto

Palavras-chaves: Privatização; Gestão da educação; Conselhos Municipais de Educação; Educação Infantil.

Palabras clave: Privatización; Administración de educación; Consejos Municipales de Educación; Educación Infantil

Resumo:

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, cujo objetivo é identificar tensões entre o Conselho Municipal de Educação da cidade de Ribeirão Preto e a Secretaria Municipal de Educação em relação ao atendimento na Educação Infantil e a proposta de privatização da gestão no respectivo atendimento. O estudo se encontra em fase de preparação de trabalho de campo para o qual se prevê a realização de entrevistas semiestruturadas com membros do Conselho Municipal de Educação e representantes do executivo municipal responsáveis pela política em foco. ANÁLISE DOCUMENTAL. Assim, é importante sistematizar a história do Conselho Municipal de Educação no que se refere a construção em dois momentos distintos: fundação e autonomização da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto. A análise de dados será feita com base nos conceitos da Análise de Conteúdo. As conclusões, portanto, poderão ser obtidas com base nos discursos de ex-membros do Conselho Municipal de Educação, do Secretário de Educação e a representante do Departamento de Educação Infantil sobre a proposta de privatização da gestão no atendimento.

Este trabalho contextualiza a política de transferência da gestão na educação infantil para organizações sociais. Com este propósito realizou-se levantamento em: documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação; matérias jornalísticas de imprensa e trabalhos acadêmicos.

O estudo pretende jogar luz sobre as formas por meio das quais a sociedade civil representada no Conselho Municipal de Educação estabeleceu relação com a proposta.

Vale acrescentar que em 2019 observou-se na rede municipal de Ribeirão Preto, um movimento com a abertura de edital realizado em Diário Oficial para o chamamento público de empresas interessadas na gestão destas unidades escolares. Entretanto, o Conselho Municipal de Educação de Ribeirão Preto denunciou as irregularidades destas empresas, após constatar que até mesmo a comprovação física do endereço estava em desacordo com dados

apresentados para pleitear o pregão. Segundo dados dos pesquisadores Corrêa, Pinto, Garcia (2021) publicados na revista *Fineduca*:

Na primeira publicação do edital (com uma errata) apenas duas instituições se apresentaram: uma, local... pleiteando um equipamento e, uma segunda, de Presidente Prudente/SP, pleiteando todos os demais equipamentos. A comissão de avaliação da SME habilitou e aprovou as duas instituições. O processo foi encaminhado, então, ao CME. Em sua análise o CME deu parecer favorável à instituição local e negativo àquela de Presidente Prudente, argumentando que a instituição, embora tivesse sede naquele município, apresentava como endereço um local pertencente a um escritório de contabilidade, seus diretores residiam em São Paulo e sua única experiência, inferior a um ano, havia sido a gestão de uma creche em Campinas, portanto, descumpria o edital. (RIBEIRÃO PRETO, 2021a).

Este episódio relatado é denunciado pelo Conselho Municipal de Educação que atrasou a terceirização destas 9 unidades escolares e, no final do ano em 2021 para o atendimento da demanda de vagas em creche dos alunos em lista de espera, a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Edital de Chamamento Público SME n. 01/2021 publicado no Diário Oficial do município, optou pela adoção de um movimento de terceirização conforme divulgação do Resultado Final e Homologação do Edital de Chamamento:[16]

“UNIDADE 01: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FLORIANETE DE OLIVEIRA GUIMARÃES

Organização: Casa da Criança “Irmã Crucifixa” **Resultado:** Vencedora

UNIDADE 02: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DEPUTADO JOÃO CUNHA

Organização: Casa da Criança “Irmã Crucifixa” **Resultado:** Vencedora

UNIDADE 03: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARQUE RIBEIRÃO

Organização: “Associação de Beneficência Auta de Souza” **Resultado:** Vencedora.

Com base em Adrião (2018) entende-se que se trata de uma política de privatização da gestão educacional se refere “à *subordinação ao setor privado dos processos relativos a definição dos meios e dos fins desta educação*”. Nesta dimensão da privatização existe duas formas: a privatização da gestão educacional – “*quando os processos decisórios sobre a*

política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas” e a privatização da gestão escolar “relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores” (ADRIÃO, 2018, p.12).

Tal política, todavia, encontra resistências de acordo com Corrêa, Pinto, Garcia, 2021 em fóruns da sociedade civil. Reitera-se a relevância de se estudar, para além do próprio processo de privatização, as reações na sociedade, razão pela qual o estudo em sua continuidade abordará a atuação do CME sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.O.G. (org.); Currículo, Gestão e oferta da Educação Básica Brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, v.1).

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n 9.394**. de 20/12/1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996

CORREA, B.; PINTO, J.M.R; GARCIA, T.O.G; Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências. Revista de Financiamento da Educação, Fineduca, v.11 n.27, p. 01-19, novembro/dez.2021. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/fineduca>. Acesso em 15 jan. 2022.

GARCIA, T. O. G.; O avanço da privatização da Educação na América Latina e no Caribe. Disponível em <https://campanha.org.br/podcast /2021/6/17/eduque-02-teise-garcia-o-avanco-da-privatizacao-da-educacao-na-america-latina-e-no-caribe/>> Acesso em 03.03.2022.

PARO, V.H.; Gestão da escola pública: a participação da comunidade. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-290, maio/ago.1992.

NOTAS:

Notícia publicada no Diário Oficial do município em 04.02.2022, conforme Edital de Chamamento Público SME n. 01/2021. Disponível em: <https://www.professorlages.com.br/mais-um-vexame-para-a-nossa-querida-ribeirao/> > Acesso em 28.02.2022.

[1] Lei nº 13005/2014.

[2] Quanto ao federalismo educacional, sua atuação advém desde o ano de 2007, com a publicação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação.

[3] Reflexões resultantes da Iniciação Científica vinculada ao projeto aprovado na CHAMADA FAPEMIG 01/2021 - DEMANDA UNIVERSAL - PROJETO APQ-01517-21

[4] O provimento do cargo de diretor de escola se dá exclusivamente por meio de concurso público.

[5] Criada em 1969, é a “maior multimarca brasileira do setor de cosméticos” orientada pelo modelo de negócio de impacto positivo para o econômico, o meio ambiente e o social (NATURA, 2022)

[6] <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

[7] Pesquisa intitulada **Direito à Educação no Brasil: o Estado da Arte de 1988 a 2023**, coordenada pela Profa. Dra. Cristiane Machado (LAGE/FE/Unicamp), financiada pela Fapesp (Processo 2018/11340-0).

[8] Pesquisa intitulada **Direito à Educação no Brasil: o Estado da Arte de 1988 a 2023**, coordenada pela Profa. Dra. Cristiane Machado (LAGE/FE/Unicamp), financiada pela Fapesp (Processo 2018/11340-0).

[9] Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

[10] Discente do Curso de Ciências da Natureza da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

[11] Elaboração a partir das legislações educacionais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, do Brasil e Lei de Educação Nacional da Argentina, Lei nº 26.206/2006, da Argentina. E consulta ao Sistema de Informação sobre Tendências Educacionais na América Latina (<https://siteal.iiep.unesco.org/>).

[12] Consultar os resultados das pesquisas e publicações do GREPPE, em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/links-de-interesse>.

[13] Código de Financiamento 001

[14] Fapesp PROCESSO 2015/21107-3 – Vigência 2015/2017 e PROCESSO 2015/21107-3 – Vigência 2015/2017

[15] Disponível em: [instituto-telemar-dc-publicação-2021.pdf](#) (oifuturo.org.br) Acesso em: 23/02/2023

[16] Notícia publicada no Diário Oficial do município em 04.02.2022, conforme Edital de Chamamento Público SME n. 01/2021. Disponível em: <https://www.professorlages.com.br/mais-um-vexame-para-a-nossa-querida-ribeirao/> > Acesso em 28.02.2022.

EIXO 3- PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A EDUCAÇÃO BÁSICA TRANSVESTIDA DE ACESSO – O CURRÍCULO PRIVATIZADO E A PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

LA EDUCACIÓN BÁSICA TRAVESTIDA DE ACCESO – LO PLAN DE ESTUDIOS PRIVATIZADO Y LA PRODUCCIÓN DE VIOLENCIA SIMBÓLICA

Kathy Briones Barbi – UNESP-Rio Claro

kathy.briones@unesp.br

Palavras-chave: Currículo; Violência Simbólica; Educação Básica.

Palabras-clave: Plan de estudios; Violencia Simbólica; Educación Básica.

Introdução

Esse relato nasce a partir da vivência das várias formas de violências institucionalizadas observadas na atuação da psicologia escolar na rede municipal de Araras-SP, desde 2009 até o ano vigente. Ao olhar para essa problemática, alguns questionamentos passaram a ecoar, proporcionando reflexão acerca do porquê a educação é tão prediletiva e a sua instituição tornou-se um ambiente tão receptor e propulsor de violências nas relações estabelecidas professor-aluno, métodos de ensino e aprendizagem e nos instrumentos avaliativos.

Metodologia

A atuação em questão, pontualmente, dá-se dentro da Educação Infantil e Ensino Fundamental, contudo, as percepções trazidas para essa discussão, ficaram mais evidentes nos últimos anos da pré-escola e do fundamental I, onde se espera que esse aluno ingresse no

fundamental I (1º.ano) já alfabetizado, e que no 5º. ano, espera-se que o aluno ingresse no fundamental II, repleto de habilidades de grafia, interpretação de textos, leitura e domínios numéricos. Quando esses chegam nessa etapa sem o domínio dessas habilidades, dispara ali um sinal de alerta buscando um culpado para o que denominam como fracasso escolar.

A Educação Básica Brasileira – uma oferta agridoce

Para uma melhor compreensão do panorama educacional brasileiro, é importante compreender que esse sistema é dividido em Educação Básica e o Ensino Superior. No respectivo trabalho, o cenário em análise, diz respeito sobre o primeiro elemento da esfera educacional.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a Educação Básica passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

A partir de uma composição tríade, a Educação Básica por meio da pré-escola abrange as crianças de 4 a 5 anos, o Ensino Fundamental se mostra dividido em duas partes, (o qual vai do 1º. ao 5º ano – fundamental I e do 6º. ao 9º. Ano – fundamental II) e o Ensino Médio que vai do 1º. ao 3º. ano).

Segundo a LDB, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade, congruindo no Ensino Fundamental a segunda etapa da Educação Básica, com o objetivo na formação de cidadania.

“Quem mexeu no meu currículo?” – já gritou a Educação Básica à BNCC

Para que a Educação Básica seja oferecida como um conjunto de aprendizagens e habilidades que se oferta paulatinamente às faixas etárias, um engendrado pedagógico precisou ser pensado, originando assim, a “Base Nacional Comum Curricular” – BNCC

Em seu site oficial, disposto pelo Ministério da Educação do Brasil - MEC, explana-se que a BNCC se tornou a referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como das propostas pedagógicas das instituições escolares. Estabelece-se assim, um instrumento norteador e de alinhamento entre as ações políticas entre as esferas federativa, estadual e municipal, no que tange a formação de docentes, avaliações, elaboração de conteúdos pedagógicos, oferta de infraestruturas para o desenvolvimento da educação, com o objetivo de

que ela seja guardiã da educação e supere toda fragmentação contidas nas políticas educacionais brasileira.

É sabido que o processo de construção do currículo pedagógico se mostra dinâmico e multifatorial, abarcando diferentes momentos em sua constituição. Processo tal, que se faz atravessado por lutas, tensões e embates, tanto externos quanto de fatores internos à escola, formatando assim o seu currículo. Contudo, Segundo Borghi (2021) o território de currículos escolares é minado de interesses políticos e capitalistas, o qual fica atravessado por intervenções privadas e de ideologias hegemônicas. Para a autora, a privatização dos currículos, é o sequestro dos valores públicos em favor da mercadorização do ensino.

Analisando os personagens que estão no contraceno da BNCC, pode-se observar o “Movimento pela Base”⁵ que se autodefine como “um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade”, que segundo eles são feitos por meio de debates, estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos. Pode-se observar que uma de suas principais financiadoras é a Fundação Lemann – criada em 2002 por um dos homens mais rico do Brasil, o empresário Jorge Paulo Lemann, sócio do grupo que controla a AB Inbev, maior grupo cervejeiro do mundo. Inevitavelmente eclode o questionamento: a quem interessa a educação brasileira?

Apontamentos

Quando um currículo pedagógico é construído para que um poder hegemônico se perpetue, podemos colher diariamente a falta de acolhimento que esse faz àquele que se põe a aprender. Para isso, recorreu-se ao conceito de Violência Simbólica, que segundo Pierre Bourdieu, sociólogo francês, se trata da violência cometida com cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica sem que os envolvidos tenham consciência de quem está sofrendo ou exercendo. Para ele “[...] o poder simbólico, é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 1989, p. 07-08). Os poderes simbólicos, segundo Bordieu, só podem ser exercidos porque são construídos e estruturados, existindo assim um “palco” para sua atuação, ou seja, “[...] o poder simbólico é uma construção de realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 09). Deste modo, a violência simbólica nem sempre é percebida como violência, mas sim como uma espécie de

⁵ Para saber mais: < <https://movimentopelabase.org.br/> >.

interdição desenvolvida com base em um respeito que "naturalmente" se exerce de um para outro. (SOARES, 2013).

Quando a comunidade escolar é capturada por esses interesses hegemônicos, a violência simbólica acomete não apenas o aluno, muitas vezes refletido no fracasso escolar como um possível problema endógeno, mas submete a todos os membros envolvidos (gestores e professores), colocando a instituição escola, tão certa cerceada, em um lugar sagrado e inquestionável, acima do bem e do mal.

Referências bibliográficas

BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGHI. Raquel Fontes, **ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR: O SEQUESTRO DOS FINS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <file:///C:/Users/Kathy/Downloads/40+14903+RPGE+PT.pdf>. Acesso em: 08 de mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 07 de mar. 2023.

SOARES, J.M. **A violência simbólica no cotidiano escolar: reflexões sobre o corpo da criança na escola**. Revista da Faculdade de educação Física da UNICAMP, Campinas, v.11, n.3, p50-74, 2013.

A PRESENÇA DE AGENTES PRIVADOS NA POLÍTICA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL

LA PRESENCIA DE AGENTES PRIVADOS EN LA POLÍTICA CURRICULAR DE LA EDUCACIÓN SECUNDÁRIA DE LA RED ESTATAL DE EDUCACIÓN DE MATO GROSSO DEL SUR

Fábio Perboni

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD

fabiooperboni@ufgd.edu.br

Adriana Alves de Lima Rocha

Universidade Federal da Grande Dourados /UFGD

adrianarocha@ufgd.edu.br

Palavras-chave: currículo, ensino médio, privatização.

Palabras clave: currículum, educación secundaria, privatización.

Introdução

Este trabalho tem como tema a política curricular para o ensino médio no Mato Grosso do Sul (MS) e toma como recorte a análise da presença de setores privados na organização dos itinerários formativos no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, etapa Ensino Médio (CRMS-EM). Tal estudo deriva de uma investigação de doutorado sobre os desdobramentos da Reforma do Ensino Médio no MS e integra um projeto denominado “A BNCC como indutora das políticas educacionais”, por sua vez articulado a um projeto de pesquisa em rede e coordenado pelo Grupo EMPesquisa – Ensino Médio em Pesquisa.

Utiliza-se uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. O tema é introduzido por uma revisão bibliográfica, procedimento que busca a expansão da compreensão sobre a temática em análise, ou seja, o exame do conhecimento já elaborado, os enfoques e as abordagens mais pesquisados e as lacunas existentes (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Foi realizada uma busca no Diário Oficial da União, no site do Ministério da Educação, nos sites oficiais da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul - SED/MS e do Conselho Estadual de Educação do MS e selecionados como principais fontes os normativos federais, estaduais e materiais de orientação produzidos pela SED/MS sobre as atuais políticas curriculares para o ensino médio com base na Lei nº 13.415/2017 que subscreve a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017).

A supracitada lei alterou a estrutura do ensino médio de uma formação científica básica comum para uma estrutura dividida em dois eixos: a Formação Geral Básica, composta por áreas do conhecimento, e os Itinerários Formativos Na prática, a reforma reduziu a carga

horária da formação comum para até 1800 horas obrigatórias de trabalho com a Formação Geral Básica (BNCC), enquanto no mínimo 1200 horas são flexibilizadas nos Itinerários Formativos, cuja organização e oferta são definidas conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade sistemas de ensino.

Dessa maneira, a Reforma do Ensino Médio e a BNCC-EM (BRASIL, 2018a) configuram-se nos principais documentos norteadores de uma política de reorganização curricular do ensino médio, determinando aos estados a elaboração de currículos de referência e materiais de apoio para orientar as escolas na alteração de seus projetos pedagógicos e na implementação da reforma.

Reveste-se de relevância social a investigação sobre os arranjos institucionais que materializam essas alterações no contexto de cada sistema de ensino, visto que a implementação da reforma confere aos sistemas estaduais, responsáveis majoritários pela oferta do ensino médio, grande grau de autonomia nas definições para a organização da oferta do Novo Ensino Médio (NEM).

Resultados/Conclusões

Conclui-se que a aprovação do CRMS-EM vai ao encontro da política curricular para o Ensino Médio, posta na Lei 13.415/2017, bem como dos desdobramentos desta política no estado de MS, considerando que uma política curricular remete aos interesses dos diferentes segmentos da sociedade, à concepção de educação e formação que se pretende, ao projeto de educação e sua finalidade, a quem serve, para que serve (PACHECO, 2000).

A discussão e elaboração do CRMS-EM contou com o apoio do ProBNCC – Programa de apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular, instituído pela Portaria MEC nº 331/2018 (BRASIL, 2018b), da equipe representativa da SED/MS e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime. Outras parcerias são o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Sonho Grande, a Fundação Itaú e o Instituto Reúna Itaú Educação e Trabalho, que passaram a atuar no processo de elaboração deste Currículo.

Ressalta-se que a parceria entre a SED/MS e o Instituto Ayrton Senna se desenvolve na escrita do CRMS nas etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio desde 2018, além da utilização de documentos e formações continuadas de professores, documentos organizados e divulgados pelo Instituto, baseados “num modelo científico que agrupa as competências socioemocionais em cinco grandes domínios: autogestão, engajamento com os outros, amabilidade, resiliência emocional e abertura ao novo” (DAHER; SANTOS; WILHELMS, 2021, p. 66).

Lopes (2021) ressalta que a parceria com a Fundação Itaú e com o Instituto Sonho Grande tem presença no desenvolvimento das atividades de apoio à Reforma do Ensino Médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica deram continuidade às ações que já vinham sendo desenvolvidas pelo parceiro Itaú Unibanco S.A.

Já a SED/MS destaca em seu portal que a parceria com a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Natura, o Itaú Educação e Trabalho e o Instituto Sonho Grande resultou na publicação do Guia de Itinerários Formativos, em três volumes, desenvolvido pelo Instituto Reúna. Segundo seus autores, o Guia é um roteiro de apoio aos técnicos das secretarias estadual e distrital com vistas fundamentar o planejamento dos Itinerários Formativos, a elaboração de materiais de apoio aos professores e sua formação, a adaptação de Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o processo de monitoramento da implementação dos itinerários formativos nas escolas (INSTITUTO REÚNA, 2022).

Dessa forma, percebe-se a forte influência dos setores privados na reforma do Ensino Médio, cuja participação expressiva dos agentes privados na produção dos currículos escolares visa uma qualidade sob a lógica do mercado. Assim, justificam e implementam uma reforma curricular atrelada aos preceitos neoliberais, dispondo de catálogos informativos e orientativos para a atuação do professor em sala de aula, tratando desde a gestão da escola até a avaliação de estudantes e professores.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943, e o Decreto-Lei n^o 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n^o 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília. 2017.

BRASIL. A BNCC do ensino médio. Em: **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. Portaria MEC n^o 331 de 05 de abril de 2018. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Brasília. 5 abr. 2018 b.

DAHER, H. Q.; SANTOS, D. DE O.; WILHELMS, M. P. (EDS.). **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, Feito por todos para todos - Ensino Médio**. Campo Grande: Sed-MS, 2021.

INSTITUTO REÚNA. **Guia de Itinerários Formativos**. 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UoGYRHWDFa0Se1EMvPzhREhC5Z7oB18/view?usp=sharing&usp=embed_facebook>. Acesso em: 3 mar. 2023

LOPES, M. DE L. DE M. F. **Reforma do ensino médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul: materialização da lei n. 13.415/2017 nas escolas piloto do município de Dourados-MS**. Dourados: UFGD, 2021.

PACHECO, J. A. **Políticas de integração curricular**. Porto [Portugal: Porto, 2000.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. v. 6, p. 15, 2006.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A ATUAÇÃO DE AGENTES PRIVADOS NA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LA REFORMA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA Y LA ACTUACIÓN DE LOS AGENTES PRIVADOS EN LA RED PÚBLICA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

Nicoli Alves Pereira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) – Campos do Jordão
nicoli.pereira@aluno.ifsp.edu.br

Cíntia Magno Brazorotto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) – Campos do Jordão
cbrazorotto@ifsp.edu.br

Palavras- Chave: Reforma do Ensino Médio; Política Educacional; Privatização da educação básica

Palabras- Clave: Reforma de la educación secundaria; Política educativa; Privatización de la educación básica

INTRODUÇÃO

Diante da Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, buscou-se compreender a atuação de agentes privados nas políticas públicas para esta etapa na rede estadual paulista. Como objetivos, propôs-se o levantamento de bibliografia sobre a relação entre educação e desenvolvimento econômico, a análise dos marcos legais que regulamentam a referida Reforma e a influência de instituições privadas em sua implementação no Estado de São Paulo. O estudo baseou-se na hipótese de que há direcionamento do currículo para conhecimentos pragmáticos, pautado na pedagogia das competências, e que sua implantação aprofunda as desigualdades educacionais, contrapondo-se à ideia de uma formação humana integral e emancipatória.

METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa consistiu na revisão bibliográfica e análise documental dos marcos que orientam a Reforma do Ensino Médio e estudos sobre a influência dos agentes privados no ensino público. Foram analisados a Lei 13.415 de 2017; a Lei 9.394 de 1996; a Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação de 2018 e o Decreto nº 65.176 de 2019. A análise foi articulada aos resultados apresentados na nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade (REPU, 2022). Investigou-se o Programa Inova Educação e o Novotec, iniciativas da Reforma do Estado de São Paulo. O referencial teórico pautou-se em autores que debatem a referida Reforma e a privatização do ensino público, como Peroni, Caetano e Arelaro (2019), Piolli e Sala (2019) e Goulart e Alencar (2021) entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da Reforma do Ensino Médio a rede estadual de São Paulo reestruturou seu currículo. A análise de seus marcos legislativos mostra que carga horária do EM foi estendida de 800h para 1400h anuais e dividida em 5 itinerários formativos: 4 itinerários dedicados às áreas do conhecimento e um quinto itinerário, dedicado à formação técnica e profissional, sobre o qual se concentra este trabalho. Conforme a legislação evidencia, não se prevê investimento na estrutura necessária para tais mudanças, deixando-as a critério das escolas, o que torna possível a substituição de disciplinas como Filosofia e Sociologia por conteúdo

direcionado ao empreendedorismo. Dados da REPU (2022) mostram ainda a falta de recursos e de professores para realização das aulas e a limitação na oferta dos itinerários. Observa-se um processo de privatização da educação do estado – pioneiro na implementação da Reforma – que direciona o currículo para interesses empresariais e produtivos. Para Peroni, Caetano e Arelaro (2019), a responsabilidade sobre o currículo tem sido entregue a instituições privadas, tais como o Instituto Ayrton Senna (IAS), que atuam em parceria com o setor público desde pelo menos 2018.

O Programa Inova Educação, parceria entre a Seduc-SP e o IAS, aumenta a carga horária para os alunos do EM e anos finais do Ensino Fundamental inserindo aulas de Tecnologia e Inovação, Projeto de Vida e Eletivas que, para Goulart e Alencar (2021), tratam de formação imediata para o mercado de trabalho. O Novotec expande a oferta de ensino profissionalizante de acordo com as demandas do setor produtivo. Para Piolli e Sala (2019), porém, seus cursos de qualificação profissional de curta duração têm tomado o lugar dos cursos técnicos ofertados pelo Centro Paula Souza, mais extensos e que, na modalidade integrada, associam teoria e prática, proporcionando uma formação mais qualificada, mas que não foram ampliados para as demais escolas de Ensino Médio.

Ambos se norteiam pelas competências socioemocionais, orientados por organismos internacionais como a OCDE, que as define como habilidades importantes para o sucesso individual (como adaptabilidade e resolução de problemas) (OCDE, 2022) – noção, para Ramos (2001), apoiada na lógica neoliberal e na teoria do Capital Humano, em que o investimento financeiro feito nos sujeitos é revertido na economia – o que justifica o reforço à trajetória profissionalizante e a ideia de que cada sujeito é responsável pelo próprio sucesso ou fracasso, que submete o jovem trabalhador a uma falsa autonomia e à culpabilização pela insegurança social e de trabalho e inviabiliza uma formação crítica.

CONCLUSÃO

A investigação confirma a hipótese de que a Reforma do Ensino Médio representa, ao defender os interesses do setor privado, prejuízo para a formação da classe trabalhadora e aumento das desigualdades educacionais. O jovem da classe trabalhadora, formado pela pedagogia das competências, é adaptado às novas condições de trabalho expressas no trabalho precarizado e sem proteção social. O currículo é organizado visando o controle social, destituindo os sujeitos do desenvolvimento integral enquanto ser humano, tolhendo sua autonomia e se contrapondo a uma formação emancipatória dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9394/96. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. Lei nº 13.415. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Resolução CNE/CP 4/2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file#:~:text=Institui%20a%20Base%20Nacional%20Comum,%2FCP%20n%C2%BA%2015%2F2017>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto Nº 65.176**. Dispõe sobre o Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC e dá providências correlatas. 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65176-09.09.2020.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

GOULART, D. C.; ALENCAR, F.. **INOVA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL PAULISTA: PROGRAMA EMPRESARIAL PARA FORMAÇÃO DO NOVO TRABALHADOR. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate***, v. 13, n. 1, p. 337-366, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43759>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Além da aprendizagem acadêmica – Primeiros resultados da pesquisa sobre competências socioemocionais**. Instituto Ayrton Senna. 2022. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/OCDE-REPORT-Portugues-27-04-22.pdf> . Acesso em: 27 fev. 2023.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. R. G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **RBPAAE**. v. 35, n. 1, p. 035-056, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/93094>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PIOLLI, E.; SALA, M. O Novotec e a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista. **Revista Crítica Educativa**, v. 5, n. 1, p. 183-198, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/424>. Acesso em: 06 fev. 2023.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3ª ed. pp. 221-280. São Paulo: Cortez, 2006.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]**. São Paulo, 2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas. Acesso em: 06 fev. 2023.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

REFORMA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA Y POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA LA FORMACIÓN PROFESIONAL EN EL ESTADO DE SÃO PAULO

Simone Gabriela Rodrigues Benedito
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) – campus Campos do Jordão
simone.g@aluno.ifsp.edu.br

Cíntia Magno Brazorotto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) – campus Campos do Jordão
cbrazorotto@ifsp.edu.br

Palavras- Chave: Reforma do Ensino Médio; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional; Privatização da Educação Básica

Palabras- Clave: Reforma de la Escuela Secundaria; Escuela Secundaria Integrada; Educación profesional; Privatización de la Educación Básica

INTRODUÇÃO

A reforma do Ensino Médio, proposta pela Medida Provisória n° 746/2016, transformada na Lei n° 13.415/2017, promoveu alterações significativas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e estabeleceu mudanças na estrutura desta etapa da educação básica. Diante disso, propôs-se analisar os marcos legais e documentos oficiais que regem a Reforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo, focalizando o quinto itinerário formativo (formação técnica e profissional), buscando traçar contrapontos com a política voltada ao Ensino Médio Integrado (EMI) desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). O estudo baseou-se na hipótese de que o Novo Ensino Médio reafirma o dualismo histórico e estrutural, que segrega a formação propedêutica da profissional, priorizando a formação para atendimento ao mercado em detrimento da formação humana integral proposta na política voltada ao Ensino Médio Integrado desenvolvida no IFSP.

METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa, abarcou revisão bibliográfica, a partir da leitura de obras relacionadas a temática, por meio de autores como Luiz Antonio Cunha; Neise Deluiz; Celso Ferretti, Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Marise Ramos; Acácia Kuenzer e Demerval Saviani. Também foram realizadas análises documentais a partir de documentos oficiais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 13.415/2017, Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 186/2020; Currículo Paulista e Documento Base de criação dos Institutos Federais (MEC, SETEC), analisando os pressupostos das políticas à luz de categorias analíticas, a saber: dualismo, educação politécnica, integração curricular e emancipação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Reforma do Ensino Médio, delineada por grupos privados, tais como Instituto Ayrton Senna, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Inspirare, Instituto Politize, Instituto Porvir, Instituto Reúna, Parceiros da Educação (PIOLLI; SALA, 2019), propôs, dentre suas principais alterações, a ampliação da carga horária anual e estruturação do currículo - que passa a ser definido a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A carga horária anual passará de 800 horas para 1400 horas anuais, estipulando um modelo de ensino integral constituído por 7 horas diárias de estudo (BRASIL, 1996, Art. 24, § 1º). Já o currículo passa a ser organizado em duas etapas: uma destinada à formação geral básica orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outra atribuída aos chamados itinerários formativos, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas e V - formação técnica e profissional.

De acordo com o artigo 36 da LDBEN o quinto itinerário, prevê a oferta de formação técnica e profissional (BRASIL, 1996, Art. 36). Para suprir tal demanda, o Governo de São Paulo criou o programa Novotec, o qual objetiva oferecer cursos profissionalizantes aos alunos do ensino médio paulista. Os cursos são ofertados de forma presencial, virtual e na modalidade integrado, onde o aluno faz o curso técnico integrado às suas disciplinas do ensino médio.

Segundo Piolli e Salla (2021), é no itinerário formativo profissionalizante que podemos observar a expansão da carga horária proposta ao Ensino Médio sobretudo via ensino a distância. Isso porque, ao fazer um curso rápido no Novotec o estudante poderá descontar a carga horária do Ensino Médio Regular. Assim, a integração da educação técnica

e profissional ao currículo do Ensino Médio, cria uma falsa ideia de articulação entre educação básica e formação profissional, o que se coloca é a substituição de parte da formação geral básica pela formação profissionalizante, explicitando a dualidade estrutural.

Nessa esteira, reduz-se a formação profissional à uma formação para o mercado de trabalho em detrimento da formação para o prosseguimento dos estudos, destinando às classes menos favorecidas uma formação alinhada as demandas de um mercado trabalho em contexto de crise e de alto desemprego (PIOLLI; SALA, 2019). Isso também fica evidente quando analisamos os cursos oferecidos pelo Novotec, grande parte relacionados a área de "Gestão e Negócios" e "Informação e Comunicação", cursos técnicos em administração, contabilidade, informática, marketing, planejamento empresarial, finanças na empresa, entre outros. Indicando, portanto, que estas escolhas estão alinhadas aos interesses do mercado, tendo em vista a formação de um sujeito flexível e adaptável as instabilidades do setor produtivo.

Diante desse cenário, destacamos a importância Ensino Médio Integrado (EMI) ofertado nos Institutos Federais, uma vez que seus princípios e concepções baseiam-se na perspectiva da educação politécnica, a qual volta-se para a formação humana integral do estudante em todos os aspectos da vida social, do trabalho da ciência e da cultura, objetivando desenvolver a consciência crítica e a emancipação do cidadão (FERRETI, 1997; SAVIANI, 2003; FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012). Nesse sentido, prioriza-se a formação do cidadão, excedendo a noção de educação voltada exclusivamente para a prática profissional, vislumbrando-se uma educação para a vida. Assim, o Ensino Médio Integrado (EMI), com foco principal na educação politécnica, seria o principal meio para superar as políticas de cunho neoliberal e o dualismo na educação brasileira.

CONCLUSÃO

Confirma-se, portanto, a hipótese inicial da pesquisa, a Reforma do Ensino Médio em curso reafirma o dualismo histórico e estrutural presente no ensino médio brasileiro, contribuindo para o aumento das desigualdades educacionais ao separar a formação geral e profissional. Nota-se que o tipo de formação proposta pelo Novo Ensino Médio busca alinhar-se a uma demanda de força de trabalho para execução de trabalhos simples e desqualificados, em um mercado cada vez mais competitivo, restrito e precário. Evidencia-se, portanto, que a Reforma visa, sobretudo, atender aos interesses do setor privado na elaboração de políticas públicas educacionais, destarte o que se coloca é uma formação desigual para as classes populares, de forma a reproduzir as desigualdades sociais mantenedoras do sistema de exploração capitalista. Assim, verifica-se que a trajetória formativa profissionalizante presente

no Ensino Médio Paulista se contrapõe ao Ensino Médio Integrado praticado no IFSP e enfraquece a noção de formação humana integral em prol da formação instrumental para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. **Resolução CNE/CP 4/2018** – Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file#:~:text=Institui%20a%20Base%20Nacional%20Comum,%2FCP%20n%C2%BA%2015%2F2017>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto Nº 65.176, de 09 de setembro de 2020**. Dispõe sobre o Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC e dá providências correlatas. 9 set. 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65176-09.09.2020.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Além da aprendizagem acadêmica** – Primeiros resultados da pesquisa sobre competências socioemocionais. Instituto Ayrton Senna. 2022. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/OCDE-REPORT-Portugues-27-04-22.pdf> . Acesso em: 27 fev. 2023.

PIOLLI, E.; SALA, M. O Novotec e a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista. **Revista Crítica Educativa**, v. 5, n. 1, p. 183-198, Sorocaba/SP, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/424>. Acesso em: 06 fev. 2023.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3ª ed. pp. 221-280. São Paulo: Cortez, 2006.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, INSTITUTO AYRTON SENNA E PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PAULISTA

HABILIDADES SOCIOEMOCIONALES, INSTITUTO AYRTON SENNA Y PRIVATIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN PAULISTA

Júlia Costa de Faria, Unesp - Rio Claro, jc.faria@unesp.br

Regiane Helena Bertagna, Unesp - Rio Claro, regiane.bertagna@unesp.br

Palavras-chave: Avaliação. Política Educacional. Privatização.

Palabras clave: Evaluación. Política Educativa. Privatización.

INTRODUÇÃO

Sob o argumento de melhoria do aprendizado e da qualidade da educação, desde o final dos anos 2000 agências como a Unesco e a OCDE têm veiculado orientações curriculares em prol do investimento escolar no desenvolvimento das competências socioemocionais. Consideradas aspectos complementares às competências cognitivas, as competências socioemocionais chegaram ao Brasil principalmente através do Instituto Ayrton Senna (IAS) em 2013 e foram oficializadas enquanto conteúdo da educação a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular em 2017. Como destaque da articulação promovida pelo IAS, está o desenvolvimento do Instrumento SENNA, uma avaliação em larga escala das competências socioemocionais.

Sabendo-se do interesse do instituto em oficializar suas estratégias educacionais enquanto políticas públicas (IAS, 2014) e, havendo indícios documentais da aplicação do Instrumento SENNA na educação básica, a presente pesquisa teve como objetivo identificar os programas educacionais do IAS que promovessem a avaliação das competências socioemocionais em larga escala nas redes estaduais de ensino, mais especificamente as da região Sudeste do país, mapeando sua ocorrência e aprofundando os conhecimentos sobre os programas identificados e seus instrumentos avaliativos.

O estudo justifica-se pela necessidade de conhecimento da proposta e do instrumento avaliativo empenhados pelo IAS e de identificação das relações público-privadas no âmbito

das políticas educacionais, dado que o instituto é uma organização que, apesar de sem fins lucrativos, mantém relações com o setor privado (SILVA; ADRIÃO, 2021). Tais questões são emergentes diante do processo de privatização endógena da educação que tem como alguns de seus elementos a inserção em escolas públicas de programas e materiais educacionais elaborados pelo setor privado (VENCO; BERTAGNA; GARCIA, 2021) e o uso de avaliações em larga escala de maneira a reforçar os princípios mercadológicos de eficiência, eficácia e meritocracia nas escolas (BERTAGNA; POLATO; MELLO, 2018).

METODOLOGIA

Apoiada em metodologia qualitativa (GOLDENBERG, 2005), a investigação foi desenvolvida através de pesquisa documental em fontes do *site* do IAS, do *site* das secretarias estaduais de educação da região Sudeste, do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do Portal da Transparência paulista. Nos *sites*, os descritores utilizados foram “Instituto Ayrton Senna” e “socioemocion*”; no buscador Google, “Instituto Ayrton Senna” e “(nome do estado)”; no Diário Oficial, “Instituto Ayrton Senna”. Conforme a identificação de citações a documentos de potencial interesse no Diário Oficial, estes foram solicitados no Portal da Transparência.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como principal resultado, destacam-se as informações acerca da atuação do Instituto Ayrton Senna no estado de São Paulo onde foi possível verificar a aplicação do Instrumento SENNA e de outra avaliação elaborada pelo instituto, a Rubricas dos Diálogos, de forma sistemática nas escolas estaduais paulistas e a existência de um contrato firmado entre a Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) e o IAS em prol do desenvolvimento e da avaliação das competências socioemocionais.

O contrato, assinado em 2020 e vigente por 36 meses, firmava, no âmbito do desenvolvimento e implementação da política educacional “Programa Inova Educação”, o apoio e assessoramento do instituto na elaboração de avaliações, formulação do currículo, do modelo pedagógico e da formação de agentes educacionais no que tange às competências socioemocionais. No Plano de Trabalho estabelecido pelo contrato, encontra-se afirmada explicitamente a possibilidade do uso dos instrumentos avaliativos “Instrumento SENNA” e “Rubricas dos Diálogos”, acordada entre as partes.

Verificou-se que ambas avaliações têm como formato o questionário de autorrelato sobre a autopercepção socioemocional dos indivíduos, onde o estudante avalia seu nível de desenvolvimento em determinadas competências socioemocionais, considerando-se mais ou

menos competente. As competências avaliadas fazem parte de um conjunto de cinco “macrocompetências” socioemocionais apresentadas pelo IAS: autogestão, engajamento com os outros, amabilidade, resiliência emocional e abertura ao novo. Conforme explicam Smolka *et al.* (2015), tais competências referem-se a traços de personalidade e têm como fundamento um constructo ainda sem consenso na psicologia.

Sendo um programa oferecido para todo o Ensino Médio e Anos Finais do Ensino Fundamental da rede paulista, a atuação do Instituto Ayrton Senna no Programa Inova Educação possibilita o alcance da proposta desenvolvida pelo IAS a aproximadamente dois milhões de estudantes matriculados. Esta seria, então, a maior contribuição desta pesquisa ao campo da educação, tendo relatado elementos da ampliação do processo de privatização da educação no Brasil. Nesse sentido, sua relevância emerge da identificação de uma proposta do setor privado enquanto política pública educacional, carregando objetivos mercadológicos, segundo Carvalho e Silva (2017), de conformação do indivíduo para a produtividade - um processo de privatização “por dentro”.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a pesquisa foi capaz de realizar o mapeamento da atuação do Instituto Ayrton Senna nos estados da região Sudeste, tendo priorizado a investigação no estado de São Paulo devido aos elementos que comprovaram a inserção da proposta avaliativa do IAS na rede paulista de ensino. Diferentemente da hipótese inicial que foi a de que se encontraria um programa educacional do IAS oferecido à secretaria de educação, relatou-se a inserção da estratégia educacional do instituto através da própria elaboração da política educacional paulista, demonstrando uma relação ainda mais íntima dos setores público e privado. A pesquisa, portanto, indica uma problemática de investigação profunda em aberto no tema das competências socioemocionais, sendo necessário ainda averiguar em maior grau de detalhamento essa relação, bem como acompanhar as consequências dessa nova política educacional.

REFERÊNCIAS

BERTAGNA, R. H.; POLATO, A.; MELLO, L. R. As avaliações em larga escala e o currículo no Estado de São Paulo: a realidade escolar desvelando lógicas subjacentes. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 52-70, jan.-abr., 2018.

CARVALHO, R. S.; SILVA, R. R. D. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 173-190, jan.-mar., 2017.

GOLDENBERG. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **Competências socioemocionais**: material para discussão. IAS, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, R.; ADRIÃO, T. Redes sociais e política educacional: análise do Instituto Ayrton Senna no twitter de 2013 a 2020. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 3, p. 1413 - 1440, set.-dez., 2021.

SMOLKA, A. N. L. B. *et al.* O problema da avaliação das habilidades socioemocionais como política pública: explicitando controvérsias e argumentos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 130, p. 219-242, jan.-mar., 2015.

VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.; GARCIA, T (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018). São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 403 p. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO: AGENTES PRIVADOS NA CONDUÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO: AGENTES PRIVADOS EN LA CONDUCTA DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

Stephanie Fenselau, Unicamp, s121932@dac.unicamp.br

Palavras- chave: Trabalho, educação, privatização endógena

Palabras- clave: Trabajo, educación, privatización endógena

Introdução

O objeto dessa pesquisa é o Programa Inova Educação que começou a ser implementado em 2020 na rede pública básica do estado de São Paulo. O Programa é fruto de

uma parceria da Secretaria de Educação (Seduc – SP) com o Instituto Ayrton Senna (GOULART; ALENCAR, 2021), que em 2019 aplicou um protótipo do programa em 24 escolas. Através do Inova começou a ser implementada as bases para a Reforma do Ensino Médio no estado e suas principais modificações podem ser agrupadas em três eixos estruturantes: o aumento do tempo de escolarização, relacionado com os preceitos da “educação integral” proposto pela agenda dos organismos internacionais; a inclusão de três componentes curriculares, o Projeto de Vida, Eletiva, Tecnologia e Inovação, que tem como marco o desenvolvimento intencional das habilidades socioemocionais e, por fim, o início da flexibilização curricular, com a possibilidade dos estudantes optarem por uma disciplina Eletiva oferecida pela escola.

As questões que orientam a pesquisa partem do pressuposto que a formação escolar está relacionada com o mundo do trabalho (ENGUITA, 1989) e tem como objetivo analisar o conceito de trabalho que orienta o Programa Inova Educação. Compreendendo que as reformas educacionais estão sendo conduzidas em simbiose com o setor privado, procurou-se identificar de que maneira as diferentes fundações e agências privadas atuam no Programa Inova Educação, buscando adequar os currículos e as práticas pedagógicas à sua imagem e semelhança.

A hipótese da pesquisa é que as mudanças no mundo do trabalho, conjuntamente com a atuação das fundações privadas na elaboração das políticas educacionais orientam a formação dos estudantes para o empresariamento dos sujeitos (DARDOT; LAVAL; 2016), estimulando práticas pedagógicas voltadas ao empreendedorismo e a aceitação do trabalho precário, flexível, sem direitos. Ao mesmo tempo em que operacionalizam a venda de políticas educacionais, inseridos no contexto da privatização endógena (BALL, 2020) e conformando uma rede de serviços privados voltados para atender as demandas das reformas implementadas, como aplicativos educacionais, formulação de conteúdos, palestras, materiais didáticos, entre outros.

Metodologia

A metodologia partiu de análises qualitativas das fontes primárias e secundárias. Foram levantados materiais elaborados pela própria SEDUC – SP e pelas organizações privadas que atuam diretamente no programa. Analisou-se as legislações atuais que subsidiam o Inova, o novo Currículo Paulista, a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e realizou-se um levantamento bibliográfico da produção recente sobre o tema. A metodologia também buscou captar o movimento que ocorre na base da rede pública a partir

de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores da rede pública, que atuam nos novos componentes curriculares.

Resultados e Discussão

O Programa Inova Educação nasce imbricado com o setor privado, desde a sua concepção até a implementação, passando pela formação dos professores e mesmo com a condução das aulas no Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), dentro dessa rede são inúmeras fundações, que atuam como aparelhos privados de hegemonia (FONTES, 2017). A instituição que aparece com maior peso é o Instituto Ayrton Senna, especializado na elaboração de políticas e conteúdos sobre as habilidades socioemocionais. No entanto, quando analisamos o Movimento Inova Educação, evento destinado para expor as “boas práticas” da rede estadual focado principalmente no eixo da Tecnologia e Inovação, notamos a presença de diversas organizações privadas de diferentes setores que conduzem as edições do evento desde 2019.

No emaranhado de relações com o setor privado, o Inova Educação busca modificar o conteúdo e a prática escolar, reduzindo o tempo das disciplinas historicamente constituída nas diferentes ciências, enquanto introduz outros conteúdos voltados para o desenvolvimento intencional das habilidades socioemocionais que estão em consonância com o trabalho precário, flexível e *uberizado* (ANTUNES, 2018). Observa-se o entrelaçamento das habilidades socioemocionais, com o que se espera dos trabalhadores no contexto atual da acumulação capitalista. Noções como a de resiliência, amabilidade, capacidade de adaptação, autogestão são transformadas em atributos individuais (CATINI, 2020), para conformar a “empregabilidade” da futura força de trabalho no contexto neoliberal de intensificação da concorrência e competitividade.

No desenvolvimento dos novos componentes são incentivadas práticas pedagógicas como as metodologias ativas, voltadas para determinado tipo de protagonismo juvenil (SOUZA, 2006) com um reforço da noção de empreendedorismo buscando consolidar na escola uma prática social voltada para o empresariamento dos sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016), conformando um sentido individualizante que responsabiliza os jovens pela sua condição social.

Conclusões

O Programa Inova Educação se desenvolve com a participação ativa do setor privado organizando e orientando as formas sociais e os conteúdos das práticas pedagógicas. Os novos

componentes curriculares reforçam as habilidades socioemocionais e a noção de flexibilidade orientada pela Reforma do Ensino Médio estando atrelada às necessidades do setor privado, tanto na venda de conteúdos e materiais como na adequação da força de trabalho para momentos incertos de “empregabilidade”, com incentivo ao empreendedorismo e aceitação das relações de produção dominantes marcadas pela informalidade e a precarização do trabalho (GOULART; ALENCAR, 2021). É importante destacar que o conceito de trabalho que se desenvolve no Inova não é somente um recurso discursivo, mas sim a conformação de uma prática social, voltada para a formação do trabalhador flexível, que deve se empenhar na sua própria exploração (CATINI, 2020).

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018

BALL, S. J. **Educação Global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2020

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, n. 127, p. 53-68, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180045>> Acesso em: 17 mar. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2016

ENGUIITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989

GOULART, D. C.; ALENCAR, F. Inova Educação na rede estadual paulista: programa empresarial para formação do novo trabalhador. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 337–366, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43759>> Acesso em: 17 mar. 2022.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo, Editora Paulus, 2006

SISTEMAS APOSTILADOS PRIVADOS DE ENSINO: CONTRADIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

SISTEMAS DE CARPETA DE EDUCACIÓN PRIVADA: CONTRADICCIONES PARA LA EFICACIA DEL DERECHO A LA EDUCACIÓN

Graziela Roberta Dorigan de Angeli - Universidade Estadual de Campinas- Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação -*E-mail* g187033@dac.unicamp.br

Palavras chave: Sistema Apostilado Privado de Ensino, Políticas educacionais, Direito à Educação

Palabras clave: Sistema Privado de Enseñanza, Políticas Educativas, Derecho a la Educación.

Introdução

A reconfiguração do Estado em uma perspectiva gerencial a partir da década de 1990, assumindo-se como “avaliador e indutor de serviços sociais pela introdução do público não-estatal, do quase-mercado e da descentralização e responsabilização dos executores das políticas sociais (accountability)” (MIZUKI, 2013, p.40), repercutiram na educação.

O estabelecimento de Sistemas de Ensino Municipais, a consequente ampliação das responsabilidades desses entes federados para o atendimento à Educação Básica, resultaram em estratégias de adoção de sistemas privados de ensino, promovendo alterações na dinâmica da organização da escola pública e em suas finalidades, ampliando a participação de entidades privadas na gestão da educação.

A dissertação em desenvolvimento intitulada “Sistema Privado de Ensino: Indagações sobre a formação do Sujeito de Direito”, sob uma abordagem qualitativa, por meio da estratégia estudo de caso fundamentada em YIN (2001), visa responder: Qual a influência da adoção de Sistema Apostilado Privado de Ensino para a formação do Sujeito de Direito na rede municipal de ensino? Elegemos como objetivo do estudo em questão, investigar a adoção

de Sistemas Apostilados Privados em rede municipal de ensino, salientando as contradições ao direito à educação e as implicações para a autonomia da gestão pública educacional.

Neste trabalho apresentaremos o estudo bibliográfico realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, tendo como foco as pesquisas relacionadas ao tema de estudo.

Metodologia

Como fonte de pesquisa o acesso on-line ao Banco de Teses e Dissertações da Capes – em 10 de janeiro de 2023. Procedeu-se ao registro do descritor: “sistemas apostilados”. Obteve-se um total de 22 teses e dissertações. Após, foi utilizado o filtro do próprio sistema: Educação (15 registros).

Realizou-se a leitura dos trabalhos, com a análise dos títulos, resumos e palavras-chave. Compuseram o estudo bibliográfico 10 estudos, os quais foram lidos na íntegra identificando conteúdos em comum, agrupando-os nos eixos de análise: Sistemas Apostilados: contradições ao Direito à Educação; Implicações da Adoção de Sistema Apostilado em âmbito municipal para a autonomia da gestão pública da Educação, conforme analisaremos nos limites de um resumo expandido, no que segue.

Resultados e discussões:

Eixo 1- Sistemas Apostilados: contradições ao Direito à Educação

O direito à educação consagrado na Constituição Federal de 1988 determina no artigo 205 como finalidade educacional: o desenvolvimento da pessoa, seu exercício para a cidadania e a qualificação para o trabalho (MIKUKI,2013) (PEREIRA,2021), devendo o processo educativo ser conduzido para alcançar uma educação de qualidade nessa perspectiva. (MIKUKI,2013).

A incorporação privada, das quais destaca-se os Sistemas Privados de Ensino, comercializados em âmbito das prefeituras municipais, objeto de questionamento do Ministério Público, submetem o direito a uma educação de qualidade à lógica do lucro. (MIZUKI, 2013)

O reconhecimento da Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, impulsionou a ampliação de normativas e documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) e paralelamente disseminaram-se os materiais apostilados, retratando contradições às finalidades educacionais expressas nos documentos orientadores e marcos legais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996, manifesta no

seu artigo 29 como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança. (ANGELO,2018)

Deve-se garantir experiências que permitam a criança elaborar e compreender o mundo e as apostilas restringem-se a antecipação dos conteúdos do Ensino Fundamental (ANGELO,2018), limitando a efetivação dos direitos para esta etapa de ensino.

Conclui-se que os Sistemas Apostilados inviabilizam o direito à educação expresso constitucionalmente, sendo que na educação infantil ferem o direito às experiências educativas, fundamentais para a emancipação humana.

Eixo 2- Implicações da Adoção de Sistema Apostilado em âmbito municipal para a autonomia da gestão pública da Educação

A contratação de Sistemas Privados de Ensino, materializam um projeto social voltado para a formação de um indivíduo: “eficiente, moderno, produtivo e competitivo” (FRUTUOSO, 2014, p.76) reforçando-se a tendência à produção de uma escola homogeneizadora (CAIN,2014) voltada ao desenvolvimento de habilidades e competências. (NARDELI,2021)

Considerando que “não é a apostila em si que desqualifica, mas o projeto político que ela representa” (FRUTUOSO, 2014 p.125), apontam-se consequências para a educação pública: separação entre planejadores e executores, responsabilização pelo sucesso do material e indicadores educacionais, meritocracia, alteração nas interações humanas, sendo que o “processo de emancipação, torna-se um processo de dominação”. (AMORIM, 2008, p.154)

Os autores concluem que os sistemas apostilados interferem no processo educativo, inviabilizando a capacidade reflexiva, o pluralismo de ideias e o respeito às diferenças, sendo necessário ampliar as discussões na definição das políticas educacionais (SILVA, 2012; SILVA, 2014), reconstruindo a função escolar para a formação em uma perspectiva humanizadora.

Considerações Finais

Compreendemos que a educação alinhada a um projeto neoliberal, por meio da contratação de Sistemas Apostilados Privados de Ensino, torna-se reprodutora dos conhecimentos e comportamentos úteis para o atendimento aos interesses privados, em uma perspectiva individualista, meritocrática, que visa a adaptação social, influenciando a

formação do sujeito de direito ao passo que restringe o oferecimento de uma educação em atendimento a integralidade humana. Portanto, a prescrição constitucional, precisa chegar aos espaços escolares, de modo que o processo educativo, fundamentado nos princípios democráticos, tenha por premissa o compromisso em despertar a consciência política, social e cultural no educando, garantindo o direito ao desenvolvimento em suas mais amplas possibilidades, enquanto sujeito de direito, cidadão atuante na construção de uma sociedade mais justa.

Referências bibliográficas

AMORIM, Ivair F. de. Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2008.

ANDRADE, Fernanda B. de. Os pacotes didáticos e a autonomia do professor. Dissertação (Mestrado). Universidade de Uberaba, Uberaba, 2008.

ANGELO, J.de S. D. Sistema Apostilado e Educação Infantil: o ensino como negócio. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018

CAIN, Alessandra. A Organização do Trabalho Pedagógico na Escola e o Sistema Apostilado de Ensino. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2014.

FRUTUOSO, A.S de A. O Sistema Apostilado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: "caminho" para medidas privatistas e desvalorização da educação. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MIZUKI, V, Atuação do Ministério Público no processo de expansão de parcerias entre municípios paulistas e empresas educacionais para aquisição de sistemas de ensino. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013

NERCOLINI, Graciela. Parceria público-privada na rede municipal de educação de Marmeleiro – PR: implicações para a formação continuada e organização do trabalho docente. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, PR, 2021.

PEREIRA, Andréa M. Capalbo. Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Municipal de São Gabriel do Oeste. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande– MS, 2021.

SILVA, Edimar da. Sistemas Apostilados de Ensino: As percepções dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental de Álvares Machado-SP. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2014.

SILVA, Maria Eloisa da. A Reinterpretação da Política de Currículo Apostilado na Rede Municipal de Ensino de Sorriso-MT. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2012.

YIN, R.K. Estudo de caso. Porto Alegre: Bookman-Artmed, 2001.

TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ: IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO (2019-2022)

TENDENCIAS DEL PROCESO DE PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN EL ESTADO DE PARANÁ: IMPLICACIONES PARA EL DERECHO A LA EDUCACIÓN

Michele Cristina da Costa

Email: michele.costa@escola.pr.gov.br

PALAVRAS- CHAVE: PRIVATIZAÇÃO- EDUCAÇÃO- PARANÁ

PALABRAS- CLAVE: PRIVATIZACIÓN - EDUCACIÓN – PARANÁ

Introdução

O trabalho expõe a pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Educação da UFPR, a nível de mestrado na linha de políticas educacionais. O estudo apresenta elementos para o debate da condução da política educacional no Paraná, com a expansão da privatização na dimensão do currículo, através da inserção de sujeitos privados. Para tanto, levantamos questionamentos sobre a atuação destes na educação pública paranaense. Parte-se do pressuposto de que a relação pública-privada não se limita à propriedade, mas é constitutiva de projetos societários em disputas, com profundas implicações para o papel da educação na construção de uma sociedade democrática (PERONI, 2018).

O recorte temporal é entre os anos de 2019 a 2022, período em que o governo tem em seu posto, o primeiro mandato de Carlos Roberto Massa Júnior⁶. O objeto é a análise dos novos programas educacionais adotados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná para o processo de privatização do currículo. Ao pesquisar as ações referentes às políticas educacionais do atual governo, intenciona-se revelar as opções políticas, apresentadas como padrão de gestão de um setor específico da sociedade, o privado mercantil, em contraponto, ao sentido do direito a educação expresso na Constituição Federal de 1988.

O objetivo geral foi analisar as estratégias de privatização na oferta da educação pública adotadas pelo Estado do Paraná, entre os anos de 2019 a 2022 e as implicações para a resignificação dos sentidos do direito à educação e o processo de privatização do currículo. Além de apresentar dados referentes à transferência de recursos públicos para empresas e agentes privados de educação ligados a rede estadual, alia-se a intenção de revelar as implicações para o direito a educação da inserção de sujeitos privado na educação pública paranaense.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa de abordagem qualitativa, foram a pesquisa e documental. O levantamento bibliográfico permitiu analisar a ação do empresariado na escola pública. Com a revisão da literatura se verificou o contexto histórico do direito à educação, enquanto uma obrigação do Estado e prerrogativa da coletividade. Os documentos analisados estão disponíveis no portal da transparência, de domínio público, e são relativos a contratos de insumos educacionais. Para compreender a atuação dos agentes privados e as formas de influenciar as políticas educacionais, foram trabalhados os documentos oriundos das próprias organizações. O trabalho da pesquisa documental seguiu as etapas de localização da documentação, seleção, leitura, releitura, sistematização e análise de evidências apresentadas.

Discussão dos resultados

Foram localizados 22 programas e projetos educacionais adotadas pelo Estado do Paraná, entre os anos de 2019 a 2022. Destes, cerca de 15 projetos e ações são operados pelo

⁶ O governador é empresário, político, filiado ao Partido Social Democrático e filho do comunicador Carlos Roberto Massa. Devido ao fato de Carlos Roberto Massa ser popularmente conhecido como Ratinho, o governador é conhecido como Ratinho Junior..

setor privado junto à rede estadual. Percebeu-se uma expansão de sujeitos privados inéditos na educação pública paranaense.

Verificou-se que alguns dos programas resultam de acordos ou convênios com entes públicos, como o Projeto de Colégios Cívicos Militares do Paraná, realizado em convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná. No mapeamento dos programas se identificou uma peculiaridade: diversos projetos que fazem convênios com agentes públicos possuem vinculações indiretas com sujeitos privados. Para a exemplificação, o programa presente na escola (conveniado com Conselho Tutelar e Ministério Público) demanda um software específico para o seu andamento. Um power bi⁷ que requer o direcionamento do recurso público a uma empresa privada que plataforma os dados alimentados pelos professores.

Identificou-se a propagação efetiva de alguns programas quando acontecem por meio de adesão, como o programa *Aprender o Valor*. Efetivado desde 2021, seu objetivo consiste em inserir a educação financeira nos colégios. O programa prevê, grandes premiações para os colégios que implantarem a educação financeira de maneira impactante na rotina escolar dos estudantes. Há também, programas que gozam de grande simpatia da comunidade de responsáveis e estudantes, como o Programa de intercâmbio internacional *Ganhando o Mundo*, instituído pela Lei nº 20.009/2019. Firmando contratos com agentes privados internacionais, oferece a estudantes do Ensino Médio da rede pública do Paraná formação acadêmica em instituições de ensino estrangeiras que oferecem cursos equivalentes ao Ensino Médio no Brasil.

O programa Educação para o futuro contou com legislação específica. O governador sancionou em 24 de setembro de 2021 a Lei nº 20.716⁸, que autorizou o Estado a financiar US\$90,56 milhões (cerca de R\$480 milhões na cotação de 2021) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. A contratação da operação de crédito passou pela tramitação na Secretaria de Estado da Fazenda, análise da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e foi autorizada pela Assembleia Legislativa. Os recursos do empréstimo devem ser utilizados para implantar o projeto. Para isso, há previsão de reformulação de materiais didáticos e cursos de aperfeiçoamento para professores, com foco em habilidades digitais e socioambientais.

⁷ O Power BI é um software de Business Intelligence utilizado para análise de dados da Microsoft. É uma plataforma unificada e escalonável para business intelligence (BI) empresarial.

⁸ Disponível em http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=56658&tipo=L&tplei=0

No programa EpTEC o Grupo Cesumar receberá mais de R\$30 milhões⁹ do governo do Paraná para ofertar cursos de educação profissional durante 3 anos. Ao todo, foram ofertadas 1980 vagas. As aulas técnicas, que passaram a compor o currículo Estadual são ministradas à distância, via a universidade privada Unicesumar.

Conclusão

Ao analisar o mapeamento resultante da pesquisa confirma-se que há uma tendência para a ressignificação do direito a educação. Ela manifesta-se através da adoção de Programas Educacionais pelo Estado do Paraná que inserem preceitos como a individualidade, a adaptabilidade, a flexibilidade, a polivalência, a empregabilidade e o empreendedorismo. Admitindo que, setores privados, os quais disputam a execução da escola pública, possuem interesses específicos, que estão além da possibilidade de apropriação de recursos públicos, por meio de parcerias com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Interesses estes, relativos à formação dos estudantes no sentido de estreita-la, resumi-la a qualificação dos recursos humanos como força de trabalho que adentra ao mercado. Interferem assim na gestão pública educacional, influenciam a lógica de formação dos estudantes afastando do sentido de educação exposto na Constituição Federal de 1988 que contempla uma formação emancipatória, cidadã e crítica do ser humano.

Referências

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020, p. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?format=pdf&lang=pt> – Acesso em 13 de ago. 2021

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO E A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO

⁹ Este valor está presente no contrato que decorre do Pregão Eletrônico nº 980/2021 – SRP, objeto do processo administrativo n.º 17.773.433-0, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 11060, de 19/nov/2021. PREGÃO ELETRÔNICO N° 980/2021 – SEED PROCESSO 18.386.643-5 CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 169/2021

UNA BREVE REFLEXIÓN SOBRE LOS SISTEMAS EDUCATIVOS PRIVADOS Y LA EDUCACIÓN COMO DERECHO HUMANO

Ellen Ceccon

Universidade Estadual de Campinas

ellen.ceccon@gmail.com

Palavras-chave: Privatização da Educação; Direito Humano à Educação; Sistemas Privados de Ensino.

Palabras clave: Privatización de la Educación; Derecho Humano a la Educación; Sistemas de Educación Privada.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o direito humano à educação e sua relação com a privatização por meio da aquisição dos sistemas privados de ensino.

Os direitos humanos, uma concepção histórica e socialmente construída com base na ideia da dignidade da pessoa, partem da perspectiva de que todo ser humano, a despeito de qualquer característica pessoal, deve ser reconhecido e respeitado. Para tanto, é resultado de um processo constante de lutas e movimentos sociais, históricos e políticos que defendem a dignidade humana em todos os contextos. Entende-se, portanto, que direitos humanos são os direitos fundamentais para viver bem, para garantir o direito à vida, à família, à saúde, à segurança, ao trabalho, à religião, à educação, à alimentação, acesso ao meio ambiente, à cultura, entre outros. (RIZZO; GONZALES; XIMENES, 2011)

A educação, além de um direito, também é um recurso para o (re)conhecimento da pessoa como um agente social ativo na sociedade. Desta forma, a luta pela consolidação dos direitos humanos é um caminho para reduzir a desigualdade social e proporcionar oportunidades a todo indivíduo; entretanto, a implementação das políticas públicas educacionais pode ou não favorecer a realização desses direitos.

Estudos realizados pelo Grupo de Estudos em Políticas Públicas Educacionais (GREPPE) demonstram que, com a justificativa de melhorar a qualidade do ensino, aumentar

os índices nas avaliações internas e externas e evitar evasão escolar, os estados aderem a parcerias e compram programas de instituições privadas com e sem fins lucrativos para gestão escolar ou gestão de políticas públicas. Esse movimento nos permite deduzir que, para os gestores, transferir os serviços públicos para o setor privado seria o meio mais rápido para resolver problemas relacionados ao acesso e à qualidade, pois reduziria os custos do Estado e aumentaria a eficiência e a qualidade do ensino, sem preocupação com a consecução dos elementos do Direito Humano à Educação (DHE).

As políticas públicas educacionais privatizantes são implementadas na esfera estatal - federal, estadual e municipal -, da educação infantil ao ensino superior, sob os mais diversos formatos: transferência da gestão da escola pública para instituições privadas; compra de vagas em instituições privadas e parcerias com instituições com ou sem fins lucrativos; compra de sistemas privados de ensino, entre outros (ADRIÃO et al., 2009).

Sobre isso, o termo sistema de ensino tem, portanto, um significado singular que abrange um “pacote” de produtos e serviços, composto por material didático apostilado para alunos e de apoio para professores; assessoria pedagógica, formação continuada para os profissionais da educação e procedimentos de avaliação (ADRIÃO et al., 2012).

Metodologia

O presente ensaio contém uma abordagem reflexiva, pois trata-se de uma análise qualitativa de publicações acadêmicas. Para tanto, foram utilizados como base dessa reflexão o mapeamento realizado pelo GREPPE sobre os Sistemas Privados de Ensino (ADRIÃO et al., 2009; 2012; Adrião et al., 2022) e demais produções do grupo de pesquisa, bem como a discussão sobre DHE pensada por Rizzo, Gonzales e Ximenes (2011).

Discussão

O DHE não é apenas a garantia de uma vaga na escola no período obrigatório. Segundo os autores Rizzi, Gonzales e Ximenes (2011), “a educação deve ter qualidade, ser capaz de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, responder aos interesses de quem estuda e de sua comunidade.” (p.15)

De acordo com Tomasevski (2002), a educação, direito humano irrevogável, é uma condição fundamental para o acesso aos outros direitos humanos. Sem valorar os demais direitos, o desenvolvimento da educação como DHE impõe uma exigência urgente para o Estado brasileiro na criação de políticas públicas que possibilitem avanços a fim de superar as

desigualdades e combater as injustiças sociais reinantes em nosso país. A obrigação legal do Estado de respeitar, proteger e realizar o DHE pode ser verificada a partir da análise dos quatro indicadores fundamentais e inter-relacionados desenvolvidos por Tomasevski (2002), como a disponibilidade, a acessibilidade, a aceitabilidade e a adaptabilidade, além do controle social. Considerando as interferências da privatização do currículo para realização do DHE, conforme estudos de Adrião et al. (2022), observa-se que os indicadores “aceitabilidade” e “adaptabilidade” oferecem maiores condições para verificar o desenvolvimento do DHE nas políticas educacionais, a partir das respostas às questões elaboradas por Adrião e Silveira (2022).

Em outro estudo, Adrião (2018) apresenta a privatização do currículo, em que as instituições privadas determinam os currículos implementados nas escolas públicas, podendo ser por assessorias, projetos e compra dos sistemas privados de ensino, as apostilas; isto é, “trata-se da privatização dos processos pedagógicos *stricto sensu*, envolvendo as relações professor/a, estudante e conhecimento” (p. 12).

Com a aquisição dos sistemas privados de ensino, a educação torna-se padronizada e há um controle dos aspectos pedagógicos ofertados nas escolas e nas redes. Não existe avaliação da qualidade do material e formação oferecidos pelos sistemas privados de ensino aos municípios, e sim um estímulo para uniformizar o trabalho docente e a atuação discente (ADRIÃO et al., 2022), e essa padronização e limitação passam a guiar o que deve e o que não deve ser ensinado aos alunos e como o conteúdo chega até eles.

Conclusão

A efetivação dos direitos humanos é essencial para assegurar condições de vida dignas para todas as pessoas, sem discriminação e distinção. Assim, para que a educação cumpra o que lhe cabe, deve-se assegurar a igualdade para o acesso e a permanência; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o saber, a arte e o pensamento; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gratuidade do ensino público, gestão democrática e valorização dos profissionais da educação escolar; e garantia de um padrão de qualidade.

Compreendendo que o Estado tem o dever de garantir o direito humano à educação, é dele a obrigação de assegurar que em todos os sistemas educacionais públicos se cumpram os objetivos de uma escola laica, pública e de qualidade. Para tanto, os indicadores de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade (também controle social) se apresentam como um caminho possível para avaliar se há ou não o cumprimento do DHE.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T. *et al.* Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *In: Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, T. *et al.* As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 33, p. 533-549, 2012.

ADRIÃO, T. *et al.* **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 166p.

RIZZI, E.; GONZALES, M.; XIMENES, S. **Direito Humano à Educação**. Organização Plataforma Dhesca Brasil e Ação Educativa. 2011.

TOMASEVSKI, K. Contenido y vigencia del derecho a la educación. **Revista IIDH**, [S. l.], v. 36, ed. esp., jul./dez. 2002.

EIXO 4- PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E TRABALHO DOCENTE

A NOVA FACE DA PRIVATIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: O AVANÇO DAS TERCEIRIZAÇÕES IRRESTRITAS E O ADEUS A ESCOLA PÚBLICA EM MATO GROSSO

LA NUEVA CARA DE LA PRIVATIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN: EL AVANCE DE LA TERCERIZACIÓN SIN RESTRICCIONES Y EL ADIÓS A LA ESCUELA PÚBLICA EN MATO

Ualter dos Santos Rojas
Universidade do Estado de Mato Grosso
ualter.rojas@unemat.br

Marilda de Oliveira Costa
Universidade do Estado de Mato Grosso
marilda.costa@unemat.br

Palavras-chave: Neoliberalismo. Privatização. Terceirização.

Palabras clave: Neoliberalismo. Privatización. Subcontratación.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está associado a pesquisa em andamento “A nova face da privatização em educação: mapeamento do avanço das terceirizações irrestritas no orçamento da educação nas redes públicas municipais de Mato Grosso” no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

A temática pesquisada se insere no contexto do avanço das reformas neoliberais e neoconservadoras que a partir do Golpe de 2016 passaram a influenciar na elaboração das políticas públicas educacionais brasileiras, tendo como marco inicial a propositura e aprovação daquela que ficou conhecida como “PEC do Fim do Mundo” (E.C. 55/2016) constituída a partir das articulações realizadas pelo então Presidente da República Michel

Temer (PMDB) e pela Fundação Ulysses Guimarães por intermédio dos programas de governo “Uma Ponte para o Futuro” e “Travessia Social: Uma Ponte para o Futuro”.

De acordo com Jinkings (2016), o que tivemos não foi apenas a consolidação de um golpe de Estado, mas a ascensão de “gente do mercado” ao poder. Influenciados fortemente pelos princípios neoliberais e neoconservadores, o programa “Uma ponte para o futuro” teve como fio condutor a política de estado mínimo, favorecendo o fortalecimento do capital financeiro. Para que isso fosse possível, Michel Temer inicia reformas como a trabalhista que previa a precarização das condições de trabalho e o fortalecimento das privatizações, além da reforma do ensino médio através da construção e implementação de um currículo com viés mercadológico. (AVRITZER, 2018; COSTA, 2019).

A retirada dos direitos sociais vinha estampada como uma forma de contingenciamento dos gastos públicos para que o país pudesse retomar o crescimento. Aqui nos questionamos: Crescimento para quem? Partimos do pressuposto que o sequestro desses direitos não beneficiam a população menos favorecida, ao contrário, direciona-os para cada vez mais próximos da linha da pobreza e extrema pobreza. Por outro lado, vimos o crescimento da transferência de recursos públicos para o setor privado, por meio de programas de privatização e de parcerias público-privadas.

Nota-se, portanto, grande interesse da burguesia sobre os fundos públicos gerando a privatização, em que passam a ser priorizada a transferência de recursos públicos para o setor privado, através das transferências de ativos, das amplas concessões e da política de desenvolvimento voltada aos interesses do capital, o que conseqüentemente permite a reprodução das relações de dominação ideológica e de exploração econômica. (SAURA, 2016; COSTA, 2019; PERONI; CAETANO, 2022).

Capitaneados pelas influências exercidas pelos arranjos estabelecidos entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo, emergiu-se no contexto educacional as diferentes formas de privatização, que de acordo com Adrião (2018) compreendem-se nas dimensões do currículo, da oferta educacional e da gestão educacional.

Diante dos estudos realizados e considerando o avanço dos processos de terceirização nas redes públicas educacionais, identificamos a terceirização irrestrita como uma nova face da privatização em educação, não abarcada em sua magnitude nas dimensões apresentadas em estudos anteriores. Neste sentido, apresentamos neste trabalho os primeiros fragmentos da pesquisa em andamento afim de nos dar sustentação para as discussões posteriores em relação a terceirização irrestrita na educação pública.

2. METODOLOGIA

O trabalho parte de uma abordagem qualitativa, cujo objetivo é mapear o avanço das terceirizações irrestritas no orçamento público das redes municipais de educação de Mato Grosso. Para atender ao proposto, definimos como fontes primárias de dados os relatórios emitidos pelo *Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)*, elaborados através dos dados enviados pelos municípios. Dentre os relatórios utilizados, estão o Relatório Resumido de Execução Orçamentárias (RREO), Relatório Consolidado de Receitas, Relatório Consolidado de Despesas.

Para identificar o detalhamento dos recursos destinados pelas prefeituras municipais para as empresas privadas, realizamos a consulta aos Portais da Transparência. Como fonte secundária, adotamos a base de dados da SciELO-br com fito a construção do referencial teórico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os fragmentos retirados da pesquisa principal, corroborados pelo julgamento constante no Julgamento Singular nº 1052/ILC/2019 exarada pelo douto Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apontam para a utilização de OSCIPs como mecanismos de burla aos dispositivos legais que limitam a terceirização da administração pública nas atividades meio, conforme nos alerta a doutrinadora Di Pietro (2022).

A partir dos dados coletados, identificamos a terceirização indireta de mão de obra de profissionais da educação básica nos municípios de Acorizal e São José dos Quatro Marcos, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Terceirização de pessoal em redes municipais de educação mato-grossenses entre 2017 e 2019

Ano	Município	Elemento de despesa	Valor nominal ^[1]
2017	Acorizal	3.3.90.39.79 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 585.186,75
2018	Acorizal	3.3.90.39.79 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 578.562,77
2019	Acorizal	3.3.90.39.79 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 612.632,55

2019	São José dos Quatro Marcos	3.3.90.39.79 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 139.463,70
------	----------------------------	---	----------------

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os valores acima mencionados referem-se a contratos que previam a execução indireta de mão de obra (terceirização) de postos de trabalhos em unidades escolares das respectivas redes municipais de educação. Importa destacar ainda que em todos os contratos apresentados figurava como contratado o Instituto Social e Organizacional do Brasil- ISO BRASIL. De acordo com o julgamento exarado pelo TCE-MT, a referida empresa, considerada uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), anteriormente denominada Instituto Rede Social, teve seus diretores investigados pela Controladoria Geral da União por formação de suposto esquema criminoso para desvio de recursos públicos.

Esse tipo de contratação por meio de concurso de projetos, como apregoa Di Pietro (2022) se constitui como uma forma de burlar os dispositivos legais a fim de reduzir os impactos na folha de pagamento, afastando a possibilidade de ultrapassar o limite prudencial estabelecido pela LRF.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora limitados pela brevidade das discussões apresentadas neste trabalho, verificamos, portanto, que existem limites estabelecidos para que a Administração Pública não incorra em processos ilícitos de terceirização, neste sentido e de acordo com Di Pietro (2022), para conseguir “burlar” as normas estabelecidas e apresentar um “ar” de legalidade, os municípios tentam extinguir e/ou criar alguns cargos dos planos de carreira para poder efetivar a terceirização para realização do atendimento das atividades-fim do órgão público conforme temos observado ao longo da pesquisa em andamento.

5. REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. M. F.. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- AVRITZER, L.. O pêndulo da democracia no Brasil. **Novos Estud.** Cebrap. São Paulo. V37, n. 02. Mai.–Ago. 2018.

COSTA, M. O. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações público-privadas: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - v. 35, n. 1, p. 159 - 179, jan./abr. 2019.

DI PIETRO, M. S. Z.. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. IN. JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M.. (orgs.) **Por que gritamos golpe?** – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. **Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo – projetos em disputa**. **Trabalho Necessário**, v. 20, n 42, 2022.

SAURA, G.. Neoliberalismo como discurso: La evaluación en educación entre tecnologías políticas neoliberales y la nueva filantropía. **Educación, Sociedade & Culturas**, (47), 11–30, 2016.

[1] Valores corrigidos pelo INPC por meio da Calculadora do Cidadão, tendo como base inicial o mês de dezembro dos respectivos anos.

A PRÁXIS COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO

LA PRÁXIS COMO POSIBILIDAD DE SUPERACIÓN DE LA RELACIÓN PÚBLICO-PRIVADA EN LA EDUCACION

Liane Vizzotto – Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Concórdia (SC)
liane.vizzotto@ifc.edu.br

Palavras-chaves: parcerias; práxis educacional; emancipação.

Palabras clave: alianzas; práxis educativa; emancipación

Introdução

Este artigo objetiva discutir a práxis como uma categoria importante de contraposição ao avanço da mercantilização da educação, cuja materialização acontece por diversas formas, seja por meio de parcerias entre redes públicas de ensino com o setor privado, em compras de serviços ou de materiais.

Os instrumentos legais que legitimam as parcerias facilitam a entrada do setor privado na educação pública. Dessa forma, o Estado passa a incorporar e implementar práticas mercadológicas que precarizam a educação, em todos os seus aspectos, na formação dos professores, na organização do ensino, especialmente em práticas educacionais, voltadas às formações aligeiradas, pautadas em narrativas que primam pela garantia de qualidade, mas que na verdade legitimam um “contexto de ceticismo epistemológico e de relativismo ontológico” (MORAES, 2009, p. 585).

No caso da formação continuada, por exemplo, a concepção que permeia o mercado se materializa em cursos que contratam Institutos de Treinadores, cujos palestrantes são denominados de *coaches* (treinadores) (MUNICÍPIO DE XANXERÊ, 2023). Ainda constatamos formação continuada, com o tema Pedagogia Sistêmica (EEB VIDAL RAMOS JÚNIOR). Há sistemas de ensino que contratam empresas especializadas em formação de líderes para treinamento da gestão da emoção destinado aos gestores da rede pública (MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, 2022). E por fim, observamos a contratação de profissionais para atuar como acompanhamento pedagógico no atendimento especializado (AEE), por meio de licitação (pregão eletrônico) (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2022).

A fim de contrapor o pensamento privatista mercadológico, cuja concepção fortalece as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo, tomamos a práxis como uma atividade criadora e de ação transformadora consciente e, portanto, uma forma desenvolvida de conceber o processo educacional.

Resgatar e/ou introduzir o pensamento educacional clássico na educação, por meio da práxis, que valoriza a atividade teórico-política, se constitui em possibilidade para superar a insana busca por modelos mercadológicos excludentes e pragmáticos.

Metodologia

Este trabalho tem como fonte epistemológica o materialismo histórico dialético, o qual oportuniza reflexão sobre a temática numa perspectiva de totalidade. A análise documental é a técnica que utilizamos neste artigo. Os documentos representam uma fonte natural de informação. Para Severino (2016, p. 132) “A documentação é toda a forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise”. Desse modo,

notícias veiculadas na imprensa e nas redes sociais compõem a empiria da escrita, que colocadas à luz da teoria, permitem as análises que seguem.

Resultados e discussões

Nas parcerias analisadas observamos um traço comum em todas as formações. A concepção educativa presente no conteúdo carrega a ideia da disciplina, da solidariedade e da colaboração, ancoradas no campo da subjetividade e da individualização do sujeito, com foco no comportamento.

Na formação ministrada por uma *coache*, o tema foi “inteligência e saúde emocional”. A capacitação ofertada por meio da Pedagogia Sistêmica, no perfil da escola que postou a notícia, pode-se ler “a Pedagogia sistêmica proporciona um momento ímpar de conhecimento e crescimento pessoal”. Em outro comentário extrai-se que a “Pedagogia Sistêmica é a Pedagogia do Amor, da Inclusão e do Acolhimento”. Na formação de gestores líderes, o documento analisado demonstra que a formação tem por objetivo o desenvolvimento de estratégias de aprendizagens diante de diferentes contextos, com técnicas de autodesenvolvimento, relacionamentos saudáveis, empatia, comunicação, crenças fortalecedoras e regulação emocional.

A terceirização de profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio de licitação, demonstra o descompromisso do Estado no sentido da continuidade do trabalho docente, de sua precarização e, principalmente, da ausência de uma proposta pedagógica para a efetivação da inclusão.

A lógica que se coloca nas formações é de que as subjetividades se referem apenas ao indivíduo e não à sua condição de classe. Oferecem, portanto, uma formação genérica, que não tem como objetivo a mudança do real, mas a convivência pacífica nas relações de trabalho, diminuindo a relação entre o fazer e o pensar, zelando pelo comportamento e não pelo conhecimento.

E é para se contrapor a essa formação rasa, despolitizada e vazia de teoria que a perspectiva da práxis pode contribuir. Mostra ao indivíduo que as desigualdades não são apenas diferenças entre indivíduos, mas fruto de um conjunto de elementos da sociedade capitalista.

A práxis é tomada como uma atividade que deseja superar o ponto de vista da consciência comum e do ponto de vista espontâneo, uma vez que “o mundo prático – para a consciência comum – é um mundo de coisas e significações em si”. (VÁZQUEZ, 1977, p.

11). Para o autor (1997, p.12), “o prático é o produtivo e produtivo, por sua vez, do prisma dessa produção, é o que produz um novo valor ou mais-valia”.

Dessa forma, o mundo prático pode castrar, esvaziar ou deformar a consciência política, fazendo nascer a despolitização, que, por sua vez, cria um grande vazio nas consciências e a busca pela plena emancipação humana se torna um objetivo cada vez mais distante.

Por isso, fazer à crítica às formações que tomam a subjetividade como elemento essencial, constitui-se numa forma de resistência e superação do atual modelo societário.

Conclusão

Em todas as formações evidenciam-se o recuo da teoria, em que a subjetividade e o comportamento tomam lugar do conhecimento objetivo. Obscurecer o real seria substituir o conceito de luta de classes, que continua essencial para a compreensão da contemporaneidade, pelos novos determinantes subjetivos que desejam tirar o foco da relação capital/trabalho.

A formação continuada ao valorizar o comportamento, caminha para uma visão pragmática “um conhecimento empobrecido [...] no qual se rompe a íntima cumplicidade e reciprocidade entre teoria e prática [...]” (MORAES, 2009, p. 590).

Essas reflexões nos levam a encontrar na filosofia da práxis uma visão criadora, crítica e assentada na formação humana, visto que, fora da ação coletiva e da consciência política que se eleva pela atividade da práxis, não há possibilidade de intervenção.

Referências

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Contratação de profissionais para acompanhamento pedagógico para o AEE.** Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/attachments/article/31596/Publica%C3%A7%C3%A3o%20DOU%20Anula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Dispensa%2013%202022.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2023.

JUNIOR, EEB VIDAL RAMOS; Concórdia, 23 de setembro de 2021. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/eebvidalramos.junior?mibextid=ZbWKwL> Acesso em: 31 jan. 2023.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Indagações sobre o Conhecimento no campo da Educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n.2, p. 315-346, jul-dez. 2009.

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. **Extrato de contrato.** Disponível em: <https://transparencia.epublica.net/epublicaportal/#/chapeco/portal/compras/contratoView?para ms=%7B%22id%22:9902,%22mode%22:%22INFO%22%7D> Acesso em: 02 fev. 2023.

Secretaria de Educação prepara volta às aulas na rede municipal de educação de Xanxerê. (26/01/2023) Disponível em: < <https://xanxere.sc.gov.br/secretaria-de-educacao-prepara-volta-as-aulas-na-rede-municipal-de-ensino-de-xanxere/> > Acesso em 03 fev. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

UM RECORTE EPISTEMOLÓGICO SOBRE “TRABALHO DOCENTE” E “PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO”: ANÁLISES EM DISSERTAÇÕES E TESES.

UNA MIRADA EPISTEMOLÓGICA SOBRE EL “TRABAJO DOCENTE” Y LA “PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN”: ANÁLISIS DE DISERTACIONES Y TESIS.

Ivône Rosa Cabral / UFPA / Brasil / ivone.cabral@ufpa.br

André Rodrigues Guimarães / UNIFAP / Brasil / andre@unifap.br

Palavras-chave: Trabalho Docente – Privatização da Educação Básica – Educação Pública.

Palabras clave: Trabajo Docente – Privatización de la Educación – Educación Pública.

1 INTRODUÇÃO

O texto em tela é um recorte do projeto de tese que apresenta como objeto de estudo o trabalho docente na educação básica e a interferência da lógica privada no processo de formação humana. Por ora, daremos enfoque ao que tange a pesquisa realizada na Plataforma Capes, da qual foram utilizados como descritores “trabalho docente” AND “privatização da educação” com o objetivo de construção da revisão de literatura. Compreendemos, assim como Marx, que o papel do sujeito deve ser essencialmente ativo, onde ele “[...] deve ser capaz de mobilizar o máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação.” (NETTO, 2011, p. 25).

Para subsidiar nossas análises e definirmos uma melhor condução da tese, buscando compreender como tem se configurado as pesquisas na educação básica que tenham envolvido as referidas categorias, consideramos “trabalho docente” numa perspectiva em que “[...] abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação, nas suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades, quanto as atividades laborais realizadas.” (OLIVEIRA, 2010). Para a categoria “Privatização da Educação”, levamos em consideração as instituições privadas com ou sem fins lucrativos interferindo na educação pública.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa realizada no sítio da CAPES teve como categoria pesquisada “trabalho docente” AND “privatização da educação”, o recorte temporal foi de 2011 a 2022. Esse período engloba mudanças e turbulências no cenário da política educacional nacional, mas também apresenta continuidades, em especial no que tange a adoção de políticas neoliberais, em distintas fases, no país.

Dos resumos encontrados, uma das teses estava duplicada, nesse sentido contabilizamos apenas uma vez. Três dissertações e três teses disponibilizados no sítio da Capes, sendo que a tese de autoria de Cerqueira (2011) foi defendida anterior à Plataforma Sucupira e disponibilizada apenas no repositório da Universidade de Brasília. A pesquisa trouxe como informação a distribuição a seguir exibida no quadro:

Quadro 1 – Produções das categorias “trabalho docente” AND “privatização da educação”.

Ano de Defesa	Dissertações	Teses	Total de Produções
2011	00	CERQUEIRA, AQUILES SANTOS. O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: IM DIVIR SENDO	01
2015	MELO, TICIANE GONCALVES SOUSA DE. O PRONATEC E O PROCESSO DE EXPANSÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.	00	01
2018	TOLEDO, NATHALLA ARCEÑO DE. O trabalho docente e a Nova Gestão Pública nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (2005 - 2015).	00	01
2020	00	LOPES, GUSTAVO DE FARIA. Disponibilidade integral do trabalho docente: o tempo de não trabalho do professor de ensino superior privado na cidade de Goiânia.	01
2022	ALMEIDA, CAROLINA REZENDE DE. A participação do “Grupo Cega Educação” na financeirização da Educação Básica do Brasil	SANTOS, MARIA LUCIVANIA SOUZA DOS. O “PROGRAMA EDUCAÇÃO INTEGRADA” EM MUNICÍPIOS FERNAMBUCANOS: Privatização e Desnaturalização do Público na Educação	02
Total	03	03	06

Fonte: Capes, fevereiro de 2022.

Em uma primeira leitura dos resumos das dissertações, atentamos que a categoria “trabalho docente” não aparece junto nas escrituras dos resumos e nas palavras-chave, mesmo que no texto dissertativo a referida categoria seja trabalhada. Apenas em uma pesquisa, a referida categoria aparece como parte do título do projeto. Nessa dissertação, defendida por Toledo (2018), observamos que ela centra sua análise na educação básica, discorrendo sobre o Plano de Carreira Docente e a nova gestão pública gerencial. Toledo (2018) lembra que o referido trabalho é parte integrante do Projeto de Pesquisa do CNPq “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015).

No que concerne às teses, a categoria “trabalho docente” aparece em duas produções. Ambos os estudos analisam a educação superior privada (CERQUEIRA, 2011; LOPES, 2020). Entretanto, cada autor elege objetivos centrais diferenciados seguindo seus objetos de pesquisa.

No que compete a categoria “privatização da educação”, tanto as dissertações como as teses apresentam no resumo, palavras-chave e ainda discorrem sobre essa categoria ao longo do texto construído. Porém, isso se dá de maneira bem diferenciada. Melo (2015) analisa a educação profissional, Almeida (2022) e Santos (2022) direcionam suas pesquisas para a educação básica regular, coadunando com o foco do nosso projeto de tese.

A dissertação de Almeida (2022) discute sobre a participação direta do Grupo Cogna Educação no processo de financeirização da educação básica. O estudo destaca que historicamente a atuação do referido grupo se concentrava no ensino superior privado. No entanto, a partir de 2016, com os lucros da receita em queda e a instabilidade do ensino superior privado, o interesse do Grupo Cogna Educação se volta para a educação básica, na venda de produtos e serviços para as escolas públicas.

Importa compreender que, convenientemente, a Cogna Educação volta-se para a educação básica numa perspectiva, quiçá, de recuperar as perdas financeiras que vinha obtendo com os investimentos na educação superior. Ainda, a disposição para empregar seus produtos e serviços na educação básica não tem como foco ou preocupação na educação em si, mas a venda de soluções pedagógicas. Para Almeida (2022, p. 106) “O processo de financeirização da educação se contrapõe a uma educação emancipatória e de qualidade, aprofundando o abismo social entre a educação básica pública e a educação voltada aos filhos da elite”.

A tese de Santos (2022) tece análises sobre a educação básica integral, numa perspectiva de relação estabelecida entre as redes estaduais e municipais de ensino pernambucanas e a iniciativa privada para execução do Programa de Educação Integrada. Apesar de não usar como palavra-chave, Santos (2022) discorre no corpo da dissertação sobre “trabalho docente” traçando uma breve relação do viés gerencialista que precariza e intensifica o trabalho docente ao utilizar organizações privadas como referência para a educação pública.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante a busca na página eletrônica da Capes previamente percebemos a quantidade exígua de trabalhos defendidos dentro do lapso temporal de 11 anos envolvendo as categorias pesquisadas. Observamos ainda que a concentração das pesquisas sobre as referidas categorias, tanto as dissertações quanto as teses se concentraram no ensino superior e de alguma maneira a educação básica se mostra secundarizada como lócus de pesquisa, particularmente no espaço temporal ora destacado.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carolina Rezende de. **A participação do "Grupo Cogna Educação" na financeirização da Educação Básica do Brasil'** 01/06/2022 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

CERQUEIRA, Aquiles Santos. **O desenvolvimento profissional de professores da educação superior: um devir sendo**. 01/06/2011 191 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília/DF.

LOPES, Gustavo de Faria. **Disponibilidade integral do trabalho docente: o tempo de não trabalho do professor do ensino superior privado na cidade de Goiânia**. 13/02/2020 193 f. Doutorado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás, Goiânia/Go.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. 1ª. Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Fonte: <https://gestrado.net.br/verbetes/trabalho-docente/>. Acesso em 05/03/2023.

SANTOS, Maria Lucivania Souza dos. **O “Programa Educação Integrada” em municípios pernambucanos: Privatismo e Descaracterização do Público na Educação** 22/02/2022 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife/Pe.

ENSINA BRASIL: A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES (2021-2023)

ENSEÑA BRASIL: LA PRECARIEDAD DE LA EDUCACIÓN BÁSICA EN EL MUNICIPIO DE VITÓRIA/ES (2021-2023)

Eduardo Augusto Moscon de Oliveira, Docente na UFES, eduardo.oliveira@ufes.br

Eliete Brito da Silva, Mestranda no PPGMPE da UFES, elietebster@gmail.com

Liudimila Katrini Proximozer, Mestranda no PPGMPE da UFES, liuketryn@yahoo.com.br

Palavras-chave: Ensina Brasil. Privatização da Educação. Direito à Educação.

Palabras clave: Enseña Brasil. Privatización de la Educación. Derecho a la educación.

INTRODUÇÃO

Esta produção retrata parcialmente as análises dos dados da privatização da educação pública no município de Vitória-ES, através da implementação do Programa Ensina Brasil.

No objetivo geral visamos mapear a inserção do Programa Ensina Brasil no município de Vitória/ ES, a partir dos documentos que celebram e legitimam a inserção do Ensina Brasil para o desenvolvimento do Programa Aprende+ na referida rede de ensino. Os referenciais teórico-metodológicos utilizados se ancoram em Freitas (2018) e Adrião (2018, 2022) para a discussão relacionada à privatização na educação e em Cury (2002, 2008) para tratarmos do direito à educação e a gestão democrática.

A educação pública brasileira, subsidiada e gerenciada pelo Poder Público, como preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96, tem se subjugado ao setor privado que vislumbra lucros, o que tem ocorrido por meio dos processos de privatização (ADRIÃO, 2018).

Cury (2008) ressalta que a função social da educação tem por premissa a igualdade como ordem primária relacionada ao direito à educação, principalmente nas sociedades que se estruturam politicamente de forma democrática e possuem anseios de maior igualdade entre as camadas sociais e entre os indivíduos que as compõem.

A partir da conceituação de privatização escolar e da reflexão acerca do direito à educação, tomamos o Ensina Brasil como uma instituição que se intitula numa organização sem fins lucrativos que recruta, seleciona e desenvolve jovens graduados das universidades do país para se tornarem professores de escolas públicas em contextos vulneráveis por pelo menos 2 anos para se desenvolverem como futuras lideranças, com intuito de multiplicar seu impacto para a transformação da educação e do país. A instituição é composta por parceiros mantenedores que representam grandes corporações do ramo financeiro: Fundação Lemann, Imaginable Futures, Instituto Sonho Grande, The Haddad Foundation, Itaú Social, Vélezreyes+Garcia Family Foundation (ENSINA BRASIL, s.d).

Com este discurso falacioso, o Ensina Brasil adentrou em 2021 na educação da capital capixaba, no primeiro ano de gestão do Prefeito de Vitória/ES, Senhor Lorenzo Pazolini, do Partido Republicanos, tendo como responsável da pasta, a Senhora Juliana Rohsner Vianna Toniati. Para celebrar e legitimar a inserção do Ensina Brasil na educação de Vitória/ES alguns documentos foram produzidos a partir de 2021, já que foi o primeiro ano de vigência do Programa. Desse modo, justifica-se o estudo e o recorte temporal, visto a importância de

problematizarmos a inserção do setor privado na educação pública da capital capixaba no período de 2021-2023.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem características de pesquisa qualitativa, concordando com Bauer e Gaskell (2002, p. 22-23), “a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais”, uma vez que trabalharemos com análise crítica dos dados coletados, por meio de análise documental em fontes primárias, a fim de analisarmos em qual contexto se dá a inserção do Ensina Brasil na rede municipal de ensino de Vitória, bem como os seus efeitos nas condições de trabalho docente. Essas fontes também darão suporte para o levantamento da quantidade de escolas com inserção dos “ensinas”.

No primeiro momento, foram realizadas buscas no site da Prefeitura Municipal de Vitória, para elencar os documentos publicizados em relação à parceria^[1] estabelecida com o Programa Ensina Brasil. A partir desta etapa preliminar, observamos que o Programa Ensina Brasil estava diretamente conectado com o Programa Aprende+. A partir desta informação, solicitamos, via protocolo virtual, a cópia do Processo nº 570745/2021, para realizar uma análise detalhada.

RESULTADOS/ DISCUSSÕES

Solicitamos informações à Prefeitura Municipal de Vitória, mediante o processo sob n.º 570745/2021, ao qual transcrevemos as informações recebidas nos quadros 1 e 2 abaixo. No quadro 1, relacionamos o número de professores contratados através do Programa Ensina Brasil, bem como a área de atuação de cada um. No quadro 2 elencamos os documentos analisados, bem como suas ementas e pontos principais.

Quadro 1: Ensina Brasil no município de Vitória - Número de professores distribuídos por área de atuação

QUANTIDADE DE PROFESSORES CONTRATADOS	PEB III-PROF. DE ED. ARTÍSTICA	PEB III-PROF. DE CIÊNCIAS	PEB III-PROF. DE HISTÓRIA	PEB III-PROF. DE LÍNGUA PORTUGUESA	PEB III-PROF. DE MATEMÁTICA	PEB III-PROF. DE GEOGRAFIA	PEB III-PROF. DE LÍNGUA INGLESA
55	4	16	6	9	9	5	6

Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras conforme os dados fornecidos até 13/09/22.

A partir da análise dos dados do quadro 2, observamos a contratação de 55 professores pelo Programa Ensina Brasil, para o seu primeiro ciclo de dois anos. Consta ainda as áreas de atuação destes profissionais, onde o maior número de profissionais contratados pelo referido programa é na área de Ciências, com 16 professores. Analisando o edital de abertura do último concurso realizado no município, observamos um grande número de professores aprovados em todas as áreas em que se deram as contratações pelo Programa Ensina Brasil, entendendo a ausência da necessidade da celebração de tal “parceria” uma vez que o concurso ainda está em vigência e os professores aprovados estão aguardando a convocação.

Quadro 2: Ensina Brasil no município de Vitória - Documentos analisados (ementa e pontos principais)

DOCUMENTOS	EMENTA	PONTOS PRINCIPAIS
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2021 PROCESSO Nº 570745/2021	Acordo de Cooperação que entre si celebram o Município de Vitória, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Associação Civil sem fins lucrativos, denominada “Ensina Brasil”, visando à cooperação entre os partícipes para o desenvolvimento de programa municipal “Aprende+”, sem envolver a transferência de recursos financeiros	O que é o acordo de cooperação; Quais as obrigações dos partícipes; Atribuições do Ensina Brasil; Atribuições do Município; Os recursos financeiros; A execução das atividades; A limitação de ônus aos partícipes; Coordenação, comunicação e acompanhamento; Informações públicas; Pessoal/vínculo; Vigência, alterações e hipótese de prorrogação; Denúncia e rescisão; Responsabilizações e sanções.
PORTARIA SEME Nº 007/2021	Regulamenta o Programa “Aprende+” instituído pelo Decreto Municipal nº 18.698, de 26 de janeiro de 2021, e dá outras providências.	Aprovação do Programa “Aprende+”; Forma de implementação do Programa; Diretrizes; Viabilização do Programa, vínculo dos participantes selecionados, jornada de trabalho e remuneração;.
PARECER TÉCNICO Nº 0062/2021/CGM/GACC	Acordo de Cooperação visando em suma, a conjugação de esforços entre os partícipes no desenvolvimento de ações para implementação do Programa “Aprende+” na Rede Municipal de Ensino de Vitória.	Análise da Controladoria Geral do Município e recomendações.
PARECER 060/2021 PROCESSO Nº 570745/2021	Acordo de Cooperação entre o Município de Vitória e a ENSINA BRASIL, cujo objeto diz respeito: “cooperação entre os partícipes para o desenvolvimento de programa municipal “Aprende+”, sem envolver a transferência de recursos financeiros”.	Autorização da CGM para a celebração da parceria entre o Município de Vitória e a ENSINA BRASIL; Observação para que a contratação de profissionais via recrutamento feito pelo Programa Ensina Brasil não suplante a contratação em designação temporária previsto na Lei Municipal 7.534/2008; Sugestão de adoção de anexo ao termo de acordo de cooperação visando o estabelecimento de metas e prazos.

Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras conforme os dados fornecidos até 13/09/22.

No dia 28 de janeiro de 2021 foi publicado no diário oficial do município de Vitória o Decreto nº 18.698, instituindo o Programa “Aprende+”. O mesmo foi estabelecido sob a justificativa de superação das desigualdades educacionais e contribuir para a recuperação da aprendizagem dos estudantes. O foco na formação docente tem base na prática em sala de aula, nos moldes de residências pedagógicas e desenvolvimento de habilidades de liderança na área da educação. Os profissionais selecionados receberão de acordo com a tabela salarial do quadro do magistério.

O artigo 2º do decreto nº 18.698, discrimina a possibilidade de firmar parcerias com Ongs e demais organismos de promoção educacional, sem fins lucrativos.

Após a publicação do decreto criando o programa, foi publicada no diário oficial, em 03 de fevereiro, a Portaria Seme 007/2021, que o regulamenta. O artigo 7º permite celebrar parceria com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, desde que não haja transferência de recursos públicos, ratificando o que consta no decreto. No dia 05 de fevereiro é publicado em diário oficial a Portaria Conjunta Seme/Seges nº 01/2021, que aprova, valida e ratifica os critérios e a seleção dos participantes do programa. No mesmo diário é publicado o extrato do Acordo de Cooperação nº 01/2021, sob o Processo nº 570745/2021, que estabelece parceria com a Ong Ensina Brasil, com prazo de vigência de 05/02/2021 a 31/12/2024. A Secretaria Municipal de Educação após a contratação inicial dos “ensinas”, divulgou a realização de mais dois processos seletivos, através do site da ong Ensina Brasil, com publicação em diário oficial através das portarias nº 062/2021 e 041/2022, referente as datas de 03 de setembro de 2021 e 22 de julho de 2022.

A Portaria de nº 007 de 2021, em seu artigo 8º estabelece que “o número de vagas destinadas por ciclo, não será inferior a vinte e cinco e nem superior a cento e cinquenta participantes, sendo pelo menos dois participantes por escola”. A divulgação feita pela PMV, dos processos seletivos realizados pela Ong Ensina Brasil, percebe-se um interesse em continuidade do programa com ampliação do número de “ensinas”, pois o ciclo de dois anos da primeira contratação, ainda não ocorreu a sua terminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos dados produzidos até o momento, observamos uma gestão municipal alinhada às políticas neoliberais, no contexto da educação, completamente verticalizada, onde todo o processo de implementação do Programa Ensina Brasil na rede municipal de ensino de Vitória-ES se deu por meio de Pareceres, Portarias, Decretos e acordos de Cooperação. Dentre os documentos analisados, não temos nenhum registro de

diálogo com o Conselho Municipal de Educação e/ou com a comunidade escolar, negando assim os princípios da gestão democrática.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e formas da privatização da Educação no Brasil:** caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil:** um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília: ANPAE, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CURY, C. R. J. **A educação básica como direito.** Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.

ENSINA BRASIL. 2011. Disponível em: <<https://www.ensinabrasil.org.br>> Acesso em 24 mar. 2022.

FREITAS, L. C. **A Reforma Empresarial da Educação:** Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SCAFF, E. A. da S. **Estados, Mercado e Educação:** arranjos e tendências. Educação Unisinos, v. 21, n. 2, p. 146 – 154, 2017.

[1] Segundo Adrião 2022, o termo parcerias é uma expressão que não transcreve na íntegra seu significado, pois não é uma relação colaborativa entre setores que atuam horizontalmente, trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira se subordina a setores privados por meio da transferência de responsabilidades do Estado ou da flexibilização de regulamentações para atuação daqueles setores.

PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: o terceiro setor e suas influências

PRIVATIZACIÓN DE LA POLÍTICA EDUCATIVA EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO: el tercer sector y sus influencias

Andresa Cóstola¹

Raquel Fontes Borghi¹

¹Departamento de Educação / Instituto de Biociências / Universidade Estadual Paulista

Eixo 4 – Privatização da educação básica e trabalho docente

Palavras-chave: Privatização; Governança Corporativa; Privado na Educação.

Palabras clave: Privatización; Gobernancia corporativa; Privado en Educación.

Vivemos na atualidade um contexto de forte influência de grupos e segmentos do terceiro setor que veem a área da educação como um potencial lócus de expansão do capitalismo. Com isso, a nível global a educação se tornou um campo em disputa e de dominação epistemológica que é perpassada por diferentes sujeitos coletivos, com percepções de mundo e de classe diversas, atravessados pelo momento histórico e social ao qual estão inseridos.

Deste modo, a ascensão dos discursos e práticas de privatização na educação, conceito que a menos de 40 anos mal existia nos debates educacionais (MARIN, 2021), hoje rege boa parte das discussões e estudos em diferentes setores.

O fenômeno da privatização da educação é multifacetado e contingente, uma vez que varia conforme o contexto onde ocorre, sendo caracterizado como processo de transformação social, não apenas de reforma. Há um consenso global, nos círculos acadêmicos e políticos, de que esse fenômeno está se expandindo internacionalmente (SILVA; OLIVEIRA, 2020, p. 05).

Desta forma, esse resumo trata de uma pesquisa inicial que pretende contribuir com os estudos acerca do processo de “governança corporativa na política educativa” (CLADE, 2014), trazendo à luz essa forma de privatização que tem ganhado cada vez mais força na esfera pública e no debate sobre políticas educacionais. A escolha da análise dessa forma de privatização indicada por Ball e Youdell (2007) como uma privatização acobertada, é justamente desvelá-la, uma vez que investigações dessa temática na América Latina ainda são escassas e concentradas em países anglo-saxões (FONTDEVILA, VERGER, AVELAR, 2019).

Segundo Ball e Youdell (2007) a privatização da política é uma das três facetas do processo de privatização que podem ser identificados no ambiente educacional:

Quadro 1 - Formas contemporâneas de privatização.

<p>PRIVATIZAÇÃO EXÓGENA</p>	<p>É aquela definida como a <u>privatização da educação</u>. Se trata de programas ou gama de serviços oferecidos pelo setor privado e contratados pelo Estado, que é possibilitado pela abertura dos serviços públicos de educação para este setor. Isto é, é a compra de bens, serviços e pacotes, permitindo e incentivando os provedores privados a expandir suas atividades na educação e colocando-a como fonte de benefícios econômicos, por meio de financiamento com fundos públicos.</p>
<p>PRIVATIZAÇÃO ENDÓGENA</p>	<p>Se refere à <u>privatização na educação</u>. Está que é mais sutil, por vezes invisível, consiste na adoção da lógica mercantil na educação, por meio da inserção de procedimentos, valores e práticas de mercado, naturalizando discursos e ideias gerencialistas, como seleção, competitividade, incentivos baseados em resultados, com o objetivo de tornar o público cada vez mais próximo de uma empresa.</p>
<p>PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA OU GOVERNANÇA CORPORATIVA NA POLÍTICA EDUCATIVA</p>	<p>Está diz respeito à forma de privatização que aponta a influência direta de empresas privadas na orientação de políticas públicas que regulam o setor educativo. Ela se desenvolve como um lobby, onde há ligações diretas “en las que se moviliza el poder de las empresas para favorecer sus intereses corporativos” (CLADE, 2014, p. 61). É uma forma de organização para a tomada de decisões que ultrapassa os espaços legalmente estabelecidos, isto é, ultrapassa o espaço democrático de tomada de decisões, onde os cidadãos podem debater sobre a educação pública.</p>

Elaborado pela autora, com base em Ball e Youdell (2007) e CLADE (2014).

A pesquisa, portanto, tem como objetivo investigar como ocorre o processo de **privatização da política** de educação básica no Estado do Espírito Santo, analisando a

influência direta de empresas privadas na orientação de políticas que regulam o setor educativo, incidindo na definição da pauta pública. Buscando, com isso, entender o que nos revela de novo essa forma de privatização que se vê conectada com diversos atores do mercado educacional.

A escolha do Estado do Espírito Santo se deve à dissertação de mestrado realizada na UNESP, na qual desvela-se que a educação estadual do ES possui atuação incisiva de atores privados na orientação da agenda educativa, através da participação destes em diversas reuniões que debatem os compromissos educacionais, juntamente com secretários municipais, estaduais e outros profissionais da educação, pautando suas demandas nesses espaços decisórios. Ainda, identificou-se na análise a ação categórica na dimensão de privatização da gestão educacional e do currículo, com forte atuação em todas as etapas da educação básica (CÓSTOLA, 2021).

Considerando esse envolvimento do setor privado como estratégias que reorganizam a educação pública sob parâmetros de mercado, e consolidam um processo de privatização da educação sob a justificativa da eficiência e da qualidade empresarial, entendemos que o direito à educação tem sido ameaçado por essa visão privatista fomentada pelos reformadores empresariais no ambiente público (ADRIÃO, et al., 2022).

Efeitos dessas intervenções podem ser identificados na qualidade social da educação, na gestão democrática, na autonomia docente, na formação inicial e continuada de professores e nas construções coletivas dos currículos escolares. Nesse sentido pretendemos discorrer sobre as implicações de um processo de governança corporativa na educação pública.

As questões norteadoras que impulsionam a análise proposta são:

1. Quem são os principais atores privados identificados nas pesquisas sobre privatização educacional no Estado do Espírito Santo?[1]
2. Estes participam de reuniões realizadas pela SEDU, sobre temas relativos a planejamentos e agenda educacional?
3. Os atores privados ocupam ou já ocuparam cargos públicos na estrutura burocrática?
4. Estes oferecem programas a rede estadual de educação? Qual a capilaridade dos programas e objetivos declarados?
5. Dos programas identificados, algum faz ou já fez parte efetiva da política educacional da região?

Utilizaremos a abordagem qualitativa, composta de um estudo **documental**, com análise de documentos públicos no site oficial da secretaria estadual de educação do ES,

identificando todas as prestações de serviços educacionais ofertadas pelos atores identificados previamente (para atender as questões norteadoras 1 e 2); buscas direcionadas nos sites desses atores, bem como na plataforma Google (questões norteadoras 3 a 5). Ainda, realizaremos levantamento **bibliográfico** para compor o aporte teórico da pesquisa, através de buscas direcionadas no banco de dados SCIELO acerca da incidência do setor privado na educação básica, com destaque para o Estado do ES.

Esses pontos são levantados para compreender se estes atores encontram-se no interior das estruturas burocráticas e se pela sua influência direta agem na definição da política educativa, identificando se a agenda que defendem se tornou política ou se ocorre apenas na prática, por meio de contratos, convênios e outras formas de “parceria” que se configuram em outras facetas da privatização da educação.

Referências

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; Borghi, R.; BERTAGNA, R. H.; XIMENES, S.; PAIVA, G. **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. 1. ed. São Carlos: Pedro&João, 2022. v. 1. 166p.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. **La privatización encubierta en la educación pública**. Bruselas: Universidad de Londres - Instituto de Educación, 2008.

CAMPANHA LATINO-AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CLADE). **Mapeo sobre Tendencias de la Privatización de la Educación en América Latina y el Caribe**. São Paulo: CLADE, 2014.

CÓSTOLA, A. “Onde tem base, tem movimento” empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos Pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista. **Dissertação de mestrado**, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/215523>>.

FONTDEVILA, C.; VERGER, A.; AVELAR, M. The business of policy: a review of the corporate sector’s emerging strategies in the promotion of education reform. **Critical Studies in Education**, UK, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://d1wqtxtslxzle7.cloudfront.net/87936710/17508487.2019.157374920220623-1-phfmse-libre.pdf?1656024629=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DThe_business_of_policy_a_review_of_the_c.pdf&Expires=1676509760&Signature=K3khRKVPGdosue8CD2-7odS>.

GARCIA, T. Privatização da Educação Básica: a rede estadual do Espírito Santo (2005-2018). In: VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.; GARCIA, T.[Orgs.]. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)**. Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 262-300.

MARIN, T. R. Educação Pública para além do neoliberalismo: O projeto de alternativas (TAP) – Entrevista com Steven Klees. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, v. 11, outubro 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/113377>>.

SILVA, R.; OLIVEIRA, J. Privatização da educação em 24 países africanos: tendências, pontos comuns e atípicos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/p9RyKML6HwprLvTZVLwsYzw/?lang=pt>>.

[1] Aqui levaremos em consideração estudos realizados pelo GREPPE, segundo mapeamento de (GARCIA, 2021) e Cóstola (2021), que abrangem programas identificados no período de 2005 à 2019 no estado.

PLATAFORMA EDUCACIONAL DO CMSP: POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE?

PLATAFORMA EDUCATIVA CMSP: ¿POSIBLE VIOLACIÓN DEL DERECHO A LA INTIMIDAD?

Ester Duarte Gonçalves
PÓS-GRADUANDA UNICAMP
ester.goncalves@gmail.com

Palavras-chave: plataformas digitais, vulnerabilidade dos direitos, aprendizagem híbrida

Palabras clave: plataformas digitales, vulnerabilidad de los derechos, aprendizaje combinado

INTRODUÇÃO

Esse resumo objetiva compreender como a opção pelo uso de plataformas digitais a saber: CMSP, Googleforeducation, pode vulnerar e violar o direito à privacidade e liberdade das crianças, adolescentes e professores. A hipótese é que as plataformas digitais se fundam

na economia comportamental (Zuboff, 2019), não obedecem a legislação, como o Marco Civil da Internet (MCI), Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O executor da Reforma do ensino médio (REM), Rossiele Soares, foi nomeado secretário da Educação do Estado de São Paulo em 2019, previu no planejamento estratégico da Secretaria da Educação de São Paulo (SEDUC) o Centro de mídias (CMSP) e consolidou que entidades públicas e/ou privadas poderiam fomentar o ensino à distância via aplicativo.

O CMSP é uma plataforma prevista no Decreto n. 64982/20, acessado pelo celular, computador com diversas vídeos-aula, com atividades e conta, desde 2020, com a assessoria da ANEBHI (Associação Nacional do Ensino Híbrido) (VENCO e EVAGELISTA, 2020 e 2021).

METODOLOGIA

Foram analisados a legislação federal sobre educação híbrida, MCI, LGPD, com o objetivo de verificar práticas da sua efetivação e compreender a opção pelo uso de plataformas digitais a saber: CMSP, Google. Para isso passa-se a estabelecer pontos sobre o uso das plataformas, algoritmos na educação:

Algoritmo é a lógica, que um código processará e este é uma linguagem utilizada para o computador executar, por meio do script (o algoritmo). Segundo Dourish (2016, p.6), o algoritmo é o “relato formalizado de possibilidades computacionais como uma ferramenta prática”: extrai comportamentos como um guia para empresas, instituições; automação; transformação das relações de trabalho com um conjunto de algoritmos, mas não são em si programas.

Os programas por sua vez, geram um fluxo de informações que podem se converter em resultado de pesquisas, recomendando produtos e ações aos clientes do mercado financeiro, assim os sistemas operacionais em si não têm interesse em fazer relações, mas a política atrás da elaboração de certas tecnologias, sim.

RESULTADOS

O ECA consolidou fundamentos já presentes na Constituição Federal de 1988, como: liberdade, igualdade segurança, propriedade, e assegura que a intimidade, vida privada, sigilo de correspondência e das comunicações seriam invioláveis. Conforme Salganik (2018) “não há almoço grátis”, os dados são coletados, analisados por empresas de pesquisa ou pelas

postagens que fazemos em mídias sociais, baseada na economia comportamental tal como descrito por Zuboff (2019) e Segura(2021).

Nos termos de uso e privacidade dos aplicativos Google e CMSP há cláusulas que o uso dos dados é usado exclusivamente para a melhoria da Educação ou para termos educacionais. Assim, o aluno acessa o aplicativo e há dados de tempo, interação, conteúdo digitado, desempenho, quais sites foram acessados durante o uso, o que aumenta a hipervigilância (FALABELLA, 2020), “extraem as nossas atividades rotineiras da vida pública o que molda o acesso democrático a forma como as nossas comunidades são governadas” (COTTOM, p. 443). Essa relativização da privacidade se torna uma forma de comércio, tendo em vista que cada aceite, cada acesso passa a ser comercializado para o direcionamento de “ações de marketing!” (RIBEIRO, 2021, FERREIRA, 2022).

Nesse contexto, o MCI, em seu art. 3º prevê a proteção à privacidade, proteção dos dados pessoais e este último a LGPD regulamenta a proteção dos dados dos usuários, forma de consentimento, tratamento e se relaciona aos direitos fundamentais, garantindo segurança à integridade física, psíquica e moral do usuário, além de publicizar a utilização para garantir pleno consentimento, autonomia ao permitir uso dos dados. Na educação os alunos que acessam os aplicativos são menores de idade, e se tornam vítimas quando empresas ou Estado utilizam seus dados de acesso e desempenho.

CONCLUSÃO

Os princípios econômicos por meio de dados “os ramos de atuação no mercado se utilizam de dados pessoais para o incremento do desempenho de seus modelos de negócio, a extração, o tratamento e a elaboração de perfis com a utilização de dados pessoais (*profiling*) permite o direcionamento de experiências e respostas mais assertivas para o consumidor final.”. (VASCONCELOS, 2021, p. 168), o que colabora como meio de subjetivação, recomendação de sites da web ou produtos para consumo, ferindo a privacidade, liberdade de escolha das pessoas e assim seria necessária uma política pública que coíba as práticas criminosas e o comércio indiscriminado de dados.

No ensino híbrido o controle ideológico, do professor e dos alunos pode aumentar, as plataformas não são públicas (ADRIÃO e DOMICIANO, 2020), captam, processam os dados e podem ser convertidos para penalização de professores, com alto monitoramento com discurso de se melhorar a qualidade/eficiência da educação (HARTONG e FÖRSCHLER, 2019) além da possibilidade de formatação de um certo tipo de cidadão, o consumidor.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa & DOMICIANO, Cassia. **Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais**. Retratos da Escola. 14. 668-684. 10.22420/rde.v14i30.1223. Dez, 2020.
- ANEBHI. **Seminário Internacional de Educação Básica Híbrida** (Parte II). 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11kOYtHoe6I>. Acesso:30 ago. 2021.
- COTTOM, T. M. 2020. "Where Platform Capitalism and Racial Capitalism Meet: The Sociology of Race and Racism in the Digital Society". In: **Sociology of Race and Ethnicity**. Acesso:20 de outubro de 2022.
- DOURISH, P. 2016. "Algorithms and Their Others: Algorithmic Culture in Context". **Big Data & Society** 3(2). Acesso:10 de outubro de 2022.
- EVANGELISTA, Olinda. **Crise sanitária e legado educacional: a cilada do ensino híbrido**. *Contrapoder*. Outubro de 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/crise-sanitaria-e-legado-educacional-a-cilada-do-ensino-hibrido/>. Acesso: 05 set. 2021.
- FERREIRA, D. A. A., Pinheiro, M. M. K. ., & Marques, R. M. (2021). Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectiva histórica. *InCID: Revista De Ciência Da Informação E Documentação*, 151-172.<https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v12i2p151-172>.
- FALABELLA, A. The seduction of hyper-surveillance: Standards, testing, and accountability. *Educational Administration Quarterly*, Columbus, p. 1-30, 2020. <https://doi.org/10.1177/0013161X20912299> acesso:18 de outubro de 2022.
- HARTONG, S, FÖRSCHLER, A. 2019. "Opening the Black Box of Data-Based School Monitoring: Data Infrastructures, Flows and Practices in State Education Agencies". **Big Data & Society** 6(1). Acesso:28 de outubro de 2022.
- LANGE, A-C, LENGLET, M, SEYFERT, R. 2019. "On Studying Algorithms Ethnographically: Making Sense of Objects of Ignorance". **Organization** 26(4):598–617. Acesso:14 de outubro de 2022.

LEE, F, BJÖRKLUND, L, LARSEN. 2019. “How Should We Theorize Algorithms? Five Ideal Types in Analyzing Algorithmic Normativities”. **Big Data & Society** 6(2). Acesso:12 de outubro de 2022.

SEGURA, M. S.; BIZBERGE, A. Direitos Digitais Durante a Pandemia de Covid-19 na América Latina. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 39, p. 119–144, 2021. DOI: 10.17231/comsoc.39(2021).2852.Disponível:<https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomso> c/article/view/2852. Acesso: 19 jun. 2022.

VAN DIJK, J. A. G. M. 2013. "Inequalities in the network society"; In: Orton-Johnson, Kate, e Nick Prior, (orgs). **Digital Sociology. London: Palgrave Macmillan UK**. P. 105-124. Acesso:22 de outubro de 2022.

VASCONCELOS, S. Educação digital, proteção de dados pessoais e novos espaços de trabalho jurídico. **Revista Interdisciplinar Do Direito - Faculdade De Direito De Valença**, 19(1), 166. 2021.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. ISBN 9781610395694. New York: PublicAffairs, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2014/lei/112965.htm. Acesso:18 jul 2021.

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018b. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=27457334>. Acesso: 17 jul. 2021.

_____. Lei 8069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990.

_____. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

____ Base Nacional Comum Curricular. Versão final. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso: 20 mar. 2021.

____ Decreto no. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Nº 100, sexta-feira, 26 de maio de 2017.

____ LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014. **Estabelece Princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Disponível em: L12965** (planalto.gov.br), Acesso: 30 ago, 2021

____ Lei n. 13709/2018. Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Disponível em: L13709 (planalto.gov.br). Acesso: 30 ago, 2021.

SÃO PAULO, DECRETO 64982 de 15 de maio de 2020, *institui o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo, CMSP e dá providências correlatas.*

PREMIAÇÃO POR DESEMPENHO NAS ESCOLAS DAS REDES PÚBLICAS DE MATO GROSSO E O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

PREMIO AL DESEMPEÑO EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE MATO GROSSO Y EL DERECHO HUMANO A LA EDUCACIÓN

Marilda de Oliveira Costa
Universidade do Estado de Mato Grosso
marilda.costa@unemat.br

Kamilli Ventura de Mello
Universidade do Estado de Mato Grosso
kamilli.melo@unemat.br

Palavras-chave: Avaliações. Premiação. Mato Grosso.

Palabras clave: Reseñas. Premios. Mato Grosso.

1. INTRODUÇÃO

As políticas educacionais orientadas por resultados fazem parte de ondas de reformas neoliberais em diversos países do mundo, incluindo-se o Brasil, a partir dos anos 1990 (COSTA, 2019). A reforma escolar adota princípios de negócios, como: organização, técnicas, métodos, valores, “marketing e desenvolvimento de um bom sistema de coleta de dados que sustenta a adesão de trabalhadores da educação e estudantes, com recompensas e sanções apropriadas” (RAVITCH, 2011, p.13).

São cada vez mais recorrentes as falsas analogias entre as organizações educativas e a gestão do setor corporativo, cujo exemplo mais emblemático, em Mato Grosso (MT), é o Programa “Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC)”, voltado para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Em MT, este programa denomina-se “Alfabetiza MT”, Prêmio Educa MT e Inclusão Digital em regime de colaboração com os municípios mato-grossenses. A premiação por desempenho, por exemplo, pode ser entendida como uma forma de incentivo à criação de mecanismos de competição por melhores resultados. Exemplo de políticas com base no desempenho do estudante nas avaliações, bem como as fragilidades geradas por elas, foram amplamente analisadas por Ravitch (2011), nos EUA, e Freitas (2023), dentre outros. A autora constatou que “A testagem, [...], havia se tornado uma preocupação nas escolas e não era apenas uma mensuração, mas um fim em si mesma”. Passou a acreditar que “a responsabilização, conforme estava escrita na lei federal, não estava elevando os padrões, mas imbecilizando as escolas conforme os Estados e distritos lutavam para atingir metas irrealistas” (RAVITCH, 2011, p. 13).

Estudos como os de Freitas (2011), Afonso (2009), Ravitch (2011), entre outros, apontam as fragilidades e inconsistências dessas políticas educativas, baseadas em testes padronizados e rankings escolares. Se, por um lado, as reformas não entregam o que prometem, por outro, os reformadores usam os mesmos argumentos que contaminam, cada vez mais, o ambiente e o debate educacional pela ideologia de mercado.

É o caso abordado neste texto com o PARC - instituído em Mato Grosso pela Lei nº 11.485, de 28 de junho de 2021 e regulamentado pelo Decreto nº 1.065, em 10 de agosto de 2021 - denominado Alfabetiza MT, Prêmio Educa MT e Inclusão Digital. Inspirado no Programa de Alfabetização do Ceará, o PARC foi elaborado pela Fundação Lemann e

Instituto Natura, em 2020, e submetido a edital do B3 Social, ligado à Bovespa de São Paulo e executado pela Associação Bem Comum e as citadas entidades, a partir de 2021. Vem sendo implantado, de forma gradativa, desde 2019 em 12 (doze) estados da federação, dentre eles Mato Grosso.

O texto se vincula à pesquisa em andamento: “Privatização e mercantilização da educação básica em municípios mato-grossenses na pandemia, entre 2020 e 2021”^[1], e propõe examinar a premiação de escolas públicas com melhores desempenhos nas avaliações e como esses princípios neoliberais de educação podem se materializar em detrimento do direito humano à educação, definido no Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Nesse sentido, a educação “em todas as suas formas e níveis, deve ser sempre: disponível, acessível, aceitável e adaptável” (Rizzi, GONZALES; XIMENES, 2009, p. 13).

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória, em andamento e cuja busca de dados se deu em *sites* e portais das instituições e entidades envolvidas na elaboração e execução do Programa, cujo objetivo é mapear escolas premiadas e apoiadas com base no desempenho dos estudantes. Para atender ao proposto, definimos como fontes primárias de dados os relatórios emitidos pela SEDUC – MT, elaborados por meio dos resultados nas avaliações, realizados pelo CAED- UFJF-MG.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os fragmentos da pesquisa dialogam com a abordagem das políticas educativas baseadas em parâmetros do mercado e apontam para o empréstimo de princípios, técnicas, organização, valores, marketing, provenientes da gestão do setor corporativo para o campo educacional.

Por meio do Prêmio Educa – MT as escolas com melhores resultados nos testes receberam recursos financeiros com base no número de alunos matriculados e no ranqueamento entre escolas. Estas escolas se comprometem via Cooperação Técnico-Pedagógica a apoiar as escolas cujos resultados nos testes não foram satisfatórios. Noticiado no site da SEDUC-MT o segundo Seminário de Integração do Alfabetiza MT aconteceu em março de 2022 e contou com a presença de diversas autoridades públicas, envolvidos com a materialização do Programa. Foram premiadas 37 escolas das redes municipais e 63 da rede estadual de ensino, dividindo um prêmio de 5,5 milhões. Outras 100 escolas receberam 2,7

milhões como “apoio financeiro para o desenvolvimento de boas práticas em sala de aula”, cuja fonte de recursos tem sua origem no ICMS educacional.

Se entendermos que o mundo empresarial não guarda semelhanças com as organizações educativas e que as reformas escolares, nessa perspectiva, se pautam em avaliações de português e matemática, conclui-se que a preparação para os testes tem se dado em detrimento de uma formação consistente em todas as áreas do conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora limitados pela contenção dessa escrita, constatamos que a adoção do PARC pelo estado e municípios mato-grossenses levou à lógica do ranking entre escolas e redes por meio da premiação e apoio às escolas e isso pode gerar o aumento das desigualdades educacionais. Nesse sentido, cabe questionar: quais são as condições de localização das escolas premiadas? E as escolas apoiadas, qual o perfil dos estudantes? As expectativas dos estudantes das escolas premiadas e das escolas apoiadas são as mesmas? Os conteúdos trabalhados em todas as escolas, são os mesmos? A resposta a essas questões podem indicar se o Programa Alfabetiza e o Prêmio Educa MT permitem disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade, formas de concretude do direito humano à educação.

5. REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. Avaliação Educacional: Regulação e emancipação – Para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Marilda de Oliveira. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações público privadas: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. **RBP**AE – **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 1, p. 159 - 179, jan./abr. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguimos escapar ao neotecnicismo?** 2011. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 de março de 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Palestra de abertura do XXI Encontro Nacional da ANFOPE Nacional**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/anfopenacional/live/18035758702484352>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

MATO GROSSO. Governo do Estado. Decreto nº 1.065, de 10 de agosto de 2021. Regulamenta a Lei nº 11.485, de 28 de julho de 2021, que institui o Programa Alfabetiza MT,

o Prêmio Educa MT e a Inclusão Digital, em regime de colaboração com os municípios mato-grossenses, e dá outras providências. Cuiabá: 10.08.21.

RIZZI, Ester; GONZALES, Marina; XIMENES, Salomão. Direito Humano à Educação. Plataforma Dhesca Brasil. Coleção Cartilhas de Direitos Humanos. Vol. 4. 1ª Edição: Curitiba, 2009.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano** – como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação. Trad. Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

[1] Projeto financiado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) - Edital FAPEMAT 008/2022.

REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO E DIREITO À EDUCAÇÃO

REFLEXIONES SOBRE LA EVALUACIÓN Y EL DERECHO A LA EDUCACIÓN

Vanessa Landim – UNESP Rio Claro – vanessa.landim@unesp.br

Palavras-chave: Avaliação; Direito à Educação; Exclusão social.

Palabras clave: Evaluación; Derecho a la Educación; Exclusión social.

Introdução

Este trabalho apresenta uma proposta de discussão dentro da temática que envolve o Direito à Educação, partindo do pressuposto que a avaliação como concebida e realizada na maioria das escolas brasileiras funciona como mecanismo de sustentação do sistema de exclusão social, assim como legitimador do fracasso de crianças e adolescentes das classes populares, constituindo um ciclo que compromete a efetivação do direito à educação.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um levantamento bibliográfico (GIL, 2009) com abordagem qualitativa (SEVERINO, 2000). Com base nas leituras realizadas, ancoramos nas discussões de Marshall (2008), Oliveira (2005, 2007), Arroyo (2015), Frigotto (2004),

Freitas (2016), Freitas et al. (2009), Luckesi (2000) entre outros, a fim de obtermos alguns dos aportes teóricos necessários para nossa discussão.

Discussões

As representações de avaliação presentes na comunidade escolar, denotam uma concepção equivocada, concebida a partir de modelos meritocráticos e hierarquizantes, que desconsideram as realidades locais e as singularidades de cada uma das crianças e adolescentes que constituem esse espaço (LUCKESI, 2000).

Freitas et al. (2009, p.25) afirmam que as classes mais populares são as mais sujeitas aos julgamentos, e são eles que determinam sua permanência ou não no interior da escola. “É a autoimagem que advém de suas origens, unida à sensibilidade do professor que são mobilizadas para definir o trabalho e como o aluno será tratado”.

Através de Marshal (1967) vimos que historicamente a construção da cidadania e dos direitos do homem sempre esteve relacionada ao *status* e às classes sociais, de maneira que a educação permeou essas relações. Os testes de desempenho já eram realizados a fim de mensurar habilidades e os direitos concedidos com base nos resultados desses testes. A igualdade de oportunidade acontecia no ingresso das crianças nas escolas primárias, entretanto, no decorrer dos estudos as habilidades desenvolviam-se de maneira desigual, ocasionando níveis de aprendizagem que caracterizavam a desigualdade de oportunidades nos anos subsequentes. As desigualdades aumentavam na escola secundária e logo, a educação mais avançada era acessada apenas por alguns felizardos.

As políticas educacionais de acesso implementadas no Brasil a partir dos anos de 1990 colocaram 97% das crianças em idade escolar na escola, porém, sem garantias para sua permanência.

Com a ampliação da oferta, fez-se necessário um maior controle de resultados e as avaliações externas surgem nesse sentido, como uma tentativa de controle dos processos de ensino e aprendizagem a partir de uma lógica de mercado, onde qualidade se define em termos de produtividade e é demonstrada através dos rankeamentos dos resultados dados pela proficiência dos alunos em português e matemática. Torna-se assim – contrariamente ao declarado nas reformas – mais evidente o caráter de exclusão das políticas educacionais que entram em vigor a partir deste período. (POLATO; BERTAGNA, 2013).

Assim sendo, a partir de diálogos com Arroyo (2015), compreendemos que estes são “tempos que se desdobram em uma tensão entre afirmação e negação dos direitos humanos e redução do direito à educação ao mínimo”. (ARROYO, 2015, p. 15).

Em um contexto onde nem mesmo direitos básicos são garantidos, a escola da classe trabalhadora – a escola pública – passa a ser essencialmente uma forma de perpetuar as relações sociais que foram estabelecidas ao longo de sua história. Uma escola que sobrevive de filantropia, que se submete a parcerias público-privadas por enfrentar políticas de desmonte dia após dia, uma escola onde “amigos e padrinhos da escola” se unem para trabalho voluntário aos finais de semana, um trabalho cujo dever do Estado é oportunizar e garantir. (FRIGOTTO, 2004, p. 192).

Oliveira (2007) explica que a educação é um dos requisitos para que os cidadãos tenham acesso a bens e serviços, além de condição para que outros direitos possam ser reconhecidos e garantidos. O direito à educação é, portanto, direito fundamental reconhecido e protegido na maioria das Constituições democráticas modernas e consiste essencialmente em sua compulsoriedade e gratuidade.

Ocorre que essa não é uma tarefa fácil, já que a qualidade a que todos têm direito nos é algo caro e complexo de mensurar. E é a partir dessa conquista que atores privados tem se munido do discurso em prol de uma qualidade que supostamente pode ser aferida pelos testes de desempenho e avaliações externas em larga escala.

Segundo Frigotto (2004), outra problemática ganha destaque a partir dos anos 1990, “a desqualificação da escola básica pública se efetiva mediante a adoção unilateral do ideário da pedagogia do mercado: pedagogia das competências e da empregabilidade.” Diante desse cenário, os trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade são considerados “inempregáveis” e uma nova forma de exclusão ainda mais perversa recai sobre os pobres que não podem acessar uma boa educação. De vítimas passam a culpados por sua classe e condição. (FRIGOTTO, 2004, p. 192).

Trata-se de uma “ideologia que aumenta sua eficácia na medida em que efetiva a interiorização ou subjetivação de que o problema depende de cada um, e não da estrutura social, das relações de poder”. (FRIGOTTO, 2004, p. 197).

Contrariamente ao exposto até aqui, acreditamos que avaliação deve permitir a democratização da escola, deve produzir subsídios para que o processo de ensino e aprendizagem seja melhor compreendido e estruturado, e para que sejam possíveis intervenções que potencializem a construção de uma escola para todos. Para isso, devemos ser “[...] intransigentes com relação ao direito das crianças ao aprendizado”. (FREITAS et al. 2009, p. 38).

Considerações Finais

Ao permitir uma breve reflexão sobre a construção histórica da cidadania e dos direitos humanos, este trabalho buscou estabelecer relações entre o campo do Direito e a avaliação.

Concluimos que faz-se urgente a necessidade de superação dos modelos meritocráticos de avaliação no interior da escola e a busca pela qualidade socialmente referenciada, a qual compreendemos como potencial de transformação através da conscientização e da emancipação da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. O direito à educação e a nova segregação social e racial –Tempos insatisfatórios? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31, n.0, p. 15- 47. jul./set. 2015.

FREITAS et al. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. 4ª ed. São Paulo: Vozes, 2009.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In: NOVAIS, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. 12. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LUCKESI, C.C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**, n.12, p.6-11, 2000.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Trad. Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Direito à Educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. 3. ed. São Paulo, Xamã, 2007.

POLATO, A.; BERTAGNA, R. H. O uso de avaliações em larga escala como forma de aferir a qualidade da educação. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PNE em foco: Políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação, n.IV., 2013, Campinas-SP. **Livro eletrônico...**Campinas-SP: CEDES, 2013. v.1. p.12-23.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.